



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E**  
**CONTEMPORANEIDADE**



**CESAR BARBOSA**

**FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS**  
**UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS:**  
**RESTRICÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, EXPANSÃO**  
**UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO**  
**LOCAL**

SALVADOR

2013

**CESAR BARBOSA**

**FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES  
ESTADUAIS BAIANAS: RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,  
EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/Uneb) para obtenção do título de Doutor em Educação e Contemporaneidade.

Área de Concentração: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável (Linha 3).

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Nadia Hage Fialho

SALVADOR

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Elisiene Oliveira  
CRB-5/1468

B238f Barbosa, Cesar.

Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local. / Cesar Barbosa. - 2013.

164f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Programa de Pós - Graduação Educação e Contemporaneidade, 2013.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Nádia Hage Fialho.

1. Educação 2. Ensino Superior – Expansão 3. Universidade Estadual - Financiamento 4. Desenvolvimento Local 5. Bahia I. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. II. Fialho, Nádia Hage. III. Título.

CDU: 378(813.8)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS: RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

CESAR BARBOSA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 28 de setembro de 2013, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



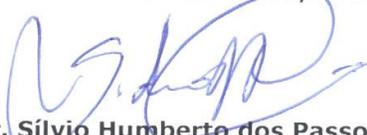
Prof. Dra. Nadia Hage Fialho  
Universidade do Estado da Bahia - Uneb  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura  
Universidade Federal da Bahia, UFBA  
Doutorado em Administração Educacional  
The Pennsylvania State University (Penn State), U.S.A.



Prof. Dr. Elias de Oliveira Sampaio  
Universidade do Estado da Bahia - Uneb  
Doutorado em Administração  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Prof. Dr. Sílvio Humberto dos Passos Cunha  
Universidade do Estadual de Feira de Santana - UEFS  
Doutorado em Ciência Econômica  
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil



Prof. Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos  
Universidade do Estado da Bahia - Uneb  
Doutorado em Ciências Sociais  
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

## DEDICATÓRIA

Da palavra, o silêncio  
Do silêncio, o grito  
Do grito, o desabafo  
Do desabafo, a calma  
Da calma, a paz  
Da paz, o espírito  
Do espírito, o aconchego  
Do aconchego, o alento  
Do alento, a alegria  
Da alegria, a certeza  
Da certeza, o amor  
E novamente o silêncio  
E novamente o grito....

À

Lilio, Elis e JP

## AGRADECIMENTOS

A Professora Nadia Hage Fialho, pelo apoio que recebi durante tudo o curso de doutorado, pela oportunidade de fazer parte do grupo de pesquisa Edureg (Educação, Universidade e Região) e, especialmente, pela contribuição no meu amadurecimento enquanto pesquisador. Guardarei para sempre a forma séria, leve e delicada com que conduziu a orientação. Para mim, tê-la como orientadora foi uma honra e uma inspiração.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), nas pessoas dos Professores Eduardo José Fernandes Nunes e Elizeu Clementino Souza, coordenadores do Programa, pela oportunidade da realização do doutorado.

A professora Jaci Maria Ferraz Menezes pelo seu entusiasmo e torcida.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) que, através do aprendizado que ofereceram, tornaram minha experiência acadêmica mais rica.

A Professora Carla Liane Nascimento dos Santos, não apenas pela disponibilidade manifestada em examinar nosso trabalho, mas, sobretudo, pelas suas generosas palavras.

Ao Professor Edivaldo Machado Boaventura, que com sabedoria e leveza nos proporcionou relevantes colaborações.

Ao Professor Elias de Oliveira Sampaio, não apenas pelas suas valiosas considerações teóricas e conselhos quando da sessão de defesa, mas pela sua amizade e generosidade.

Ao Professor Silvio Humberto dos Passos Cunha que, apesar das dificuldades de sua agenda, aceitou de pronto nosso convite para participar da banca examinadora.

A Secretaria Acadêmica do Programa, nas pessoas de Sônia Lima e Juliana Ferreira, pelo apoio, paciência e auxílio no trato burocrático.

A Elisiana, amada esposa, sem a qual este trabalho não seria concluído. Agradeço-lhe também pelas palavras de incentivo, que certamente me fizeram ir além do esperado.

A Elis e João Pedro, queridos filhos, pelo alento que só a infância pode nos oferecer.

Aos meus pais, Olga e Augusto, que sempre zelaram por minha educação e cujo exemplo procuro seguir.

A Olga Maria, não apenas pelos seus quitutes, mas, sobretudo, pelas suas orações.

Ao Professor José Carrera-Fernandez, orientador do mestrado, por despertar em mim o interesse pela Economia da Educação.

Ao Professor Carlos Alberto Gentil Marques, grande amigo, pela inestimável confiança.

A Claudio Ramos Peixoto, Superintendente de Orçamento Público do Estado da Bahia, pelo apoio e por compreender a importância deste trabalho.

Aos colegas da DSO, especialmente a Sidney, Magila, Anderson e Hilberto, por aturar minha conversa recorrente sobre o tema.

A Luiz Carlos Santana Filho (SPE/Seplan) pela ajuda na resolução dos problemas com a base de dados e pelo apoio com o SPSS.

A todos vocês os meus sinceros agradecimentos.

## EPÍGRAFE

*A universidade no século XXI será certamente menos hegemônica, mas não menos necessária que o foi nos séculos anteriores. A sua especificidade enquanto bem público reside em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui. Por estas duas razões, é um bem público sem aliados fortes.*

(Boaventura de Sousa Santos)

## RESUMO

Estamos vivendo um novo padrão de acumulação capitalista no qual o capital fixo e os recursos naturais perderam suas posições estratégicas, dando lugar a uma organização da produção intensiva em conhecimento. A natureza dessa transformação econômica impõe aos lugares não somente a necessidade de infraestrutura, mas, sobretudo, a capacidade de criar e difundir conhecimento. Neste contexto as universidades ocupam papel de destaque. Assim, o objetivo central desta pesquisa foi a comprovação da hipótese de que a presença de um *campus* de uma universidade estadual em um determinado município afeta o potencial de desenvolvimento do mesmo, transformando-o em espaço diferenciado. Para alcançarmos este objetivo, propusemos um esquema analítico que buscou alinhar o processo de expansão das matrículas no ensino superior recente no estado, sob o domínio privado; o regime de financiamento e as restrições orçamentárias que impuseram às universidades estaduais limites na sua atuação nesse processo e; a elaboração e avaliação de indicador de potencial de desenvolvimento local. As principais conclusões foram: 1) recente expansão do ensino superior no Estado da Bahia, sob o domínio privado, só foi possível a partir de um arranjo normativo que favoreceu a proliferação de instituições cujo sentido é apenas o ensino. Entretanto, essa estratégia já demonstra sinais de esgotamento, ou mesmo de limites para responder aos requisitos da demanda por ensino superior de qualidade, de modo que o sistema ainda opera com elevada proporção de vagas ociosas; 2) a alocação de recursos dos estado nas universidades estaduais não decorre de uma ação deliberada de planejamento estatal, mas sim de parâmetros macroeconômicos. Esse regime de financiamento impõe restrições orçamentárias que replicam em dois outros problemas enfrentados por essas universidades, a expansão e a precarização do trabalho docente; 3) há evidências estatísticas de que a presença de uma instituição de ensino superior estadual exerce impacto sobre o potencial de desenvolvimento local, na medida que observamos uma forte associação entre a presença dessas instituições e elevado potencial de desenvolvimento.

Palavras-chave: Expansão do ensino superior. Financiamento Público da universidade estadual. Desenvolvimento local. Estado da Bahia.

## ABSTRACT

We are living a new pattern of capitalist accumulation in which the fixed capital and the natural resources lost their strategic positions, giving rise to knowledge intensive production. The nature of this economic transformation requires the places not only the infrastructure, but also, the ability to create and disseminate knowledge. In this context, universities occupy a prominent role. Thus, the central objective of this research was to prove the hypothesis that the presence of a *campus* of a state university in a given municipality affects your development potential, transforming it into a different space. To achieve this goal, we propose an analytical framework that sought to relate the process of expanding enrollments in higher education in recent state under private ownership, funding and budget constraints that impose limits on universities and the construction and evaluation of local development potential indicator. The main findings were: 1) recent expansion of higher education in the State of Bahia, on the private domain, was only possible from a legal arrangement that favored the proliferation of institutions whose purpose is just teaching. However, this strategy has already shown signs of exhaustion or even boundaries to meet the requirements of the demand for quality higher education, so that the system still operates with a high proportion of unfilled vacancies; 2) the allocation of state resources in state universities is not due to a deliberate action of state planning, but because of macroeconomic parameters. This financing scheme imposes budget constraints that replicate in two other problems faced by these universities, the expansion and precarization of teaching; 3) there are statistical evidence that the presence of a state institution of higher education has impact on local development potential, considering there is a strong association between the presence of these institutions and high development potential.

Keywords: Expansion of higher education. Public funding of State University. Local development. State of Bahia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Articulação entre os capítulos e os objetivos .....	25
Figura 2	–	Bahia: Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - 1997 a 2011 (milhares) .....	39
Figura 3	–	Bahia: Participação relativa das matrículas em cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - 1997 e 2011 .....	40
Figura 4	–	Bahia: Taxa de crescimento anual das matrículas em cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - 1997 e 2011 .....	41
Figura 5	–	Bahia: Participação nas matrículas em cursos de graduação presenciais no interior, por categoria administrativa - 1997 e 2011 (%) .....	45
Figura 6	–	Bahia: Execução orçamentária das Universidades Estaduais como proporção de agregados selecionados (%), 2007 - 2013 .....	61
Figura 7	–	Bahia: grau de execução orçamentária e taxa de crescimento da receita de impostos líquida (RIL), 2007 – 2012 .....	69
Figura 8	–	Grau de previsão dos recursos diretamente arrecadados pelas universidades estaduais baianas, 2007 – 2012 .....	70
Figura 9	–	Processo de distribuição dos recursos próprios do tesouro (Orçamento) ...	71
Figura 10	–	Processo de ordenamento da despesa (Execução Orçamentária). .....	72
Figura 11	–	Ciclo virtuoso de crescimento .....	78
Figura 12	–	Disposição espacial dos cursos oferecidos por Instituições de Ensino Superior na Bahia, 2010 .....	90
Figura 13	–	Sombreamento na oferta de Ensino Superior Estaduais Baianas, 2010 (raio de 50 km) .....	92
Figura 14	–	Gráfico de sedimentação - análise fatorial .....	97
Figura 15	–	Esquema de construção do indicador de impacto .....	102
Figura 16	–	Bahia: municípios por potencial de desenvolvimento, 2010 .....	105
Figura 17	–	Dispersão espacial dos municípios com IPD moderadamente alto e elevado potencial, 2010 .....	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bahia: Número de instituições de educação superior, por categoria administrativa, 1997 – 2011 .....	43
Tabela 2 – Bahia: Número de cursos graduação presenciais, por categoria administrativa, 2000 – 2011. ....	44
Tabela 3– Bahia: Indicadores de oferta e demanda por ensino superior, 1997 – 2011. ....	48
Tabela 4 – Bahia: Concorrência e grau de efetividade no acesso ao ensino superior, por categoria administrativa, 1997 – 2007. ....	50
Tabela 5 – Bahia: Grau de efetividade no acesso ao ensino superior e ociosidade de vagas por categoria administrativa, 2011. ....	51
Tabela 6 – Bahia: Distribuição dos estudantes por nível de ensino, segundo quartil de rendimento familiar per capita, 2011. ....	53
Tabela 7 – Bahia: Funções Docentes, segundo regime de trabalho, 2011. ....	55
Tabela 8 – Bahia: Funções Docentes por Grau de Formação, 2011. ....	55
Tabela 9 – Bahia: Resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), 2011. ....	56
Tabela 10 – Universidades Estaduais Baianas: execução da despesa orçamentária por fonte de financiamento, 2007 – 2012. ....	60
Tabela 11 – Bahia: execução da despesa orçamentária das Universidades Estaduais por grupo de despesa e fonte de financiamento, 2007 – 2013. ....	63
Tabela 12 – Bahia: grau de execução orçamentaria das Universidades Estaduais por fonte de financiamento, 2007 – 2012. ....	68
Tabela 13 – Universidades Estaduais Baianas: Execução das despesas financiadas com recursos diretamente arrecadados, 2007 – 2012. ....	73
Tabela 14 – Execução Orçamentária da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, por elemento de despesa e fonte de financiamento, 2007 – 2012. ....	74
Tabela 15 – Recursos aplicados pela Fapesb em programas de apoio regular, 2011. ....	75
Tabela 16 – Bahia: Indicadores selecionados nos espaços que contam com oferta de ensino superior, segundo categoria administrativa, 2010 .....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Referencial estatístico da pesquisa .....	34
Quadro 2 – Resultado da solução fatorial .....	98
Quadro 3– Pesos obtidos por Análise Fatorial .....	103
Quadro 4 – Estatísticas de validação dos Conglomerados .....	107

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010 .....	120
Anexo 2 – Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010	129
Anexo 3– Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010 ...	138
Anexo 4 – Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010 .....	147
Anexo 5 – Resultados da Análise Fatorial .....	160
Anexo 6 – Matriz de correlação .....	163
Anexo 7 – Resultado do Teste Qui-quadrado .....	164

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	16
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	19
1.1 O PROBLEMA, AS PERGUNTAS E A HIPÓTESE .....	20
1.2 OS OBJETIVOS .....	24
1.3. A JUSTIFICATIVA .....	25
1.4 AS OPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA .....	26
1.5 REFERENCIAL ESTATÍSTICO DA PESQUISA .....	33
1.6 OS LIMITES DA TESE .....	35
<b>2 A RECENTE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA</b> .....	37
2.1 A EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS .....	38
2.2 AS CONDIÇÕES DE OFERTA E DE DEMANDA POR ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA .....	42
<b>3 FINANCIAMENTO E RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS</b> .....	57
3.1 REGIME DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS: UMA TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO .....	57
3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS: CRESCIMENTO RÁPIDO E AS DÚVIDAS QUANTO AO FUTURO .....	62
<b>4 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....	76
4.1 O CONTEXTO DA ANÁLISE .....	77
4.2 OS IMPACTOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO MEIO ENVOLVENTE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES .....	87
<b>CONCLUSÕES</b> .....	109
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114
<b>ANEXOS</b> .....	119

# APRESENTAÇÃO

---

Em 1984 ingressei no curso de economia, o qual conclui em 1988. E, em 1990 iniciei no Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia (CME/UFBa). Nesse curso tive a oportunidade de desenvolver uma pesquisa na área da economia da educação, sob a orientação do Prof. José Carrera-Fernandez. Os resultados da pesquisa foram consolidados na dissertação intitulada *Escolaridade como investimento em capital humano e seu impacto sobre a distribuição dos rendimentos do trabalho: um estudo para a Região Metropolitana de Salvador*. O estudo consistiu em uma aplicação do modelo de capital humano aos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/IBGE) para a Grande Salvador, com o fim de identificar, na distribuição assimétrica da escolaridade, possíveis discriminantes no mercado de trabalho desta região. Esta dissertação foi defendida e aprovada no ano de 1994.

A experiência de fazer o mestrado ampliou meus horizontes acadêmicos. O CME/UFBa me oportunizou o contato com a pesquisa, solidificou minha formação intelectual, acadêmica e cultural. Com isto me senti encorajado a arrojá-me na docência superior. Nos anos de 1992 e 1993, após ter sido aprovado em seleção pública para professor substituto, lecionei a disciplina Estatística nas classes das Licenciaturas em Geografia e História da Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, *Campus V* da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Esta foi a minha primeira experiência de docência. Tratava-se de turmas de egressos, ou seja, professores que haviam concluído a licenciatura curta e retornaram à universidade para apostilar a licenciatura plena. O grau de maturidade e de conhecimento da turma, seguramente, fez dessa experiência um grande aprendizado.

Em 1995, também por meio de seleção pública, atuei como professor substituto na disciplina de Estatística e Probabilidade do Departamento de Estatística do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia. Nesse mesmo ano, prestei concurso de provas e títulos para Professor Auxiliar da disciplina Estatística Econômica e Introdução a Econometria, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de

Feira de Santana (Uefs), onde permaneço até os dias atuais. Devo ressaltar que, por já possuir o diploma de mestrado, em 1996 ascendi ao cargo de Professor Assistente.

Ao longo desses anos em que leciono na Uefs procurei vivenciar e experienciar ao máximo a Universidade e, em particular, o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, onde desenvolvo atividades de docência e orientação de monografias. No que se refere à docência, venho atuando nas disciplinas das áreas de economia aplicada (Econometria, Estatística Aplicada às Ciências Sociais I e II, Microeconomia e Teoria Econômica Aplicada) e de macroeconomia (Contabilidade Social). As orientações concentram-se nestas áreas, com forte prevalência das finanças públicas, da economia da educação e da economia do trabalho. Foram 18 orientações concluídas até o momento, sendo 4 de especialização e 14 de conclusão de curso de graduação. Destas últimas, 4 trataram da relação que a educação e/ou a escolaridade tem com o desenvolvimento socioeconômico e com o mundo do trabalho.

Paralelo a essas atividades, atuei em outras frentes não acadêmicas. Desde 1995 venho desempenhando atividades técnicas e de gestão na Superintendência de Orçamento Público (SPO) da Secretaria do Planejamento (Seplan), órgão encarregado de elaborar as peças orçamentárias para o Governo do Estado da Bahia. Atualmente, sou ocupante do cargo de Diretor de Informação e Sistematização Orçamentária (DSO). Esta diretoria ocupa-se da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e de produzir as estimativas de receita para os exercícios orçamentários, bem como a formulação de metas fiscais para administração pública estadual.

Toda essa experiência está reunida neste trabalho que estamos submetendo ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/Uneb), a tese de Doutorado intitulada *Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local*. Esta pesquisa contou com a orientação da Professora Nadia Hage Fialho e com o apoio institucional do PPGEduC/Uneb e do GESTEC/Uneb.

Entendemos que os capítulos que compõem esta tese oferecem pistas para se pensar o recente processo de expansão do ensino superior no estado da Bahia, o papel das universidades estaduais nesse processo, tendo o financiamento público dessas instituições como elemento regulador, e seus impactos no desenvolvimento local. Esperamos que, apesar

das imperfeições, das lacunas e das omissões, este trabalho seja de utilidade para a comunidade acadêmica e para os técnicos da área governamental.

# 1 INTRODUÇÃO

---

A contribuição das universidades no desenvolvimento local tem sido estudada em duas perspectivas. A primeira observa a contribuição econômica no desenvolvimento da região. Aqui a universidade é vista como uma entidade econômica que produz conhecimento, forma capital humano, emprega, paga salários, compra produtos e serviços de empresas locais, atrai estudantes que efetivam seus gastos e despesas na economia local. A segunda considera os aspectos não-econômicos, ou seja, a participação formal e informal das universidades, enquanto atores institucionais, nas interações com outros atores locais na formação de redes de aprendizagem, inovação e governança.

Nossa pesquisa enquadra-se na primeira perspectiva. Entretanto, optamos por construir um indicador sintético multidimensional de desenvolvimento, o qual denominamos Índice de Potencial de Desenvolvimento (IPD), cujas possibilidades interpretativas nos permite averiguar os impactos da oferta pública de ensino superior no potencial de desenvolvimento de cada município do estado da Bahia. As dimensões consideradas na elaboração do IPD foram; 1) as Forças Produtivas, representando a capacidade de mobilização da sociedade local para a produção, em outras palavras, o potencial produtivo; 2) a Oferta Pública de Ensino Superior, indicando a presença de instituição pública desse nível de ensino no município, isto é, a capacidade de responder as necessidades de mão de obra qualificada, criar e difundir conhecimento; 3) Social que captura as condições de sobrevivência, analfabetismo e urbanização de cada município e; 4) o Mercado de Trabalho para os indivíduos com curso superior concluído, representando os atrativos para fixação desses profissionais no município onde formaram.

O contexto da análise está demarcado por um ambiente de crise. Santos (2011), tratando especificamente das universidades públicas, identificou três facetas da crise: a crise de hegemonia, representada pela perda da centralidade da universidade na produção de pesquisa e saberes científicos; a crise de legitimidade em decorrência da crescente segmentação do sistema de ensino superior e desvalorização do diploma universitário e; a crise institucional, representada pelo binômio autonomia universitária e regime de financiamento, que em nossa opinião articula-se com as duas primeiras. É preciso, no entanto,

compreender esse contexto em meio a uma crise maior, a crise do regime de acumulação capitalista. O avanço da esfera financeira, para além da capacidade das forças produtivas de gerar mercadorias, conduziu ao descolamento entre a economia financeira e a economia real. A expansão do crédito bancário deu-se a taxas mais aceleradas do que a produção de mercadoria, dando espaço à especulação financeira que nem de longe se aproxima da produção real.

No caso específico do estado da Bahia, a análise fundamentou-se em três pontos. Em primeiro lugar, há uma dicotomia público-privado no recente processo de expansão do ensino superior. E o fato do setor privado liderar este processo, induziu a concentração espacial na oferta de vagas desse nível de ensino. Em segundo, o desinteresse do estado em relação às universidades estaduais impôs um regime de financiamento que compromete a expansão e até mesmo a manutenção dessas instituições. Em terceiro, embora em meio à crise do modelo desenvolvimentista, indica que a presença de uma instituição pública de ensino superior no município representa um potencial para o desenvolvimento.

O primeiro ponto pode ser visto no capítulo 2, onde é possível compreender as características, as consequências e os limites desse processo de expansão. O segundo ponto é abordado no capítulo 3, no qual buscamos identificar o regime de financiamento das universidades estaduais baianas e seus desdobramentos em termos de restrições orçamentárias impostas a essas instituições. Finalmente, o terceiro ponto está contemplado no capítulo 4, onde, através do Índice de Potencial de Desenvolvimento, é possível averiguar os impactos da presença de uma instituição pública de ensino superior no município.

Além desses capítulos e demais subtítulos desta introdução, integram este relatório, as considerações finais e as referências da pesquisa, bem como seus anexos.

## 1.1 O PROBLEMA, AS PERGUNTAS E A HIPÓTESE

A educação, por situar-se no âmbito do sistema de bem-estar social<sup>1</sup>, gera benefícios para a sociedade que atingem todo corpo social, de forma que não atende apenas à lógica individual, mas, sobretudo às aspirações do coletivo, visto que é uma condição para o

---

<sup>1</sup> Essa referência serve para designar o sistema de proteção social no qual o Estado garante, diretamente ou por meio de regulação, um conjunto de bens e serviços públicos. Dentre estes estão, principalmente, a educação, a segurança, a saúde, a previdência e assistência social e o programas de renda mínima.

exercício da cidadania. Assim, o financiamento público da educação é justificado, pois a educação traz benefícios sociais que vão além da lógica privada.

O financiamento da educação está sob a proteção de preceitos constitucionais e é fortemente vinculado à arrecadação de impostos. No entanto, o montante destinado a este fim está longe de atender à demanda e às necessidades da sociedade. Assim, a alocação de recursos orçamentários do tesouro estadual nas universidades ocorre em meio a um conflito distributivo que está parametrizado por um conjunto de fatores de natureza institucional e econômica.

O institucional está relacionado ao debate sobre a questão federativa no Brasil. O modelo de federalismo fiscal em curso no nosso país traz grandes implicações na captação de recursos por parte dos Estados e Municípios para aplicação em educação. Este problema relaciona-se com a distribuição de recursos entre o Governo Central e os Governos Subnacionais (Estados e Municípios), sempre nesta ordem. Possui dois condicionantes. Um de ordem legal, representado por uma legislação de caráter definitivo<sup>2</sup> perpetuando um estado de coisas, provocando vícios e excetuando parte da receita, de modo a desviar a discussão para as partes isoladamente e não para o todo<sup>3</sup>. Um outro de ordem estratégica, no qual o Governo Federal se utiliza de artifícios, como parte de uma estratégia maior, para escapar da transferência de recursos para os Estados e Municípios<sup>4</sup>. Neste bloco estão: a criação de

---

<sup>2</sup> A Constituição de 1988 criou um sistema de financiamento público insuficiente e distorcido, na medida em que atribuiu aos entes subnacionais (Estados e Municípios) competência arrecadadora apenas para impostos de pequeno volume, ao passo que conferiu à União a arrecadação de impostos mais expressivos. Para compensar, a Carta Magna criou também um sistema distributivo no qual a o Governo Federal repassa parcela de sua arrecadação de impostos aos Estados e aos Municípios. Mas, sem se preocupar com as desigualdades regionais, concedeu à União a parcela mais generosa. Este mecanismo esgotou-se rapidamente, uma vez que se transferiu também encargos para os Estados e os Municípios para além da capacidade financeira dos mesmos. Por isso, há um sentimento da sociedade brasileira que essa ordem precisa ser reformulada. Implementar uma reforma tributária é extremamente difícil por envolver uma multiplicidade de interesses (União, Estados, Municípios, empresas, contribuintes), talvez seja esta a razão da discussão acerca da proposta de emenda constitucional que trata dessa matéria se estender por quase duas décadas.

<sup>3</sup> Como exemplo podemos citar o conflito envolvendo, de um lado os Estados e os Municípios, e de outro a União com relação aos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Sistema Único de Saúde (SUS), da Lei Kandir, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), enquanto o debate sobre a carga tributária, o total da arrecadação da União e a reforma tributária é colocado em segundo plano.

<sup>4</sup> A Constituição de 1988 determinou que a arrecadação de impostos por parte da União deve ser compartilhada com os Estados e os Municípios. Para escapar, o Governo Federal utilizou como estratégia disfarçar o imposto em contribuições, tendo em vistas que estas não estão sujeitas ao critério de partilha. Ao invés de criar um imposto e transferir parte aos Estados e Município, cria-se uma contribuição e se apropria integralmente do produto do recolhimento da mesma. Assim, após a promulgação da Constituição foram criadas algumas contribuições, das quais destacamos as seguintes: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 1989;

contribuições; a Desvinculação da Receita da União (DRU); os incentivos fiscais; e as falsas transferências.

O econômico está relacionado às questões territoriais e às desigualdades regionais em termos de desenvolvimento econômico. Isto é, dadas as questões institucionais, como se deve distribuir o agregado de recursos entre as diversas regiões.

As regiões, a depender do seu grau de desenvolvimento econômico, apresentam capacidade financeira e de gasto diferentes, de modo que o financiamento das políticas públicas também deve assumir configurações diferentes de região para região. Na alocação de recursos orçamentários do Estado, enquanto instrumento de política econômica, esperamos que sejam contemplados esses diferenciais, sempre no sentido de diminuí-los.

Nessa perspectiva, o financiamento transforma-se em uma importante categoria para se analisar, compreender e explicar as políticas públicas. As políticas de educação é um bom exemplo disso. Existe um processo de reforma da educação básica em curso cujos elementos fundamentais são a descentralização de recursos e a existência fundo garantidor, o Fundeb. Embora o ensino superior não tenha tido a mesma sorte, o financiamento, enquanto categoria analítica, nos ajuda a compreender o processo de desmonte das universidades públicas e a acelerada expansão das instituições de natureza privadas. Neste caso, o financiamento interage com outra categoria igualmente importante para a nossa pesquisa: a expansão universitária.

Através do financiamento é possível entender o processo recente de expansão do ensino superior no Estado da Bahia. De um lado, registram-se décadas de abandono do governo federal, cuja compensação veio através de uma política de concessão de bolsas de estudos para estudantes em instituições privadas; e a incapacidade do governo estadual em formular uma política de financiamento que garanta os recursos necessários à expansão e o desenvolvimento das universidades estaduais baianas. De outro, a reformulação do marco regulatório do setor, atual LDB (Lei 9394/96), que permitiu a proliferação de instituições, modalidades e cursos, induzindo um movimento de expansão do ensino superior concentrado e elitista. Como veremos mais adiante, a expansão sob o domínio privado conduziu a uma

---

a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) em 1991 e; a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em 1996.

concentração espacial e social das vagas, de modo que não representou aumento de oportunidades aos alunos oriundos das classes de baixa renda.

O ensino superior no Estado da Bahia esteve por muito tempo confinado na cidade de Salvador. Por décadas a oferta deste nível de ensino esteve concentrada na capital com forte preponderância da Universidade Federal da Bahia. Contudo, o padrão de acumulação capitalista imposto pelo modelo desenvolvimentista e o aumento da urbanização das cidades baianas dispersaram territorialmente a demanda por trabalho qualificado. A educação superior viu-se, então, desafiada a formar esta mão-de-obra requerida localmente. Assim, o ensino superior, através das universidades estaduais, avança em direção ao interior, perdendo a Universidade Federal a sua hegemonia na produção de ciência e na formação superior.

As universidades estaduais, fortalecidas pela queda da hegemonia da Universidade Federal e valendo-se de sua forma de assentamento territorial, a multicampia, penetra mais profundamente nas sociedades locais e nas questões que as afligem. A abrangência territorial dessas instituições de ensino oportuniza o contato com uma pluralidade que só a modalidade multicampi pode dispor. A diversidade de contexto nos quais essas Universidades estão inseridas faz delas um bom instrumento de intervenção do Estado nesses lugares.

Considerando que essas universidades se assentam em um determinado lugar, pode-se dizer que esses recursos foram dispostos nos municípios que abrigam os *campi* das universidades estaduais. É claro que esta relação não é tão rápida e direta, pois a atividade universitária é complexa, de modo que suas demandas carregam tamanha complexidade. Assim, alguns recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho desta atividade são buscados fora do lugar onde o *campus* está instalado.

Essa situação coloca uma questão mais geral, a de que a alocação de recursos do tesouro estadual no funcionamento das suas universidades provoca externalidades positivas, gerando potencial para o desenvolvimento nos espaços de assentamento dessas instituições. Embora, seja esta a questão que nos inspirou, o problema específico da pesquisa refere-se à obtenção de um indicador multidimensional, cuja capacidade analítica permita uma rápida visualização do nível de desenvolvimento de cada município na relação com o conjunto das forças produtivas locais, com a oferta pública de ensino superior, com as questões sociais e com o dinamismos do mercado de trabalho local para os indivíduos com formação superior.

Para obter respostas analiticamente consistentes, organizamos a investigação de modo a tornar mais claro a dicotomia público-privado na oferta de ensino superior no estado da Bahia, particularmente, no recente processo de expansão universitária e; as dificuldades e restrições orçamentárias impostas às universidades estaduais através de um regime de financiamento restritivo, impedindo-as de reagir à expansão privada. Para isto, montamos uma base de dados que, além de acrescentar novos elementos à compreensão desse processo, nos auxiliou na construção de um indicador sintético de desenvolvimento, tendo o município como *locus*. Aqui se inserem os questionamentos da pesquisa: Existe diferença no potencial de desenvolvimento nos espaços onde há oferta pública de ensino superior em relação aos espaços desassistidos? Qual o impacto da oferta pública de ensino superior no potencial de desenvolvimento do município?

No percurso das respostas a essas questões, esperamos confirmar a hipótese de que a presença de um *campus* de uma universidade estadual em um determinado município afeta o potencial de desenvolvimento do mesmo, transformando-o em espaço diferenciado.

## 1.2 OS OBJETIVOS

O objetivo principal da pesquisa é demonstrar que é possível pensar uma economia da educação para além do mercado de trabalho, que se debruce sobre o conjunto das forças produtivas locais, sobre a disposição e a alocação de recursos orçamentários nas universidades estaduais e sobre o impacto das instituições de ensino superior, em especial das instituições de ensino superior pública estadual, no potencial de desenvolvimento local.

Como objetivos específicos, temos:

Analisar o recente processo de expansão do ensino superior no estado da Bahia, no sentido de identificar suas características e limites;

Analisar a distribuição dos recursos orçamentários do tesouro estadual nas universidades estaduais, com vista em identificar o regime de financiamento público destas instituições;

Discutir o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas da economia capitalista, o papel da educação nesse processo e suas repercussões no potencial de desenvolvimento dos municípios baianos;

Avaliar o impacto dessas universidades no potencial de desenvolvimento local.

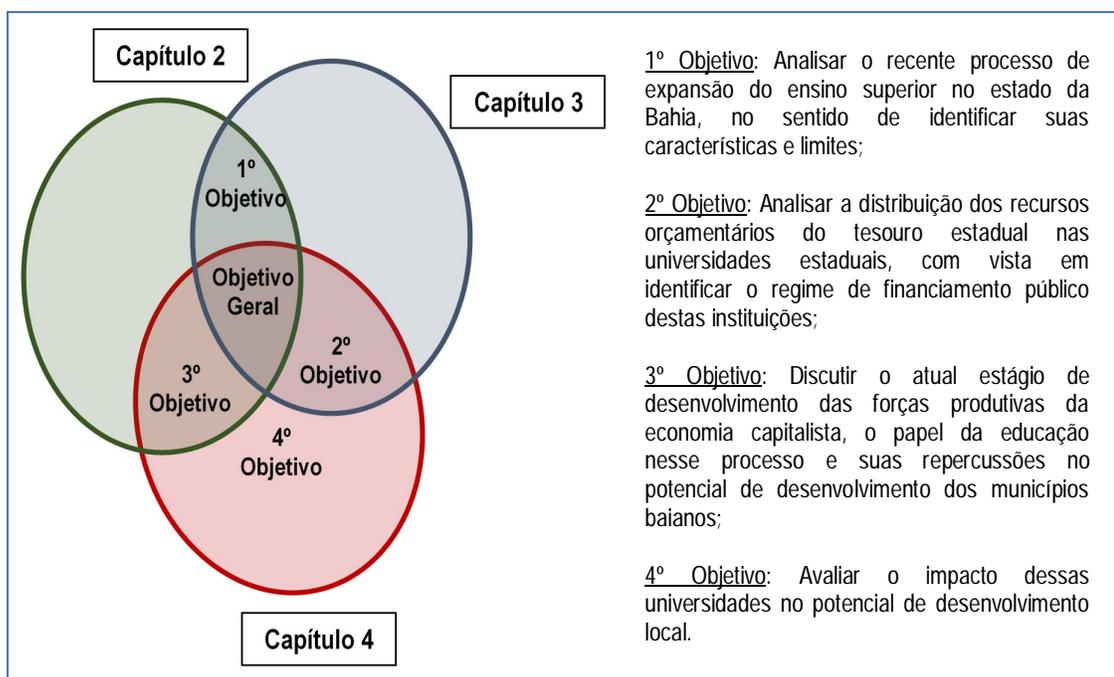


Figura 1: Articulação entre os capítulos e os objetivos

### 1.3 A JUSTIFICATIVA

As universidades estaduais, ao interiorizar a oferta de ensino superior, além de quebrar a hegemonia da Universidade Federal da Bahia, alterou a configuração da divisão territorial do trabalho e contribuiu com o novo padrão de acumulação capitalista, dispersando a atividade econômica no território. Já é possível encontrar em várias regiões do Estado especialidades profissionais que antes só se encontrava em Salvador.

Portanto, as universidades estaduais baianas e a complexidade que elas carregam oferecem muitas oportunidades de investigação científica. Notadamente, uma destas

oportunidades está no financiamento com recursos públicos que, em se tratando dessas estruturas, ainda é um território pouco explorado. Isto por si só justificaria esta iniciativa. Entretanto, o caráter inédito da pesquisa não reside neste aspecto, mas sim na perspectiva de privilegiar um olhar sobre a apropriação econômica e modelação das relações sociais no lugar, mediada por essas estruturas universitárias, com vistas no desenvolvimento local e regional.

#### 1.4 AS OPÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

A educação, por se constituir em um tema transversal, permeia distintas áreas e abriga diferentes objetos (GATTI, 2003). Longe de se tornar um problema, esta diversidade e complexidade temática apresentam-se como a grande riqueza e encanto desta área de estudo. Entre os múltiplos objetos oferecidos pela educação figura, com destaque, a universidade.

Para Fialho (2005), “pesquisar sobre a universidade é debruçar sobre a tarefa intrigante de abordar um objeto de longa trajetória e muitos desafios” (FIALHO, 2005, p. 15). Esta autora ressalta que a universidade oferece inúmeras possibilidades de investigação científica, mas alerta para o fato de que “é preciso pensá-la na sua grandeza, nos seus limites e nas suas recusas” (FIALHO, 2005, p. 16). A universidade, ao mesmo tempo em que é uma instituição singular nas suas relações e processos internos, tem – como todas as instituições - sua atuação e seu desenvolvimento determinados pelas condições sociais, históricas, culturais e econômicas. Por outro lado, a universidade, na relação com a sociedade, também contribui para a determinação destas condições.

Por isso ter a universidade como objeto exigiu um esforço metodológico muito grande. Ao recortar um objeto nós corremos o risco da miopia científica, isto é, alcançaremos apenas os aspectos que o recorte propicia. Esta perspectiva é corroborada por Bogdan e Biklen (1994)

A escolha de um determinado foco, seja ele um local na escola, um grupo em particular, ou qualquer outro aspecto, é sempre uma acto artificial, uma vez que implica a fragmentação do todo onde ele está integrado. O investigador qualitativo tenta ter em consideração a relação desta parte com o todo, mas, pela necessidade de controlar a investigação delimita a matéria de estudo (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 91)

Quando elegemos a universidade estadual como objeto e o seu financiamento, a sua expansão e seus impactos no desenvolvimento como recortes objetivamos abarcar o maior número de aspectos. Reconhecemos a grande complexidade desta proposta, contudo, utilizaremos uma metodologia que concilia as duas vertentes do debate recente sobre pesquisa em educação: a quantitativa e a qualitativa.

Gatti (2003), em um balanço sobre a pesquisa em educação recente, aponta para a predominância dessas duas perspectivas metodológicas. Embora reconhecendo que ambas trouxeram contribuições para o processo histórico da pesquisa em educação, a autora nos alerta para os limites dos recortes propostos por estas duas perspectivas.

Para Bogdan e Biklen (1994), as diferenças entre essas perspectivas conduzem a distintos paradigmas. Para estes autores, um paradigma é um conjunto de argumentos, conceitos e proposições lógicas que orientam nosso modo de entender o mundo e, a partir dele elegemos o que é importante na investigação. Assim, toda investigação se baseia em uma orientação teórica, que oferece fundamentos para recolher e analisar os dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 52).

Given (2008) define paradigma como sendo “um conjunto de pressupostos, orientações e percepções partilhadas pelos membros de uma comunidade de investigação” (GIVEN, 2008, p. 591). Para Kuhn (1998), um paradigma corresponde “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modeladas para uma comunidade de participantes de uma ciência” (KUHN, 1998, p. 13)<sup>5</sup>. Assim, o paradigma orienta como os membros dessa comunidade expõem o que julgam acerca dos fenômenos estudados, bem como as opções pelos métodos de investigação que devem ser empregados no estudo desses fenômenos. Desta forma, os paradigmas são vistos como conjunto básico de crenças que orientam a ação e define a visão de mundo do pesquisador (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 163). Portanto, fica claro o caráter transitório,

---

<sup>5</sup> Este é um dos muitos sentidos que Thomas S. Kuhn atribui à palavra paradigma. Masterman (1979) identificou 21 usos para o termo paradigma na obra desse autor.

histórico, dos paradigmas que, como construções humanas, evoluem com sua aceitação e modo de aplicação por uma comunidade científica.

No caso específico das pesquisas no campo da educação, por algum tempo perdurou a idéia de que havia um conflito entre as duas posições hegemônicas. De um lado, a rigidez daqueles que buscavam nas ciências naturais as ferramentas para analisar a sociedade, tendendo a desqualificar, enquanto científicos, os objetos que resistiam a esse enquadramento. Viam no desfalecimento do *quantum* a possibilidade de exercitar suas habilidades de ventríloquo. Do outro, aqueles que, no afã de se opor aos primeiros, impunham ao *quantum* uma censura que, na maioria das vezes, era puramente política.

Luna (1988) defendia a posição de que o conflito era falso e refletia muito mais a nossa fragilidade teórico-metodológica que a oposição das diferentes tendências. A metodologia não tem status próprio, de modo que não pode ser discutida fora do contexto da pesquisa. As escolhas metodológicas são orientadas pelo problema da pesquisa e pelo referencial teórico do pesquisador.

As decisões metodológicas são pura decorrência do problema formulado e este só se explica devidamente em relação ao referencial teórico que deu origem a ele. Qualquer tentativa de confronto entre métodos e técnicas de pesquisa, portanto, só poderá ser resolvida levando-se em conta os objetivos contidos no problema e capacidade de explicação do referencial teórico (LUNA, 1988, p. 74)

Essa perspectiva é corroborada por Guba e Lincoln (2006), ao afirmarem que a metodologia está, de maneira inevitável, ligada à natureza de uma disciplina específica e, por ser assim, liga-se, também, ao referencial teórico e às perspectivas dessa disciplina, de modo que não pode ser vista como um conjunto de regras universalmente aplicáveis (GUBA; LINCOLN, 2006, p. 170).

Assim, a tentativa de discutir as tendências metodológicas fora deste contexto equivale a analisarmos os resultados produzidos por uma corrente metodológica com os argumentos e categorias de outra, isto é, fora do seu referencial teórico. Desta forma, “corremos o risco de criticar um pesquisador por não ter feito a pesquisa como nós a faríamos” (LUNA, 1988, p. 74).

Luna (1988) destaca, ainda, que o debate se deslocou para uma zona onde o conflito emerge muito mais em função do que cada corrente considera de pior na pesquisa do

que, efetivamente, em função dos aspectos epistemológicos da questão. Isto, ao nosso entender, reflete a disputa pela hegemonia intelectual e paradigmática.

Guba e Lincoln (1994), mesmo reconhecendo que os paradigmas não são comparáveis, na medida em que correspondem a sistemas de crenças básicas e visão de mundo, propõem, contudo, que os diferentes paradigmas sejam analisados na consideração dos aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Para isto, eles formulam três grupos de questões fundamentais que se interligam de tal forma que a resposta dada a uma delas, tomada em qualquer ordem, restringe a forma como as outras podem ser respondidas (GUBA; LINCOLN, 1994, p. 108). Dito de outra forma, a resposta que damos a qualquer uma das questões influencia e é influenciada pela resposta que daremos as outras.

As questões ontológicas referem-se ao modo como encaramos a realidade. Qual é a forma e a natureza da realidade? E, o que podemos saber dessa realidade? (GUBA; LINCOLN, 1994, p. 108). Aqui temos duas perspectivas a considerar. De um lado, podemos assumir a postura realista, objetiva, na qual a realidade existe independentemente do homem. Então, reconheceremos como objetos legítimos da ciência a realidade concreta, ainda que só possamos conhecê-la de forma imprecisa. Por outro lado, podemos admitir que a realidade só se torna objeto como termo da relação com o homem, como coisa pensada (CARDOSO, 1971, p. 5), isto é, a própria realidade como uma construção humana. Assim, a relevância da objetividade desfigura-se e surgem novos objetos científicos.

As questões epistemológicas ocupam-se da natureza da relação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido, resultando, dessa interação, o conhecimento (FRANCO, 1988, p. 76). Postula-se a vinculação da teoria que se propõe a explicar a realidade e a realidade que ela explica, no relacionamento com o objeto do conhecimento. A resposta que pode ser dada a estas questões é limitada pela resposta já dada à questão ontológica. Ou seja, se o fato científico considera uma realidade fora do homem, garantidas as condições de objetividade, os resultados da pesquisa e a sua relação com o objeto pesquisado são considerados válidos. Outra possibilidade é tomarmos o objeto científico como uma construção humana e, por conta disto, marcado pela subjetividade. Assim, reconhecemos múltiplas realidades, de modo que os resultados produzidos pela pesquisa serão igualmente diversos.

Por fim, as questões metodológicas, cujas respostas estão condicionadas às alternativas adotadas nas questões anteriores. Neste grupo de questões estão as preocupações com o proceder na pesquisa, com o conjunto de procedimentos para a captação e interpretação do empírico, a fim de se chegar ao conhecimento. Assim, segundo Franco (1988), a metodologia é “entendida como o caminho que o sujeito percorre para a apreensão da realidade, sem questionar que tipo de vinculação se estabelece, no percurso desse caminho, entre o sujeito que conhece e a realidade a ser apreendida” (FRANCO, 1988, p. 76). Por tanto, se assumimos que o nosso objeto decorre de uma realidade objetiva, devemos escolher procedimentos que nos garantam o controle relativo e parcial dos elementos (variáveis) perturbadores(as) desta realidade. Entretanto, se admitimos múltiplas realidades, os procedimentos deverão nos assegurar o maior número possível de variáveis e suas interações, de modo a incorporar a complexidade dessa realidade. A postura do pesquisador, em ambos os casos, deve ser de envolvimento.

O que desejamos é construir um esquema que seja capaz de, ao mesmo tempo, descrever e interpretar as relações possíveis entre a Universidade Estadual e o desenvolvimento local no Estado da Bahia. Como afirma Santos (2004, p. 18), a descrição e a explicação são inseparáveis. O que fundamenta uma boa descrição é o desejo de explicar a realidade. Assim, a discussão recai sobre o que seja a realidade. Se considerarmos um real único e concreto, que não vai além da percepção do homem, deixaremos de reconhecer um conjunto de ações cujas formas de revelação não são tão concretas e perceptíveis. Se, por outro lado, acreditarmos que a realidade é uma construção humana e como tal carrega as subjetividades de quem a observa, reconheceremos a sua complexidade e admitiremos tantas realidades quanto aqueles que a observa. O reconhecimento de múltiplas realidades, ao mesmo tempo em que nos dá a liberdade para propor alternativas analíticas, exige maior esforço interpretativo tanto para identificar as diversas variáveis e suas inter-relações, como para eleger as categorias que possam contribuir para a melhor análise dessa realidade.

O tema central desta pesquisa gira em torno do argumento de que a universidade tem importância no desenvolvimento local. A literatura sobre esta temática é abundante e revela, de fato, esta importância. Entretanto, os exemplos apresentados pela literatura têm valor enquanto ponto de partida e parâmetro de comparação, mas não são capazes de explicar o lugar das universidades estaduais no processo de desenvolvimento do Estado da Bahia. Assim, quando decidimos trabalhar com esse objeto, estávamos conscientes da necessidade de formular um conjunto de categorias analíticas dotadas de condição de coerência e

operacionalidade. A coerência pode ser vista de duas maneiras: interna e externa. Externamente, a coerência será observada na interação da pesquisa com outros trabalhos. A realidade estudada é compartilhada com outros, abrindo-se não apenas à nossa experiência, mas também às experiências de outros. Assim, devemos realçar em que medida e circunstâncias nossa experiência aproxima-se e distancia-se das demais. Do ponto de vista interno, a coerência é demarcada pelas categorias escolhidas que devem, de um lado, dar conta da parcela da realidade que nos propomos analisar e, de outro, representar os elementos constitutivos do objeto, garantindo, assim, a operacionalidade. É nesta construção que reside o ineditismo da pesquisa.

A realidade se oferece como latência, como um conjunto de possibilidades, até que o investigador a transforme em qualidade e quantidade, de modo a revelar sua essência. O real se apresenta como uma configuração viável da natureza em determinado momento e para alguém. Daí o caráter relativista da realidade. Primeiro, enquanto possibilidade, a realidade se efetiva através dos olhos de alguém. Segundo, do ponto de vista histórico, as combinações qualidade e quantidade produzidas em determinado tempo, condicionam as novas combinações qualidade e quantidade em outros momentos (SANTOS, 2004).

O fato de operarmos com dados secundários<sup>6</sup> nos obriga a pensar a realidade mais objetivamente. Entretanto, reconhecemos que a interpretação é uma construção humana e, portanto, carregada de subjetividades. Mas, o que isto significa do ponto de vista ontológico e epistemológico? Ontologicamente, significa que a realidade pode ser capturada pelos dados, mesmo que limitadamente. Epistemologicamente, implica dizer que o dado, por si só, já nos permite conhecer algo sobre a realidade, mas ele carrega uma potência explicativa que transcende à sua expressão. Extrair este potencial é a função da análise.

É na análise que reside a qualidade do estudo. Para Godoy (1995) uma pesquisa, sem importar os caminhos percorridos, as abordagens utilizadas (qualitativa ou quantitativa), representa um esforço pela descoberta e ampliação de conhecimento. A análise é um processo de fluxo livre e criativo, no qual o analista pode mover-se para frente e para trás. Este processo, por sua natureza, não é totalmente objetivo como alguns gostariam que fosse. Trata-se de uma construção humana e como tal está sujeita às experiências do analista, bem como

---

<sup>6</sup> Dados secundários são aqueles coletados por outra pessoa ou instituição e disponibilizados em alguma publicação ou arquivo. São informações levantadas para certo propósito, mas que estão disponíveis para outras análises e interpretações. Esse tipo de dado tem como principal vantagem a rapidez na sua obtenção, economizando tempo e recursos humanos e financeiros (HAIR Jr et al., 2005; BARBETTA, 2007).

do corpo disciplinar que o orienta. O pesquisador, consciente ou inconscientemente, orienta e influencia a representação de seu objeto (STRAUSS e CORBIN, 2008; BOURBIEU, 2001; LAVILLE e DIONNE, 1999).

Nesse sentido, Laville e Dionne (1999) propõem uma síntese, de modo que o pesquisador deve buscar a conjugação dessas abordagens metodológicas. O mais importante é que a escolha da metodologia seja orientada pelo objeto.

A partir do momento em que a pesquisa centra-se em um problema específico, é em virtude desse problema específico que o pesquisador escolherá o procedimento mais apto, segundo ele, para chegar à compreensão visada. Poderá ser um procedimento quantitativo, qualitativo, ou uma mistura de ambos. O essencial permanecerá: que a escolha da abordagem esteja a serviço do objeto de pesquisa, e não o contrário, com o objetivo de daí tirar, o melhor possível, os saberes desejados.

Nesse sentido, centralizar a pesquisa em um problema convida a conciliar abordagens preocupadas com a complexidade do real, sem perder o contato com os aportes anteriores (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 43).

Esta pesquisa pode ser caracterizada como um estudo exploratório quantitativo de coleta e análise de dados com o fim de descrever e explicar a relação das universidades estaduais baianas com o potencial de desenvolvimento local, de modo a confirmar a hipótese de que a disposição de recursos orçamentários nessas universidades propicia externalidades econômicas que favorecem o desenvolvimento nos espaços onde os seus *campi* estão instalados.

Inicialmente, aportamos os conhecimentos necessários para a compreensão e interpretação do objeto de estudo. Nessa fase, buscamos dialogar com autores de diferentes áreas no intuito de construir (ou desconstruir) as categorias e o modelo de análise. A partir dos resultados obtidos, elegemos as fontes mais adequadas para o levantamento de dados, considerando os atributos organizacionais, acadêmicos e relacionais do ensino superior no estado Bahia. Nesta perspectiva, coletamos também dados de fontes secundárias referentes à economia local, bem como as informações financeiras e orçamentárias das universidades estaduais. As informações coletadas foram integradas em uma base de dados que, além de suportar a produção desta tese de doutorado, poderão apoiar futuros trabalhos sobre as universidades estaduais baianas. Todos estes resultados serão apresentados em relatórios, artigos e comunicações a serem submetidos a congressos, encontros e revistas especializadas.

## 1.5 REFERENCIAL ESTATÍSTICO DA PESQUISA

Para viabilizar a consecução dos objetivos desta tese, tivemos que montar uma ampla base de dados que nos garantissem a consistência, a qualidade e a confiabilidade. As informações utilizadas aqui foram coletadas de várias fontes públicas e oficiais. Assim, temos assegurados que os testes de consistência, confiabilidade e qualidade já foram realizados, de modo que representam as melhores e mais atuais estatísticas disponíveis. A escolha por 2010 se deveu ao fato de tratar-se de um ano censitário, portanto, ano onde as estatísticas se articulam tendo o censo demográfico como referência. Optamos por operar com microdados.

Estudos baseados em microdados oferecem vantagens em relação aos que se baseiam em dados agregados. A principal delas é que os microdados nos permitem propor o nível de agregação que melhor sirva a compreensão do objeto pesquisado. Por outro lado, o uso de microdados também apresenta restrições. Destacaremos aqui a principal delas. Ocorre que nos deparamos com um grande número de informações. A base de dados utilizada tem informações de mais de 14 milhões de pessoas que residiam nos 417 municípios da Bahia, no ano de 2010 (Censo Demográfico/IBGE), dos quais são 3,1 milhões de trabalhadores (RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego), 4,0 milhões de estudantes na educação básica e 248,3 mil no ensino superior (Censos da Educação Básica e da Educação Superior/Inep). Utilizamos, ainda, informações de outras bases, tais como: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Sei) e, o Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M/Pnud). Para maiores detalhes, o Quadro 1 apresenta as fontes, o acesso as mesmas e as contribuições para a nossa pesquisa.

Escolhemos, a princípio, 25 variáveis/indicadores que abrangiam vários aspectos da desenvolvimento (social, econômico e político). Entretanto, o grande volume de informações nos fez decidir pela aplicação de uma técnica estatística capaz de reduzir esse excessivo número de variáveis em um número menor de constructos, os quais chamamos de dimensões do desenvolvimento. Essa técnica é conhecida como análise fatorial. Os detalhes e os resultados da aplicação da mesma aos dados da nossa pesquisa podem ser vistos no capítulo 4 desta tese. A análise estatística foi realizada através do *software Statistical Package*

for the Social Sciences (SPSS) v.21.0, gentilmente cedida pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia.

Quadro 1 - Referencial estatístico da pesquisa

Fonte	Base de dados	Acessibilidade	Contribuição para a pesquisa
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	<p>Microdados do Censo da Educação Superior.</p> <p>Reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação (presencial, a distância e sequencial), nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Para a nossa pesquisa foram considerados apenas os dados da modalidade presencial.</p>	<p>Disponibilizado de forma gratuita no site do Inep (<a href="http://www.inep.gov.br">www.inep.gov.br</a>).</p> <p>As informações são apresentadas em arquivos txt (formato ASCII), permitindo a leitura da base de dados em diversos softwares estatísticos. Para facilitar, o Inep disponibiliza o dicionário de variáveis e os <i>inputs</i> para o SAS (<i>Statistical Analysis System</i>). Entretanto, para aquele que tem habilidade, pode-se também fazer a leitura no R, software gratuito que oferece uma grande variedade de métodos estatísticos.</p>	<p>Informações sobre vagas oferecidas, inscritos, matrículas, ingressante e concluintes.</p> <p>Informações sobre docentes, instituições, organização acadêmica e categoria administrativa.</p>
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	<p>Microdados do Censo Demográfico de 2010.</p> <p>Trata-se de um levantamento minucioso das características da população. As informações são disponibilizadas nos níveis nacional, estadual, municipal e por setores censitários.</p>	<p>Disponibilizado gratuitamente no site do IBGE (<a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a>).</p> <p>Os dados são apresentados em arquivos txt (formato ASCII), permitindo a leitura da base de dados em diversos softwares estatísticos (os mesmos do item anterior). O IBGE disponibiliza também a documentação, contendo o dicionário de variáveis e as descrições das mesmas, tornando possível a elaboração de <i>inputs</i> de leitura dos dados.</p>	<p>Características educacionais, sociais e econômicas da população.</p>
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	<p>Microdados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), importante instrumento de coleta de dados sobre emprego no Brasil, nos estados e nos municípios.</p>	<p>As informações são divulgadas através do PDET (Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho), podendo ser descarregada gratuitamente no site do Ministério do Trabalho e Emprego (<a href="http://www.mte.gov.br">www.mte.gov.br</a>).</p> <p>Junto com os dados [e apresentado o <i>layout</i> dos arquivos, contendo as variáveis suas definições.</p>	<p>Informações sobre as características dos trabalhadores, dos empregadores e dos setores de atividade econômica.</p>

Quadro 1 - Referencial estatístico da pesquisa

Fonte	Base de dados	Acessibilidade	Contribuição para a pesquisa
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Sei) e, o Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M/Pnud).	Informações do Ipeadata. Trata-se de uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais.	As informações do Ipeadata são de acesso gratuito através do site <a href="http://www.ipeadata.gov.br">www.ipeadata.gov.br</a> . Consolida diversas fontes de dados. Apresenta as informações em três segmentos: macroeconômico, social e regional. Este último recorta em nacional, estadual e municipal.	Informações sobre a base econômica e as forças produtivas, além do eleitorado.
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan)	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Sei), constitui no principal provedor de dados do Estado.  Superintendência de Orçamento Público (SPO), órgão encarregado de elaborar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais.	As informações da Sei podem ser obtidas no site <a href="http://www.sei.ba.gov.br">www.sei.ba.gov.br</a> .  As informações geradas pela SPO, algumas podem ser encontradas no portal Transparência Bahia, outras terão que ser solicitadas.	Da primeira, as informações o consumo de energia elétrica, produto interno bruto e valor adicionado.  Da segunda, os dados sobre o financiamento e a execução orçamentária das universidades estaduais.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Trata-se de uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com mais de 180 indicadores sobre a população	Acesso gratuito através do site <a href="http://www.pnud.org.br">www.pnud.org.br</a> .	Informações sobre os indicadores educacionais e a expectativa de vida da população no municípios baianos.

### 1.6 OS LIMITES DA TESE

As referências bibliográficas não são o forte deste trabalho. Contentamo-nos aqui com aquelas que, ao nosso juízo, constituem as mais indispensáveis para a compreensão e análise de nosso objeto. Por outro lado, os dados com que trabalhamos mostraram-se

substanciais e nos permitiram as caracterizações às quais chegamos nesta tese. Para isso, recorreremos a uma grande quantidade de dados. Entretanto, devemos reconhecer que, por mais abrangente que sejam, os levantamentos estatísticos configuram-se representações parciais e incompletas da realidade.

Os resultados aqui apresentados estão circunstanciados nos dados investigados e na capacidade do analista de interpretá-los e inferir sobre a realidade. Os indícios e conclusões que a pesquisa aponta estão contaminados pela inabilidade e miopia do investigador. Portanto, este relatório firma-se como uma tentativa de interpretação de uma realidade específica. Em outras palavras, constitui, apenas, uma alternativa analítica.

## 2 A RECENTE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA

---

Neste capítulo analisamos a recente expansão do ensino superior no Estado da Bahia, tendo como ponto de partida sua dimensão espacial e institucional. Esta perspectiva é importante por duas razões: 1) porque valoriza a forma de assentamento das universidades estaduais no processo de interiorização da oferta de ensino superior no Estado; e 2) porque confere significado ao espaço enquanto mediador das relações sociais. As seções estão focadas nos aspectos relacionados com a oferta e demanda por ensino superior no período recente, em especial na dicotomia público-privado no atendimento às necessidades de formação de nível superior, assim como as causas e os riscos do protagonismo das instituições privadas nesse processo.

Este capítulo tem a intenção de analisar a expansão do ensino superior no período após a promulgação da Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Elegemos o Estado da Bahia como espaço privilegiado de análise. Partimos da hipótese de que os parâmetros estabelecidos pela LDB favoreceram a diversidade de instituições tanto nos aspectos organizativos, quanto no número de cursos e habilitações profissionais, de modo a permitir a proliferação de instituições de natureza privada cujo fim é apenas o ensino.

Para isto, tomamos, sempre que possível, os dados inscritos no período 1997 a 2011. A escolha deste interstício justifica-se por duas razões. Primeiro, a LDB foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, logo, seus efeitos foram produzidos somente a partir de 1997. Ainda em 1997, convém destacar a publicação do Decreto nº 2.306, que regulamentou o Art. 54 da referida Lei, estabelecendo as modalidades de organização acadêmica para as instituições de ensino superior: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores<sup>7</sup>. Segundo, as estatísticas brasileiras contam com

---

<sup>7</sup> Este decreto vigeu até julho de 2001, quando foi revogado pelo Decreto nº 3.860 que acrescentou a essas modalidades acadêmicas as faculdades de tecnologias.

uma defasagem relativamente grande, de modo que algumas informações só estão disponíveis, no máximo, até o ano de 2011. As principais fontes pesquisadas foram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do primeiro, nos valem os microdados do Censo da Educação Superior, enquanto que do segundo, aproveitamos os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Censo Demográfico, também, através dos seus microdados.

## 2.1 A EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS

A contemporaneidade é marcada por uma nova divisão internacional do trabalho onde a mercadoria global<sup>8</sup> exerce a centralidade do sistema produtivo. Como consequência deste processo, observamos o enfraquecimento dos Estados Nacionais, a financeirização da economia, a fragilidade dos movimentos operários e a consequente precarização do trabalho. A discussão sobre emprego desloca-se para o eixo empregabilidade e flexibilidade. Como tendência, nota-se um aumento na procura de educação superior, tendo em vista que só este nível de ensino é capaz de oferecer as competências para enfrentar esse novo mercado de trabalho. Ademais, educação superior assume importância estratégica, na medida em que a forma de inserção dos países neste novo cenário se distingue pela produção e manejo do conhecimento.

Esses mesmos requisitos são impostos aos espaços subnacionais. Nesse contexto, notamos uma expansão acentuada nas matrículas em cursos de graduação no Estado da Bahia no período de 1997 a 2011. Em 1997, este Estado abrigava 58,9 mil estudantes universitários. Quinze anos depois, as matrículas neste nível de ensino alcançaram a marca de 264,3 mil, representando um crescimento de 349,5%. No entanto, as matrículas nas instituições públicas aumentaram em 121,1% no período, saindo de 37 mil estudantes, em 1997, para 81,8 mil em

---

<sup>8</sup> Esta referência é utilizada para designar a mercadoria que pode ser produzida e comercializada em qualquer parte do mundo, garantindo, desta forma, a perfeita mobilidade dos capitais internacionais

2011, enquanto que o número de estudantes acolhidos por instituições privadas saiu 21,8 mil para 182,5 mil, representando um incremento de 737,2% no mesmo período.

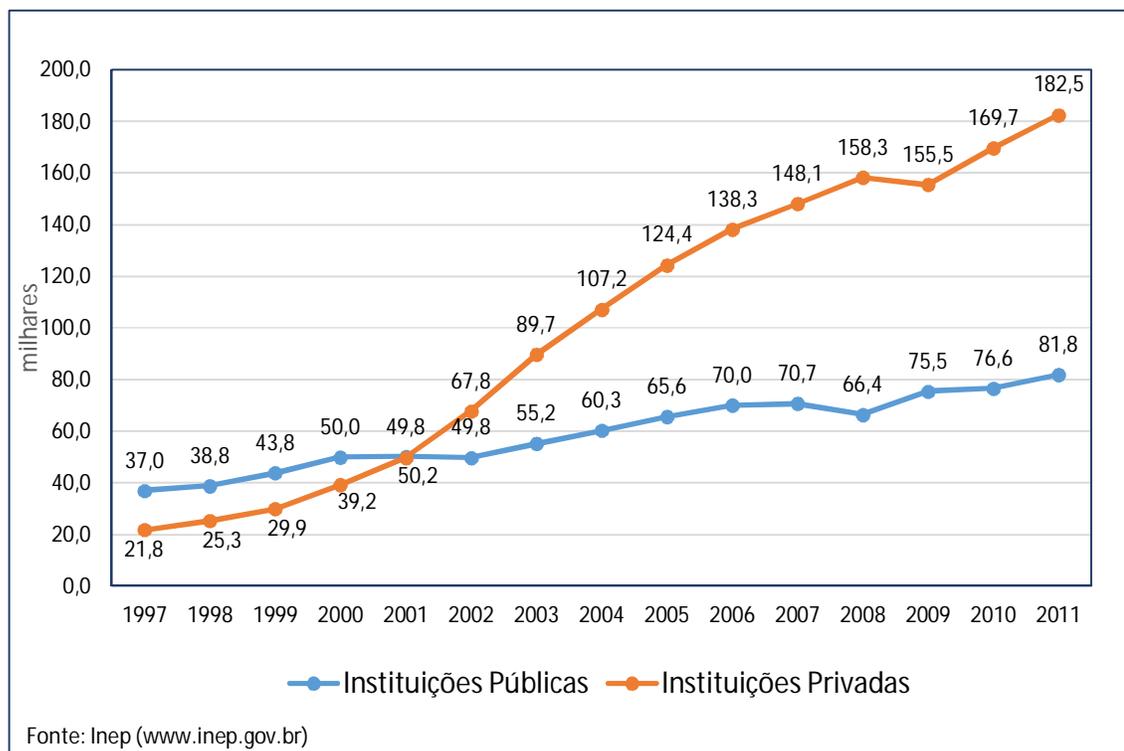


Figura 2 – Bahia: Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - 1997 a 2011 (milhares).

No ano de 1997 as instituições públicas de ensino superior respondiam por 62,9% das matrículas, ao passo que as privadas por apenas 37,1%. Em 2011, as posições se invertem, de modo que estas últimas passaram a abrigar 69,1% dos estudantes universitários, enquanto que as primeiras alcançaram apenas 30,9% desses alunos (ver Figura 1). Este fenômeno se explica por duas razões. De um lado, a ênfase no ensino dada pela Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), no capítulo que trata da educação superior, permitiu a proliferação de instituições cujo fim é tão somente o ensino, contrariando o Art. 207 da Constituição Federal que propõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; de outro, os programas governamentais de bolsa de estudo que, além de garantir a permanência do aluno nessas instituições, garantem também o financiamento dos seus custos fixos, viabilizando, assim, a sustentabilidade desses negócios. Só o Governo do Estado gastou nos anos de 2004 a

2011, em termos nominais, o correspondente a R\$ 43,8 milhões com concessão de bolsas de estudo através do programa Faz Universitário<sup>9</sup>.

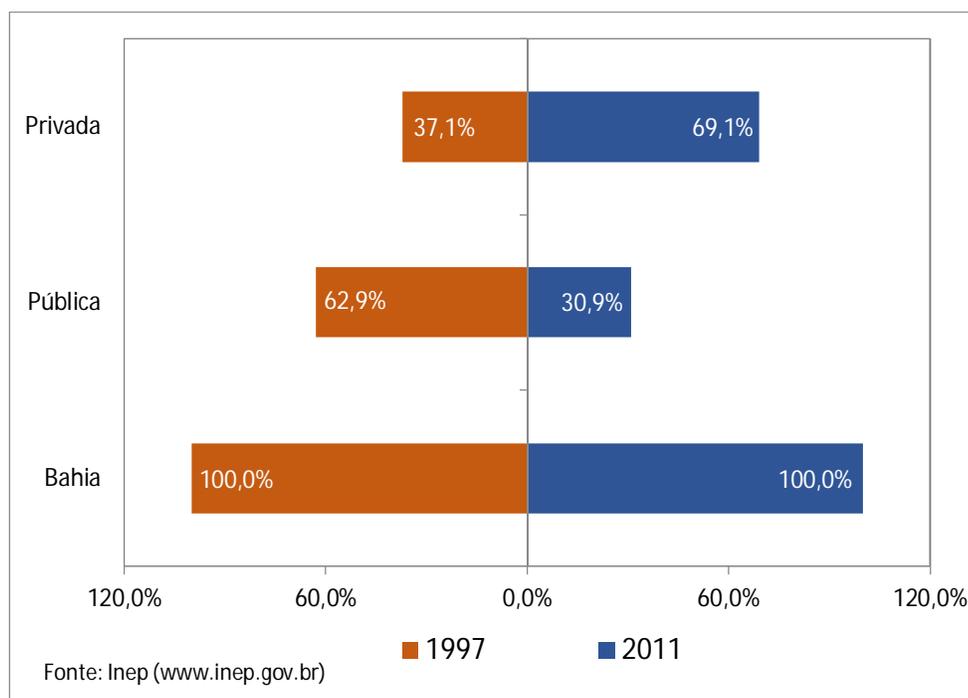


Figura 3 - Bahia: Participação relativa das matrículas em cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - 1997 e 2011.

Com auxílio da Figura 3, é possível verificar que, quando consideramos todo o Estado, as matrículas cresceram a taxas aceleradas até o ano de 2003, quando alcançaram um incremento anual de 23,1%. A partir de então, o aumento nas matrículas se dá a taxas decrescentes, de modo que, quando comparamos os anos 2010 e 2011, esse incremento é de apenas 7,3%. Esta tendência sinaliza para um esgotamento do processo de expansão do ensino superior presencial.

Com efeito, notamos que as matrículas em instituições privadas apresentam taxas mais acentuadas que as das instituições públicas, tendo seu ápice no ano de 2002, quando exibiu um aumento anual de 36,1%. Curiosamente, nesse mesmo ano, as matrículas em instituições públicas apresentaram taxa de crescimento anual discretamente negativa (-0,8%).

<sup>9</sup> Informações cedidas pela Superintendência de Orçamento Público.

Tal redução pode ser atribuída aos movimentos docentes que resultaram em paralisação das atividades universitárias e, conseqüente anulação de semestres letivos ou postergação de matrículas. A esse propósito convém ressaltar que no ano seguinte (2003), as matrículas dessas instituições foram aumentadas em 10,8%.

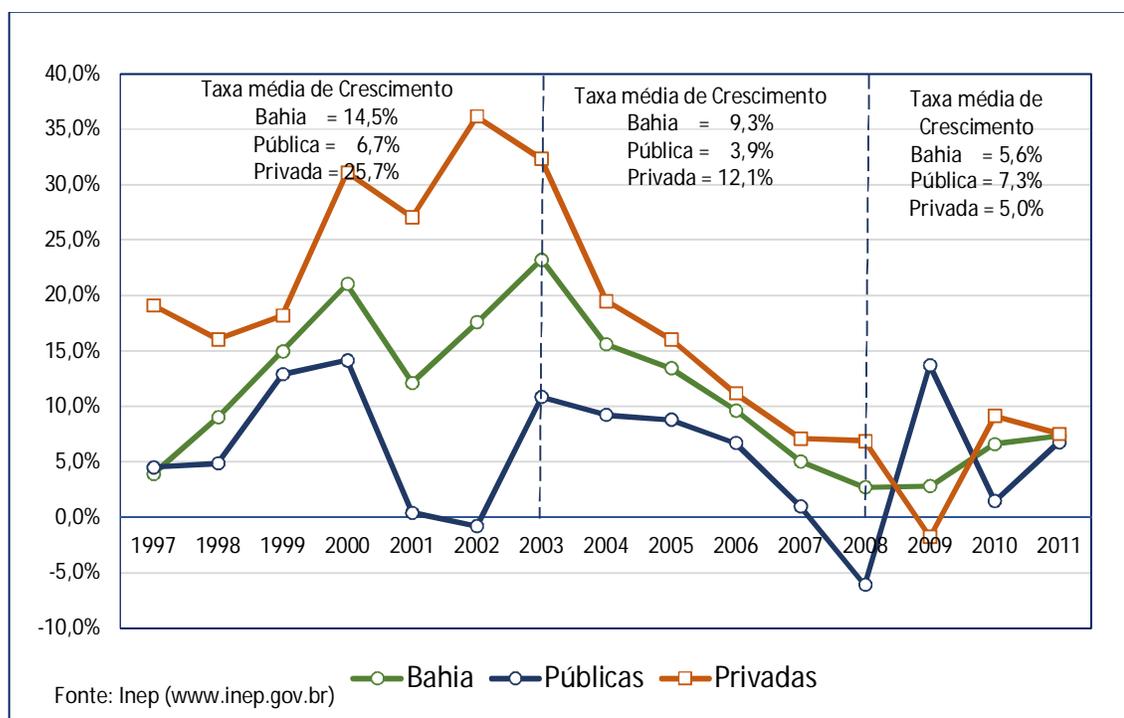


Figura 4 - Bahia: Taxa de crescimento anual das matrículas em cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - 1997 e 2011.

Assim, é possível dividir o período pesquisado em três subperíodos. O primeiro compreende os anos de 1997 a 2003 e se caracteriza por um padrão de crescimento acelerado, com média anual de 14,5% para o total das matrículas. Neste subperíodo as instituições de natureza privada cresceram, em média, 25,7% ao ano, taxa muito mais expressiva que a alcançado pelas instituições públicas de ensino superior, cujo crescimento médio foi de 6,7%. O segundo subperíodo abrange os anos e 2004 a 2008 e apresenta sinais de desaceleração. O padrão é de crescimento à taxas decrescentes, de modo que as médias de crescimento anual são menores que as do subperíodo anterior. As matrículas no Estado da Bahia cresceram à taxa de 9,3% ao ano. Mais uma vez o segmento privado superou o público, foram 12,1% contra 3,9%, respectivamente. O terceiro, caracteriza-se pela consolidação do processo de

desaceleração das matrículas privadas e uma recuperação das matrículas nas instituições públicas. Este subperíodo destaca-se também por apresentar uma tendência a convergência das taxas em um patamar de 6,0%, aproximadamente.

Posto isso, passaremos a tratar sobre as condições em que essa expansão se deu. Para isso, na seção a seguir, analisaremos os principais aspectos relacionados a oferta e a demanda de ensino superior no Estado da Bahia, tendo como recurso a análise de indicadores selecionados.

## 2.2 AS CONDIÇÕES DE OFERTA E DE DEMANDA POR ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA

Do ponto de vista da oferta, desenhava-se um quadro de ampliação da diversidade de instituições, tanto em número e forma organizacional, quanto em cursos e habilitações profissionais, o que proporciona aumento das vagas oferecidas. Por outro lado, ainda havia um grande hiato entre a oferta e demanda.

No início do período estudado, a Bahia contava com 24 instituições de ensino superior, sendo que 7 gozavam das prerrogativas de universidades, enquanto que as demais se organizavam em faculdades, escolas e institutos. Entre as universidades há uma predominância absoluta do setor público, com especial contribuição das universidades estaduais. Por outro lado, quando desviamos olhos para as faculdades e congêneres, a hegemonia das instituições particulares é bastante clara. Considerando o período de 1997/2011, constatamos nesta categoria administrativa um crescimento de 543,8% para as de natureza privada. Isto reforça o argumento de a LDB, ao admitir novas modalidades de estabelecimentos de ensino superior, criou as bases para a expansão dessas instituições.

Os dados das Tabelas 1 e 2 demonstram que houve um expressivo aumento no número de instituições e cursos. Entretanto, o segmento de universidade descreveu uma relativa estagnação no número de instituições, com uma discreta mudança a partir de 2005. Quando se trata de cursos, as universidades apresentam a menor taxa de crescimento. Com efeito, nota-se que o incremento observado deve ser atribuído, quase que integralmente, ao

segmento de faculdade, escolas e instituto de natureza privada. Se, por um lado, isto possa indicar um avanço na oferta de ensino superior, por outro, acentua as desigualdades na medida em que o acesso a esse tipo de serviços não está garantido para toda a população. Em outras palavras, as vagas dessas instituições são dirigidas à parcela da população que pode arcar com o custo da mensalidade, mesmo no que pese os programas de financiamento do governo federal. Ademais, a opção por esse tipo de instituições traz riscos à produção científica, visto que as mesmas, na sua maioria, se ocupam apenas com o ensino.

Tabela 1

Bahia: Número de instituições de educação superior, por categoria administrativa, 1997 – 2011

Categoria Administrativa e Tipo de Instituição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011 / 1997
Bahia	24	37	42	49	63	79	89	99	116	118	121	125	127	116	115	379,2%
Universidade	7	7	7	7	7	7	7	7	8	8	8	8	8	8	8	14,3%
Faculd. Integradas e Centro Universitário	0	0	0	1	1	2	3	4	4	4	4	2	2	2	2	-
Faculdades, Escolas e Institutos	17	30	35	41	55	70	79	88	104	106	109	115	117	106	105	517,6%
Pública	6	6	6	6	6	6	6	6	7	7	7	7	7	8	8	33,3%
Universidade	5	5	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	20,0%
Faculd. Integradas e Centro Universitário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Faculdades, Escolas e Institutos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	100,0%
Privada	18	31	36	43	57	73	83	93	109	111	114	118	120	108	107	494,4%
Universidade	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0,0%
Faculd. Integradas e Centro Universitário	0	0	0	1	1	2	3	4	4	4	4	2	2	2	2	-
Faculdades, Escolas e Institutos	16	29	34	40	54	69	78	87	103	105	108	114	116	104	103	543,8%

Fonte: Inep ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br))

Tabela 2  
Bahia: Número de cursos graduação presenciais, por categoria administrativa.  
2000 – 2011

Categoria Administrativa e Tipo de Instituição	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011 / 2000
Bahia	348	410	520	599	729	868	1.009	1.095	1.098	1.326	1.290	1.322	279,9%
Universidade	246	270	311	336	416	453	516	535	479	584	542	539	119,1%
Faculdades Integradas e Centro Universitário	3	3	6	20	31	35	48	55	71	88	107	120	3.900,0%
Faculdades, Escolas e Institutos	99	137	203	243	282	380	445	505	548	654	641	663	569,7%
Pública	208	230	271	295	373	406	455	462	416	513	481	485	133,2%
Universidade	201	222	263	287	365	398	445	452	405	503	455	451	124,4%
Faculdades, Escolas e Institutos	7	8	8	8	8	8	10	10	11	10	26	34	385,7%
Privada	140	180	249	304	356	462	554	633	682	813	809	837	497,9%
Universidade	45	48	48	49	51	55	71	83	74	81	87	88	95,6%
Faculdades Integradas e Centro Universitário	3	3	6	20	31	35	48	55	71	88	107	120	3.900,0%
Faculdades, Escolas e Institutos	92	129	195	235	274	372	435	495	537	644	615	629	583,7%

Fonte: Inep (www.inep.gov.br)

Ainda no que se refere às universidades, em 2005 foi criada, através da Lei nº 11.151, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mas a mesma só iniciou suas atividades um ano depois. Ocorre que esta universidade surgiu por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no município de Cruz das Almas. Atuou, no primeiro ano, apenas com os cursos que já existiam: Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca e Zootecnia. Assim, naquele ano, o aumento no número de universidades não implicou em nenhuma mudança na oferta de ensino superior.

Segundo dados do Inep (EdudataBrasil), em 2000 as instituições privadas estavam presentes em 9 municípios, com exceção de Salvador; contavam com 43 instituições, das quais apenas 18 delas (41,9%) estavam fora da capital; e respondiam por 13,5% das matrículas no interior do Estado. Em 2004, apenas três anos depois, essas instituições marcaram presença em 27 cidades do interior do Estado e já respondiam por 47,7% das matrículas nesses espaços, evoluindo para a razão de 54,6% no ano de 2007. Os números de 2011 consolidam essa tendência. Nesse ano, 34 municípios contavam com instituições privadas de ensino superior, sendo que estas devam conta de 59,4% das matrículas.

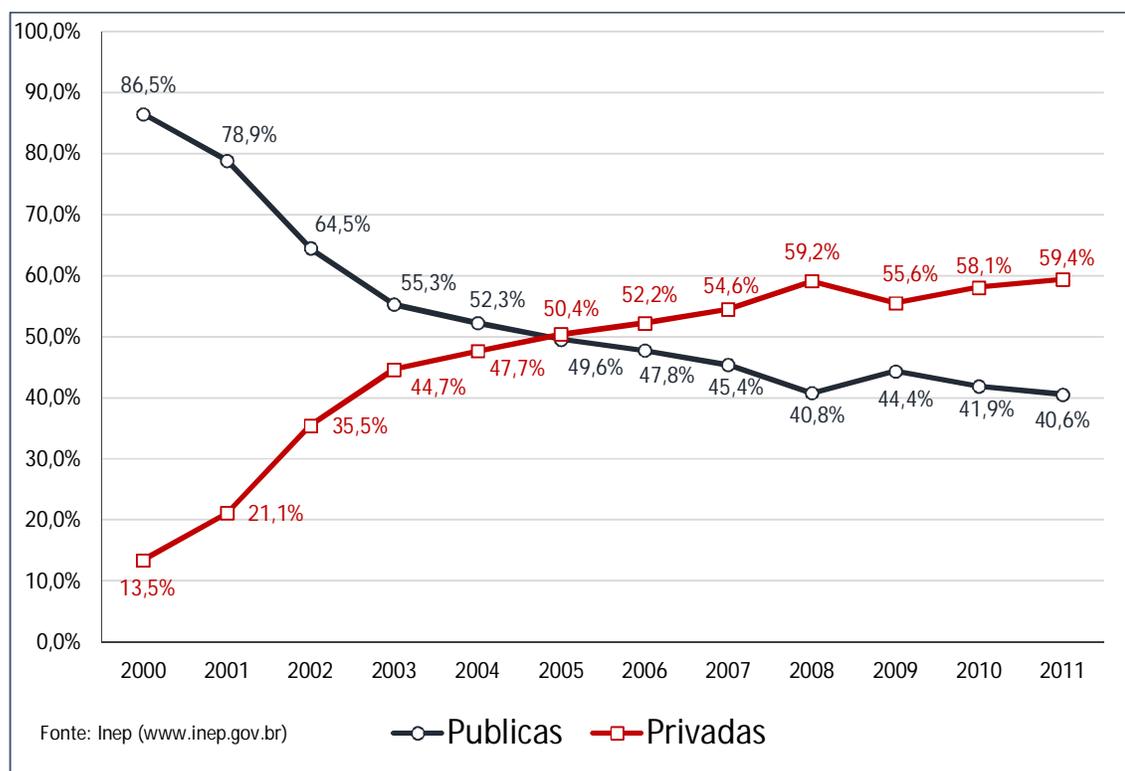


Figura 5 - Bahia: Participação nas matrículas em cursos de graduação presenciais no interior, por categoria administrativa - 1999 e 2011 (%).

Em um movimento oposto, as instituições públicas de ensino superior viram sua participação no interior declinar de 86,5%, em 2000, para 40,6% em 2011. Isto não significa que as instituições públicas reduziram a oferta. Aconteceu exatamente o contrário. Entre os anos 2000 e 2011, as universidades estaduais quase dobraram suas matrículas no interior, saindo de 27.821 para 40.161, enquanto que as instituições federais cresceram de 585 para 11.494. Mesmo no que pese o esforço do setor público em ampliar a oferta de ensino superior para além da capital, o recente processo de expansão está ancorado nas instituições privadas.

A expansão do ensino superior sob a égide da iniciativa privada conduz a concentração da oferta de vagas, visto que as instituições dessa natureza se instalam obedecendo à lógica empresarial. A este propósito, cabe lembrar que, segundo o IBGE, dos 34 municípios que em 2011 contavam com instalações de ensino superior privadas, 25 estavam entre os 50 maiores Produto Interno Bruto (PIB) do Estado; juntos totalizaram R\$ 92,6 bilhões, correspondendo 60,0% da renda estadual nesse ano.

Por outro lado, naquele mesmo ano, as universidades públicas estaduais atendiam a uma clientela de 44 municípios, sendo que em 23 deles só chegava a presença do Estado. Destas localidades, 6 (26,1%) estavam entre os 100 municípios mais pobres da Bahia. Portanto, coube ao Governo do Estado a tarefa de dispersar a oferta de ensino superior no território baiano, democratizando o acesso a esse nível de ensino<sup>10</sup>.

A dinâmica desse processo de expansão se deve a conformação histórica das condições de demanda e oferta por mão-de-obra qualificada. O modelo de desenvolvimento adotado no Estado, a partir da década de 50, com base na industrialização, imprimiu uma grande concentração da atividade econômica na Região Metropolitana de Salvador. Dessa forma, tanto a oferta, como a demanda por qualificação permaneceram restritas aos confins da capital, seja pelos requerimentos da indústria, seja pelos apelos a uma administração pública mais profissional e eficiente<sup>11</sup>.

A oferta de ensino superior, por décadas, esteve circunscrito a cidade de Salvador, com elevada participação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entretanto, nas décadas

---

<sup>10</sup> Há controvérsia em torno desse argumento. Para o caso brasileiro, no ano de 2004, as estatísticas revelaram que o acesso ao ensino superior ainda estava concentrado em jovens de camadas de renda alta e média (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007; COUTINHO, 2006).

<sup>11</sup> Cabe destacar que, nesse modelo, a administração pública assume uma complexidade maior, de modo a transformar-se em uma grande demandante de profissionais qualificados. Ressalte-se, ainda, que na capital está o centro do poder público estadual e os principais órgãos de representação do Governo Federal. Ela abriga o Governador do Estado e seu *staff*.

de 80 e 90 observou-se um aumento na urbanização das cidades baianas, dispersando territorialmente a demanda por esse nível de ensino. Esta tarefa recaiu sobre o Governo do Estado. A Bahia conta com quatro universidades estaduais que abrangem boa parte do seu território. Duas delas estão estruturadas no sistema multicampi: a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). As outras duas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), embora administrativamente sejam unicampus, já possuem atividades dispersas no território com a modalidade de *campi* avançados. A Uefs atua em três municípios, enquanto que a Uesc está presente em dois municípios. Isto evidencia a vocação do Estado para a organização multicampi.

A multicampia favorece a expansão na medida em que torna possível montar uma estrutura universitária fora do centro a custos mais baixos. A instalação de um *campus* é menos exigente em termos de custos administrativos do que a instalação de uma universidade. Esta última requer, por razões institucionais e constitutivas, uma estrutura administrativa que contempla uma reitoria e várias pró-reitorias, em quanto que no modelo multicampi os custos são minimizados, uma vez que a mesma estrutura serve aos vários *campi*.

As universidades estaduais, ao interiorizar a oferta de ensino superior, além de quebrar a hegemonia da Universidade Federal da Bahia, alteraram a configuração da divisão territorial do trabalho e contribuiu com o novo padrão de acumulação capitalista, dispersando a atividade econômica no território. Já é possível encontrar em várias regiões do Estado especialidades profissionais que antes só se encontrava em Salvador.

Para retornar às questões mais gerais sobre as condições de atendimento no ensino superior, convém analisar as informações dispostas na Tabela 3. Nela propomos alguns indicadores de oferta e demanda por ensino superior no Estado da Bahia, para o período de 1997 a 2011:

Tabela 3

Bahia: Indicadores de oferta e demanda por ensino superior.  
1997 – 2011

Indicador	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Vagas Oferecidas	15.469	18.584	27.423	35.229	40.550	64.578	80.619	96.109	105.651	112.576	127.324	131.159	144.692	150.980	156.499
Demanda Potencial <sup>(1)</sup>	852.310	929.166	984.162	1.072.306	1.199.529	1.353.547	1.453.835	1.619.267	1.724.718	1.884.366	1.969.323	2.161.797	2.265.370	2.062.432	2.504.334
Acesso <sup>(2)</sup>	1,8%	2,0%	2,8%	3,3%	3,4%	4,8%	5,5%	5,9%	6,1%	6,0%	6,5%	6,1%	6,4%	7,3%	6,2%
Hiato de Acesso <sup>(3)</sup>	98,2%	98,0%	97,2%	96,7%	96,6%	95,2%	94,5%	94,1%	93,9%	94,0%	93,5%	93,9%	93,6%	92,7%	93,8%
Demanda Efetiva <sup>(4)</sup>	110.951	123.393	174.447	213.621	224.541	269.092	290.150	297.375	294.328	309.989	302.127	249.265	309.867	354.077	526.896
Acesso Efetivo <sup>(5)</sup>	13,9%	15,1%	15,7%	16,5%	18,1%	24,0%	27,8%	32,3%	35,9%	36,3%	42,1%	52,6%	46,7%	42,6%	29,7%
Hiato de Acesso Efetivo <sup>(6)</sup>	86,1%	84,9%	84,3%	83,5%	81,9%	76,0%	72,2%	67,7%	64,1%	63,7%	57,9%	47,4%	53,3%	57,4%	70,3%
Ingresso	15.058	17.929	25.371	29.581	35.236	50.424	56.941	57.402	64.039	63.888	62.796	61.447	55.753	69.567	78.949
Grau de Efetividade <sup>(7)</sup>	97,3%	96,5%	92,5%	84,0%	86,9%	78,1%	70,6%	59,7%	60,6%	56,8%	49,3%	46,8%	38,5%	46,1%	50,4%

Fontes: Inep ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)); Pnad/IBGE e Censo 2000/IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

Notas: (1) População com ensino médio concluído;

(2) Razão entre as vagas oferecidas e a demanda potencial;

(3) Proporção da população com ensino médio sem acesso ao ensino superior;

(4) Quantidades de inscritos em concurso vestibular;

(5) Razão entre as vagas oferecidas e a demanda efetiva;

(6) Proporção da população que deseja a universidade sem acesso a ela;

(7) Percentual das vagas preenchidas.

Com efeito, notamos que, embora a oferta de vagas apresentasse uma trajetória de crescimento acentuado, saindo de 15.469, em 1997, para 156.499 em 2011, a demanda potencial, aqui definida como sendo o quantitativo de pessoas com o ensino médio concluído, também descrevia um crescendo, de modo que o acesso ainda se apresentava com taxas muito modestas, chegando ao final do período com um atendimento a apenas 6,2% desse contingente. Em complemento, o hiato de acesso, isto é, a percentagem de pessoas que concluíram o ensino médio, mas o seu acesso ao ensino superior é negado, exibia taxas mais expressivas. No ano de 2011, 93,8% dessas pessoas não tiveram acesso à universidade.

O uso da demanda potencial para avaliar o acesso ao ensino superior pode provocar viés na análise, visto que a decisão de continuar os estudos é inerente ao sujeito, de modo que o mesmo pode preferir não avançar na direção da universidade e aventurar-se no mercado de trabalho com as competências que o ensino médio lhe outorgou, esta é uma decisão inseparavelmente do sujeito. Para contornar este problema, consideramos a demanda efetiva como sendo o quantitativo de pessoas inscritas em processos seletivos de instituições de ensino superior<sup>12</sup>. A este propósito, observamos que houve um razoável aumento do acesso e uma considerável redução do hiato de acesso. Em 1997, apenas 13,9% dos que pleiteavam uma vaga poderiam obter êxito, ao passo 86,1% eram alijados no processo de concorrência. No período analisado, neste particular, os números estabeleceram uma trajetória bastante animadora até o ano de 2008, indicando aumento do acesso para 52,6% e redução do hiato para 47,4%. Contudo, nos anos de 2009 a 2011, esse processo mostra sinais de esgotamento, de modo que o atendimento no ensino superior, pelo critério do acesso efetivo, encerrou o período com a marca de 29,7%, enquanto que 70,9% daqueles de desejavam a universidade, permaneceram fora dela.

Entretanto, há um aspecto que nos chama atenção. Embora o acesso demonstrasse uma trajetória crescente, o grau de efetividade do acesso ao ensino superior (percentual das vagas preenchidas) desenhava uma tendência à diminuição. Enquanto no início do período (1997) a efetividade do sistema era de 97,3%, no final (2011) este indicador revelava que apenas 50,4% das vagas oferecidas eram preenchidas. O mais curioso neste caso é que, ao decompor por categoria administrativa, evidenciamos que quem mais contribuiu para esse quadro foram as instituições privadas.

---

<sup>12</sup> Ainda assim há problemas que incidem sobre esse indicador. Ocorre que esse número pode apresentar duplicidades, visto que é comum o candidato inscrever-se em mais de uma instituição. Contudo, o mesmo fornece uma aproximação melhor do que a demanda potencial.

Tabela 4

Bahia: Concorrência e grau de efetividade no acesso ao ensino superior, por categoria administrativa.  
1997 – 2011

Indicador	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Vagas Oferecidas	15.469	18.584	27.423	35.229	40.550	64.578	80.619	96.109	105.651	112.576	127.324	131.159	144.692	150.980	156.499
Federal	3.775	3.750	3.830	3.870	3.955	3.976	4.021	4.395	4.886	5.486	5.858	7.578	9.986	12.441	12.711
Estadual	4.676	5.243	10.270	8.753	7.171	11.854	13.023	11.989	11.175	14.033	12.748	10.235	11.472	10.769	14.487
Privada	7.018	9.591	13.323	22.606	29.424	48.748	63.575	79.725	89.590	93.057	108.718	113.346	123.234	127.770	129.301
Inscritos	110.951	123.393	174.447	213.621	224.541	269.092	290.150	297.375	294.328	309.989	302.127	249.265	309.867	354.077	526.896
Federal	33.674	39.261	42.758	48.407	48.618	51.647	40.858	41.876	37.873	55.180	49.157	47.215	63.249	120.148	134.855
Estadual	42.009	44.016	84.883	100.358	100.636	112.230	139.086	134.954	119.841	123.565	116.621	89.920	85.510	101.403	184.563
Privada	35.268	40.116	46.806	64.856	75.287	105.215	110.206	120.545	136.614	131.244	136.349	112.130	161.108	132.526	207.478
Ingressos	15.058	17.929	25.371	29.581	35.236	50.424	56.941	57.402	64.039	63.888	62.796	61.447	55.753	69.567	78.949
Federal	3.721	3.709	3.771	3.861	3.922	4.005	4.023	4.311	4.966	5.275	5.478	5.694	9.241	11.149	11.723
Estadual	4.492	5.281	10.115	8.725	7.113	11.489	12.842	11.847	10.958	13.068	12.026	9.319	6.643	10.209	10.480
Privada	6.845	8.939	11.485	16.995	24.201	34.930	40.076	41.244	48.115	45.545	45.292	46.434	39.869	48.209	56.746
Concorrência <sup>(1)</sup>	7	7	6	6	6	4	4	3	3	3	2	2	2	2	3
Federal	9	10	11	13	12	13	10	10	8	10	8	6	6	10	11
Estadual	9	8	8	11	14	9	11	11	11	9	9	9	7	9	13
Privada	5	4	4	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	2
Grau de Efetividade <sup>(2)</sup>	97,3%	96,5%	92,5%	84,0%	86,9%	78,1%	70,6%	59,7%	60,6%	56,8%	49,3%	46,8%	38,5%	46,1%	50,4%
Federal	98,6%	98,9%	98,5%	99,8%	99,2%	100,7%	100,0%	98,1%	101,6%	96,2%	93,5%	75,1%	92,5%	89,6%	92,2%
Estadual	96,1%	100,7%	98,5%	99,7%	99,2%	96,9%	98,6%	98,8%	98,1%	93,1%	94,3%	91,1%	57,9%	94,8%	72,3%
Privada	97,5%	93,2%	86,2%	75,2%	82,2%	71,7%	63,0%	51,7%	53,7%	48,9%	41,7%	41,0%	32,4%	37,7%	43,9%

Fonte: Inep ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br))

Notas: (1) Razão entre inscrito e vagas;

(2) Proporção de vagas ocupadas (ingresso / vagas)

As instituições de natureza privada, embora respondessem por razoável parcela das vagas ofertadas, apresentavam menor ocupação, chegando a 2011 com 56,1% das suas vagas ociosas. Por outro lado, as instituições públicas (federais e estaduais) apresentavam graus de efetividade mais auspiciosos e, conseqüentemente, menor ociosidade. No final do período as instituições federais exibiam uma efetividade de 92,2%, correspondendo a uma ociosidade de 7,8%. As instituições estaduais, no ano de 2011, exibiram um grau de efetividade 72,3%, indicando que 27,7% de suas vagas não foram ocupadas. Este fato causa preocupação, visto que essas instituições têm uma função social que não lhes permitem operar com elevado nível de ociosidade.

Quando separamos considerando um recorte espacial, notamos que o problema incide com mais intensidade nos cursos instalados no interior, cuja ociosidade alcançou 30,4%. Para os cursos sediados na Região Metropolitana de Salvador (RMS), apenas 4,8% das vagas não foram ocupadas. Neste aspecto, as estaduais apresentaram a menor taxa de ociosidade. Este fenômeno pode ser explicado pela assimetria entre a oferta e demanda por cursos dessas instituições. Enquanto apenas 10,7% (1.550) de suas vagas foram ofertadas na RMS, 40,0% dos que demandaram os cursos (74.457) dessas instituições estavam nesta Região metropolitana.

Tabela 5

Bahia: Grau de efetividade no acesso ao ensino superior e ociosidade de vagas por categoria administrativa.

2011

Indicador	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Acesso <sup>(1)</sup>	Hiato de Acesso <sup>(2)</sup>	Grau de Efetividade <sup>(3)</sup>	Ociosidade <sup>(4)</sup>
Bahia	156.499	526.896	78.949	29,7%	70,3%	50,4%	49,6%
Federal	12.711	134.855	11.723	9,4%	90,6%	92,2%	7,8%
Estadual	14.487	184.563	10.480	7,8%	92,2%	72,3%	27,7%
Privada	129.301	207.478	56.746	62,3%	37,7%	43,9%	56,1%
Região Metropolitana de Salvador (RMS)	99.476	268.883	46.103	37,0%	63,0%	46,3%	53,7%
Federal	7.861	49.750	7.125	15,8%	84,2%	90,6%	9,4%
Estadual	1.550	74.457	1.475	2,1%	97,9%	95,2%	4,8%
Privada	90.065	144.676	37.503	62,3%	37,7%	41,6%	58,4%
Interior	57.023	258.013	32.846	22,1%	77,9%	57,6%	42,4%
Federal	4.850	85.105	4.598	5,7%	94,3%	94,8%	5,2%
Estadual	12.937	110.106	9.005	11,7%	88,3%	69,6%	30,4%
Privada	39.236	62.802	19.243	62,5%	37,5%	49,0%	51,0%

Fonte: Inep (www.inep.gov.br)

Notas: (1) Razão entre as vagas oferecidas e candidatos inscritos (demanda efetiva);

(2) 100,0% - Acesso

(3) Proporção de vagas ocupadas

(4) Proporção de vagas não ocupadas

Percebemos, ainda, que havia uma clara preferência dos candidatos pelas instituições públicas, de modo que a concorrência nestas instituições tendia a ser mais expressiva, quando comparamos com as instituições privadas. Isto pode ser explicado por duas razões. Primeiro, as questões financeiras envolvidas na escolha do candidato. Enquanto em uma universidade pública o aluno se depara apenas com o custo de oportunidade<sup>13</sup>, em uma instituição privada o mesmo se defronta com, além do custo de oportunidade, o custo da anuidade. Segundo, as instituições públicas, sobretudo as estaduais, estão mais dispersas no território baiano, de modo que em algumas localidades há apenas instituições desta natureza.

Para Neves, Raizer e Fachinetto (2007), a ociosidade de vagas nas instituições privadas decorre de uma estratégia empresarial, uma espécie de reserva de mercado. Dessa forma, o não preenchimento de vagas, ainda que em uma proporção elevada, não significa uma crise no setor. A crise só se manifestaria nos momentos onde as vagas preenchidas não fossem capazes de garantir a rentabilidade dessas instituições.

Do nosso ponto de vista, o crescimento acelerado das vagas nas instituições privadas indica uma busca por economias de escala, visto que, quanto maior for o número de matrículas nessas instituições, menor será o custo médio das mesmas. Este argumento também pode justificar a predileção dessas instituições por se instalarem em municípios de maior renda, pois são também os de maior densidade populacional e urbanização. Cabe lembrar que essas instituições, no ano de 2011, estavam em 43 municípios que, segundo informações do censo demográfico, abrigavam 46,6% das pessoas que moravam na Bahia em 2010, das quais 91,1% residiam em zonas urbanas.

O pouco dinamismo do setor público na oferta de ensino superior, aliado aos novos parâmetros estabelecidos pela LDB, permitiu que a iniciativa privada assumisse a liderança do processo recente de expansão universitária no Estado da Bahia. Os riscos dessa estratégia são vários, mas ressaltaremos aqui apenas dois deles.

Em primeiro lugar, esse processo teve como consequência a concentração espacial das vagas oferecidas, de modo que a capital ainda é o grande espaço de oferta de ensino superior. Segundo informações do Inep, no ano de 2011, das matrículas realizadas em instituições privadas 65,0% foram na Região Metropolitana de Salvador, ao tempo em que

---

<sup>13</sup> O custo de oportunidade é o custo de uma escolha em termos de uma oportunidade renunciada. Por exemplo, um aluno que, ao investir seu tempo em estudar e acompanhar as aulas, renuncia a renda que poderia obter se, ao invés de estudar, escolhesse trabalhar.

esta cidade abrigava 64,5% dos novos profissionais formados por essas instituições naquele ano.

Em segundo lugar, a expansão sob a orientação da iniciativa privada não trouxe mudanças significativas na estrutura de oportunidade de acesso no ensino superior. Os estudantes de famílias de baixa renda dificilmente atingem este nível de ensino. Ainda considerando o ano de 2011, apenas 2,1% dos estudantes do ensino superior pertenciam ao extrato dos 25% mais pobres, ao passo que 80,4% desses estudantes eram oriundos do extrato mais elevado de renda *per capita*.

Tabela 6

Bahia: Distribuição dos estudantes por nível de ensino, segundo quartil de rendimento familiar per capita.

2011

Nível de Ensino	Renda Familiar per capita <sup>(1)</sup>				Total
	1º quartil	2º quartil	3º quartil	4º quartil	
Fundamental <sup>(2)</sup>	30,2%	28,7%	24,0%	17,1%	100,0%
Médio <sup>(2)</sup>	15,6%	21,6%	32,8%	29,9%	100,0%
Superior de Graduação	2,1%	4,1%	13,3%	80,4%	100,0%

Fonte: Microdados PNAD/IBGE

Notas: (1) Exclusive o rendimento de pensionista e pessoas de menos de 10 anos de idade

(2) Inclusive Educação de Jovens e Adultos (EJA) correspondente a cada nível

Chama nossa atenção o funesto prognóstico apresentado pelos números dispostos na Tabela 6: as oportunidades de escolarização para os indivíduos de famílias de baixa renda reduzem na medida em que avançamos no nível educacional. Nos níveis fundamental e médio, onde o domínio é do setor público, os alunos oriundos de famílias menos desfavorecidas contavam com mais oportunidades. Em 2011, os estudantes de famílias cuja renda per capita situava no primeiro quartil, isto é, 25,0% mais pobres da população, correspondiam a 30,2% daqueles que cursavam o ensino fundamental e 15,6% dos que estavam no ensino médio. Esta constatação nos convida a discutir as razões pelas quais o Estado conseguiu ampliar, mesmo que longe dos padrões ideais, o atendimento nesses níveis de ensino, mas não foi capaz de assegurar a democratização do ensino superior, de modo a garantir mais oportunidades aos filhos de famílias pobres, ainda no que pese a iniciativa de estabelecer cotas nas universidades estaduais.

Isso está relacionado à qualidade do ensino médio público. Ocorre que na educação básica há um diferencial de qualidade em favor do ensino privado. Assim, os jovens de camadas de renda mais elevada, oriundos de escolas privadas de boa qualidade, são mais competitivos na disputa por uma vaga em uma universidade pública e gratuita que, paradoxalmente, têm qualidade superior às privadas (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

Silva (2008), no entanto, argumenta que as instituições públicas são mais burocráticas e estão submetidas a um esquema de regulação mais rígido que o setor privado, de modo que este último responde mais rapidamente às pressões da demanda, transformando-se, muitas vezes, na única alternativa, sobretudo para aqueles jovens que não conseguiram entrar em uma universidade pública. Esse autor salienta que o dinamismo das instituições privadas se deve a uma gestão pautada no personalismo e centralização das decisões em mãos do empresário, e completa seu argumento dizendo que, neste modelo de gestão, o espírito acadêmico dá lugar ao arbítrio do proprietário (SILVA, 2008, p. 88).

Entretanto, a preferência do candidato por instituições ensino superior pública não se justifica somente por fatores financeiros e pela oportunidade. A escolha por estas instituições se deve, em boa medida, também pela qualidade do ensino oferecido e ambiência acadêmica. Nestes aspectos, a análise por categoria administrativa revela diferenças significativas.

Quando analisamos os dados do Censo da Educação Superior para o ano de 2011, tendo como recortes a categoria administrativa e o regime de trabalho, vemos que naquele ano as instituições pública tinham 71,7% de suas funções docentes em regime de tempo integral, sendo que 47,6% em regime de dedicação exclusiva. Por outro lado, nas instituições privadas 20,1% das funções docentes eram em tempo integral, das quais apenas 2,1% dedicavam-se exclusivamente. Contra estas últimas pesa, ainda, o fato de que a proporção mais expressiva era a de funções docentes em regime de trabalho horista (38,4%).

Essa informação é importante porque, em tese, o docente em tempo integral, asseguradas as condições de trabalho, tem mais tempo para dedicar-se a outras atividades acadêmicas que não unicamente aula, tais como a extensão e a pesquisa. Estas atividades agregam valor às instituições e contribui na produção de conhecimento e progresso da nação. Ademais, as disciplinas oferecidas nas instituições públicas vão além do currículo mínimo,

oportunizando ao aluno um conjunto que abrange as obrigatórias, as optativas e as eletivas. No entanto, as instituições privadas quase sempre se limitam ao mínimo exigido pela legislação. Em alguns casos, nem as exigências legais são atendidas, a exemplo de um terço do corpo docente em regime de tempo integral<sup>14</sup>.

Tabela 7  
Bahia: Funções Docentes, segundo regime de trabalho.  
2011

Categoria Administrativa	Regime Trabalho					Total
	Tempo Integral com Dedicção Exclusiva	Tempo Integral sem Dedicção Exclusiva	Tempo Parcial	Horista	Não Informado	
Bahia	23,7%	20,9%	23,5%	20,2%	11,7%	100,0%
Pública	47,6%	24,1%	12,9%	0,2%	15,3%	100,0%
Federal	54,2%	11,7%	15,2%	0,0%	18,9%	100,0%
Estadual	41,0%	36,2%	10,6%	0,4%	11,7%	100,0%
Privada	2,1%	18,0%	33,1%	38,4%	8,5%	100,0%

Fonte: Inep (www.inep.gov.br)

A Tabela 8 demonstra que as instituições públicas apresentavam, desde 2011, um quadro de funções docentes com 74,3% de mestres e doutores, chegando a mais um terço do corpo docente com formação de doutorado (34,5%). Por outro lado, nesse mesmo ano, as instituições privadas tinham 47,0% do corpo docente composto por especialistas e graduados; 40,8% de mestres; e apenas 12,2% de doutores.

Tabela 8  
Bahia: Funções Docentes por Grau de Formação  
2011

Categoria Administrativa	Grau de Formação				Total
	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	
Bahia	22,8%	40,3%	29,4%	7,5%	100,0%
Pública	34,5%	39,8%	11,8%	13,9%	100,0%
Federal	43,3%	25,2%	4,4%	27,1%	100,0%
Estadual	25,8%	54,1%	19,0%	1,1%	100,0%
Privada	12,2%	40,8%	45,4%	1,6%	100,0%

Fonte: Inep (www.inep.gov.br)

<sup>14</sup> O Art. 52 da LDB define as universidades como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam, entre outros atributos, por um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Em 2011, quinze anos após a promulgação da LDB, as universidades privadas no Estado da Bahia ainda tinham apenas 20,1% das suas funções docentes em tempo integral, ao passo que 71,5% eram em tempo parcial e horistas.

A combinação regime de trabalho e qualificação docente reflete nos resultados do Resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), cuja finalidade é avaliar o rendimento acadêmico dos estudantes de graduação, tendo em vista aos conteúdos programáticos, habilidades e competências.

Tabela 9

Bahia: Resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), 2011

Categoria Administrativa	Conceito						Total de Cursos Avaliados
	Sem Conceito	1	2	3	4	5	
Bahia	4,0%	12,0%	27,9%	28,7%	25,1%	2,4%	251
Pública	3,3%	13,2%	12,4%	30,6%	37,2%	3,3%	121
Federal	4,5%	4,5%	11,4%	27,3%	47,7%	4,5%	44
Estadual	2,6%	18,2%	13,0%	32,5%	31,2%	2,6%	77
Privada	4,6%	10,8%	42,3%	26,9%	13,8%	1,5%	130

Fonte: Inep (www.inep.gov.br)

Em 2011, foram avaliados 251 cursos de graduação no Estado da Bahia, dos quais 121 foram oferecidos por instituições públicas e 130 por privadas. Considerando apenas as públicas, 40,5% alcançaram conceitos entre 4 ou 5; 43,0% ficaram com conceito 2 ou 3; 13,2% com conceito 1; e 3,3% não cumpriram os requisitos mínimos de pontuação. Por outro lado, quando analisamos o segmento privado, evidenciamos 15,3% obtiveram o conceito 4 ou 5; 53,1% conseguiram os conceitos 2 e 3; 10,8% com conceito 1; e 4,6% que não atenderam as exigências para pontuar. Estes números expressam o diferencial de qualidade no ensino oferecido por essas instituições.

É claro que a proposição posta aqui não pode ser vista de forma axiomática. A escolha por uma curso em uma instituição de ensino superior é própria do candidato, que o fará baseado no seu conjunto de valores, portanto, trata-se de uma decisão muito particular. Ademais, as estatísticas apresentadas não nos permitem generalizações, de modo que não podemos dizer que toda instituição particular é ruim, nem tampouco que toda pública é de qualidade.

# 3 FINANCIAMENTO E RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

---

Neste capítulo, empenhamo-nos em analisar a distribuição dos recursos orçamentários do tesouro estadual nas universidades estaduais, com vista em identificar o regime de financiamento público dessas universidades. Para isso, recorreremos às informações sobre a execução orçamentária dessas instituições, sobre as quais fizemos algumas reflexões.

Uma primeira seção é dedicada ao regime de financiamento dessas instituições considerando um cenário de ajuste fiscal restritivo e a reforma do financiamento da educação básica.

Uma segunda seção tem por objetivo identificar as interfaces existentes entre o ordenamento das despesas orçamentárias das universidades estaduais e as restrições que elas enfrentam.

## 3.1 REGIME DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS: UMA TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO

Tratando-se das políticas de educação, o financiamento das instituições públicas de ensino superior aparece como um importante ponto de discussão em âmbito nacional<sup>15</sup>, sobretudo quando se refere às instituições federais de ensino. Entretanto, o debate em torno da alocação de recursos públicos, em meio às restrições orçamentárias e financeiras impostas

---

<sup>15</sup> No que se refere à educação básica, observa-se um processo de reforma em curso no modelo de financiamento, através de fundo garantidor (o Fundef, em um primeiro momento, e o Fundeb na atualidade) e de alguns programas (Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, por exemplo).

pelo cenário fiscal, ainda se mantém nos limites da comunidade acadêmica e de alguns setores governamentais.

Jacques Velloso (2000) destaca três formas de destinação de verbas públicas ao ensino superior: incremental, contrato de gestão e fórmulas. No modelo de financiamento incremental as verbas são alocadas em cada universidade em função do orçamento do ano anterior, obedecendo a critérios que variam em razão do cenário econômico e político. No financiamento por contrato de gestão o recurso é orientado pelos interesses da administração pública e seu repasse se dá por meio de contrato assinado entre o Estado e a Universidade, tendo em vista o cumprimento de metas pactuadas entre as partes. No financiamento por fórmula são formulados indicadores de gestão e de desempenho acadêmico. Com base nestes indicadores é estabelecido um ranking das universidades e, então, determina-se a proporção orçamentária de cada universidade.

Na Bahia, mesmo no que pese a tentativa de subvincular parcela da Receita de Impostos Líquida (RIL)<sup>16</sup> às universidades estaduais, ainda predomina o modelo de financiamento incremental, combinado com negociações entre universidade e Estado. Este estilo de financiamento, na medida em que as negociações são feitas de maneira isolada (cada universidade ao seu tempo), facilita o controle burocrático, uma vez que estabelece uma solidariedade entre do Estado e as universidades estaduais.

O ordenamento de despesas públicas obedece a preceitos formais, portanto rígidos, de modo que a prática de um orçamento incremental afeta a autonomia universitária, na medida em que as universidades recebem os recursos já consignados para grupos e elementos de despesas específicos. A manutenção desse modelo de financiamento faz com que as universidades estaduais concorram entre si na alocação de recursos orçamentários. Ademais, o fato de o pacto federativo ter atribuído a educação básica como prioridade na alocação de recursos estaduais, aliado à formação de um fundo garantidor da manutenção deste nível de ensino<sup>17</sup>, tornou ainda mais rarefeitos os recursos disponíveis para o ensino superior no Estado.

---

<sup>16</sup> A Constituição Federal de 1988, no Art. 212, definiu que o Estado deve aplicar 25% da sua receita de impostos, compreendidas as transferências de impostos federais, líquida da parcela devida aos municípios.

<sup>17</sup> Com a Emenda Constitucional nº 53, de 20 de dezembro de 2006, foi criado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), subvinculando 80% dos recursos oriundos do Art. 212 da Constituição Federal (25%) à educação básica, deixando apenas 5% para o ensino superior e demais modalidades não abrangidas no Fundeb.

O Estado da Bahia conta com quatro universidades estaduais que abrangem todo seu território. Duas delas estão estruturadas no sistema multicampi: a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). As outras duas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), embora administrativamente sejam unicampus, já possuem atividades dispersas no território com a modalidade de *campi* avançados. A Uefs atua em três municípios, enquanto que a Uesc está presente em dois municípios. Isto evidencia a vocação do Estado para a organização multicampi.

O aporte de recursos no ano de 2012 nessas universidades foi da ordem de R\$ 916,7 milhões, correspondendo a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, a 3,1 % do total do orçamento, a 4,2% da receita corrente líquida e a 5,2% da receita líquida de impostos. Estes recursos foram alocados nas despesas com pessoal (70,7%), na manutenção (26,3%) e no investimento (3,0%) das unidades universitárias. Com efeito, notamos que os gastos das universidades estaduais naquele ano de 2012 foram financiados em 93,6% pelos recursos do tesouro, 3,6% por captação própria e 2,8% por convênios federais e outras transferências.

O quadro desenhado em 2012 foi mantido para os valores previstos na Lei Orçamentária para o exercício de 2013 e na Proposta Orçamentária para 2014, com o discreto aumento da participação dos recursos próprios e diminuição dos convênios federais. Entretanto, devemos considerar que esses últimos anos são expectativas, de modo que poderão conformar-se em valores diferentes quando da execução do orçamento. Por outro lado, não devemos esperar mudanças nesse quadro, tendo em vista que as proporções verificadas em 2012 estão em conformidade com a série histórica desses gastos.

Essas informações, ainda que de maneira intuitiva, nos permite tomar conhecimento de um elemento importante do modelo de financiamento das universidades estaduais baianas, a grande dependência dos recursos do tesouro. Isto, embora seja um aspecto importante, não pode ser visto como um problema. Pois, essas universidades foram constituídas na modalidade de autarquias estaduais, cabendo ao Estado o seu financiamento.

Tabela 10  
Universidades Estaduais Baianas: execução da despesa orçamentária por fonte de financiamento  
2007 – 2012

Despesa / Fonte de Recursos / Agregados Selecionados	Em R\$ mil						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Orçado 2013 <sup>(a)</sup>
DESPESAS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS	462.108	546.090	619.235	725.269	817.329	916.699	990.906
Recursos do Tesouro	443.614	521.858	578.389	674.388	756.985	858.111	923.572
Recursos Próprios	10.949	11.461	31.565	36.234	38.877	33.268	55.064
Convênios com Órgãos Federais	7.231	12.468	8.815	14.190	21.106	24.996	12.002
Outras Transferências	314	303	466	457	361	324	268
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) <sup>(b)</sup>	109.651.844	121.508.474	137.074.671	154.340.458	168.181.194	186.411.475	204.446.785
Despesas das UE - Proporção do PIB	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
TOTAL DE DESPESA DO ESTADO	16.780.311	19.667.311	21.234.274	24.412.475	26.874.118	29.974.116	34.581.042
Despesas das UE - Proporção do Orçamento	2,8	2,8	2,9	3,0	3,0	3,1	2,9
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL <sup>(c)</sup>	12.584.607	14.237.788	14.671.427	17.372.551	19.344.308	21.624.181	22.595.860
Despesas das UE - Proporção da RCL	3,7%	3,8%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,4%
Despesas UE com rec. do Tesouro - Proporção da RCL	3,5%	3,7%	3,9%	3,9%	3,9%	4,0%	4,1%
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA – RIL <sup>(d)</sup>	10.642.092	12.247.925	12.155.265	14.024.226	16.026.202	17.592.511	19.012.645
Despesas das UE - Proporção da RIL	4,3%	4,5%	5,1%	5,2%	5,1%	5,2%	5,2%
Despesas UE com rec. do Tesouro - Proporção da RIL	4,2%	4,3%	4,8%	4,8%	4,7%	4,9%	4,9%

Fontes: Secretarias do Planejamento e Fazenda; SEI

(a) Lei nº 12.612 de 28/12/2012 (Lei Orçamentária Anual)

(b) Os valores de 2011 e 2012 estão sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE); o valor de 2013 foi estimado pelo autor, levando em consideração a previsão de crescimento de 2,5% (SEI) e uma expectativa de preços, medida pelo IPG-DI, de 7,0% (Ministério do Planejamento)

(c) Lei Complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)

(d) Art. 2012, da Constituição Federal de 1988

A experiência das universidades estaduais baianas é particularmente ilustrativa no que se refere ao modelo de financiamento incremental. O fato de apresentar proporções fixas no tempo, qualquer que seja a razão que se considere (% PIB, % do orçamento, % RCL ou % RIL), indica que o regime de financiamento dessas instituições está regulado pelo desempenho econômico do Estado. Em outras palavras, podemos afirmar que o montante de recursos destinados as mesmas, em última análise, não decorre de uma ação deliberada de planejamento estatal, mas sim de parâmetros macroeconômicos. Isto pode significar um entrave ao crescimento dessas instituições, na medida em que as tornam vulneráveis a choques econômicos e crises fiscais.

É preciso especificar, no entanto, que embora a universidade guarde autonomia em relação ao cenário econômico, também contribui para o mesmo, seja na formação

profissional, seja como parte dispensável do sistema de inovação. Ademais, devemos reconhecer que os benefícios da atividade universitária transbordam o sistema econômico, propiciando também avanço social. Assim, o seu financiamento deve estar compreendido em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico e social.

A execução orçamentária das Universidades Estaduais apresentou razoável crescimento, saindo de R\$462,1 milhões em 2007 para R\$990,9 milhões em 2013, representando, em termos nominais, um aumento de 114,4%. Entretanto, quando são consideradas em valores reais, isto é, quando descontamos os efeitos da variação dos preços, esse incremento é muito menor, 52,0%. Para esterilizarmos os efeitos dos preços, tomamos como ponto de partida o fato de que na composição da despesa das universidades estaduais o gasto com pessoal participa com 65,0%, enquanto que as demais despesas (manutenção, investimento e inversões financeiras) participam com 35,0%. A partir daí construímos um indicador de preços composto com os seguintes pesos: 0,65 para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e 0,35 para o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI).

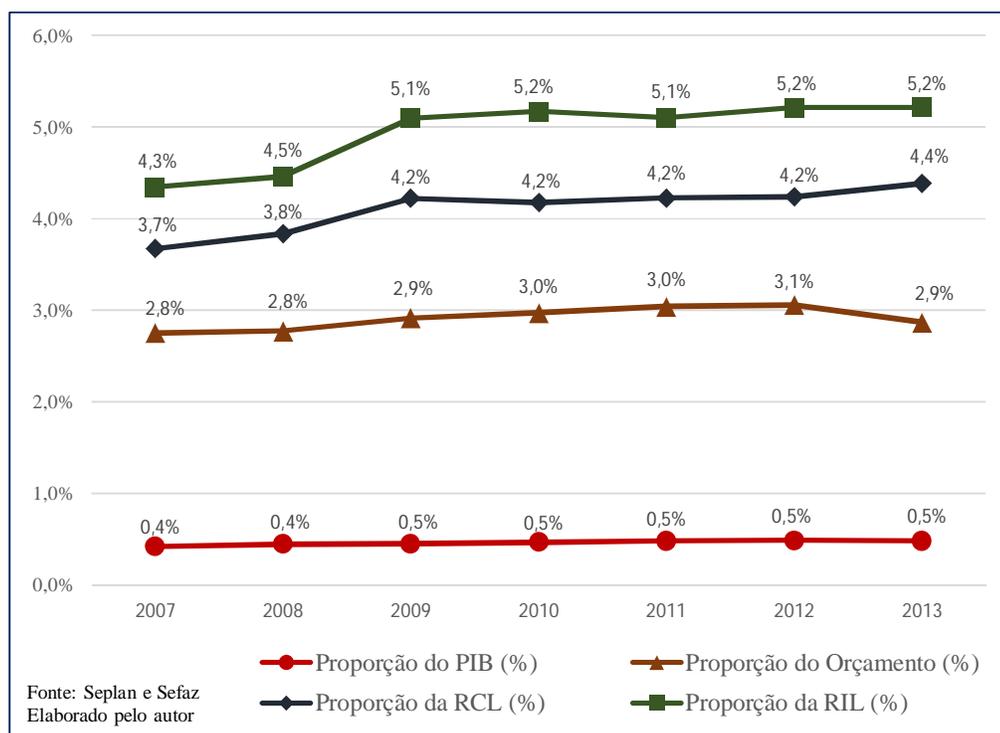


Figura 6 - Bahia: Execução orçamentária das Universidades Estaduais como proporção de agregados selecionados (%), 2007 - 2013

Ao analisarmos as despesas das Universidades Estaduais em relação aos agregados selecionados, dois aspectos nos chama atenção. De um lado, notamos que as despesas como proporção da receita de impostos líquida (RIL), saiu de 4,3% em 2007 para 5,2% em 2013, significando um aumento de aproximadamente 1 (um) ponto percentual nessa relação. Embora possa parecer pouco, isto em termos de financiamento representou mais que o dobro de recursos disponibilizados. Esse fenômeno pode ser explicado através das escalas. Ocorre que 1% da RIL, dada sua magnitude de bilhões, representa em termos absolutos um montante razoável de recursos. No ano de 2012, por exemplo, representou R\$ 175,9 milhões. Por outro lado, essa ampliação de recursos, entretanto, não necessariamente indica aumento de financiamento por parte do estado, visto que se observa, sobretudo a partir do ano de 2009, uma constância nas participações em relação à receita corrente líquida (RCL), ao total do orçamento e ao produto interno bruto (PIB). Isto evidencia que o aumento dos gastos nas universidades estaduais, nesse período, apenas acompanhou o crescimento econômico, reforçando, assim, o argumento de que o regime de financiamento dessas instituições está regulado pelo desempenho da economia estadual.

Quando se trata de financiamento das universidades estaduais baianas dois pontos de vista surgem com mais ênfase. De um lado, há a perspectiva defendida pelos sindicatos e pela comunidade universitária na qual se propaga um descompromisso do Estado, na medida em que aporta recursos em montantes inferiores às necessidades dessas instituições, impedindo a expansão das mesmas e induzindo-as ao gradual desmonte e sucateamento. De outro lado, existe a visão de setores governamentais na qual o problema não está no volume de recursos, ou pelo ao menos não só isto, havendo também uma grave distorção na aplicação, com equívocos e desperdícios, ou seja, o cerne da questão estaria na gestão dos recursos.

### 3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS: CRESCIMENTO RÁPIDO E AS DÚVIDAS QUANTO AO FUTURO

Para verificarmos os enunciados dessas duas perspectivas, recorreremos aos valores gastos nas universidades estaduais no período de 2007 a 2012, e aos previstos para o exercício de 2013, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Assembleia Legislativa

do Estado. Reunimos esses valores na Tabela 11, que, para evitarmos a contaminação da nossa análise pela inflação, foram tomados em termos reais. Para tanto, as despesas com pessoal e encargos sociais foram deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as demais despesas pelo o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esta opção justifica-se pelo fato de que o primeiro índice mostra-se mais adequado às despesas com remuneração na medida em que captura as variações de preços dos bens-salário<sup>18</sup>, enquanto que o segundo abrange aspectos mais gerais da economia e, portanto, mostra-se mais apropriado para corrigir os valores relacionados a manutenção e ao investimento<sup>19</sup>.

Tabela 11

Bahia: execução da despesa orçamentária das Universidades Estaduais por grupo de despesa e fonte de financiamento  
2007 – 2013

GRUPO DE DESPESA / RECURSOS	Em R\$ mil, aos preços de 2013 <sup>(a)</sup>						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Orçamento 2013 <sup>(b)</sup>
Pessoal e Encargos Sociais	468.994	495.251	540.845	579.336	613.545	687.765	661.612
Varição em relação ao ano anterior	-	5,6%	9,2%	7,1%	5,9%	12,1%	-3,8%
Recursos Tesouro	468.754	495.049	540.733	579.239	613.443	687.702	661.457
Recursos Próprios	94	99	98	97	102	63	155
Convênios com Órgãos Federais	146	103	14	0	0	0	0
Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	159.372	171.260	201.092	248.634	249.386	254.819	280.298
Varição em relação ao ano anterior	-	7,5%	17,4%	23,6%	0,3%	2,2%	10,0%
Recursos Tesouro	135.390	148.320	154.336	193.665	189.756	200.499	217.293
Recursos Próprios	15.507	14.252	40.211	43.570	40.062	34.261	51.950
Convênios com Órgãos Federais	8.060	8.358	6.085	10.866	19.230	19.752	10.787
Outras Transferências	415	330	460	533	338	307	268

<sup>18</sup> O termo bens salário corresponde ao conjunto de bens que constitui cesta de consumo básico. Neste conjunto estão enquadrados os principais grupos pesquisados pelo IPCA, a saber: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação.

<sup>19</sup> O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tem por objetivo acompanhar a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendimento mensal de 1 a 40 (quarenta) salários mínimos. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é uma medida síntese da inflação nacional. Corresponde à média ponderada de três outros índices: 60% do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-DI), que mede o movimento dos preços de produção da agricultura e da indústria e de máquinas e equipamentos; 30% do Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-BR), que mede variações de preços uma cesta de bens e serviços para famílias com nível de renda mensal de 1 e 33 salários mínimos; e 10% do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI), que indica a evolução dos custos da construção Civil.

Tabela 11  
Bahia: execução da despesa orçamentária das Universidades Estaduais por grupo de despesa e fonte de financiamento  
2007 – 2013

GRUPO DE DESPESA / RECURSOS	Em R\$ mil, aos preços de 2013 <sup>(a)</sup>						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Orçamento 2013 <sup>(b)</sup>
Investimentos	62.571	114.951	176.835	64.373	117.281	63.148	48.995
Varição em relação ao ano anterior	-	83,7%	53,8%	-63,6%	82,2%	-46,2%	-22,4%
Recursos Tesouro	18.662	41.153	33.942	35.628	43.686	21.403	44.821
Recursos Próprios	281	601	141	314	3.321	788	2.959
Convênios com Órgãos Federais	2.281	7.805	5.199	6.358	4.378	6.629	1.215
Outras Transferências	41.347	65.392	137.553	22.073	65.896	34.328	0
TOTAL	690.937	781.462	918.772	892.343	980.212	1.005.732	990.905
Varição em relação ao ano anterior	-	13,1%	17,6%	-2,9%	9,9%	2,6%	-1,5%
Recursos Tesouro	622.806	684.522	729.011	808.532	846.885	909.604	923.571
Recursos Próprios	15.882	14.952	40.450	43.981	43.485	35.112	55.064
Convênios com Órgãos Federais	10.487	16.266	11.298	17.224	23.608	26.381	12.002
Outras Transferências	41.762	65.722	138.013	22.606	66.234	34.635	268

Fonte: Sefaz; Seplan

- (a) As despesas com pessoal e encargos sociais foram deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE. Para as demais despesas utilizamos o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da FGV
- (b) Lei nº 12.612 de 28/12/2012 (Lei Orçamentária Anual)

Os valores da Tabela 11 estão dispostos em duas grandes categorias orçamentárias: os Grupos de Natureza de Despesas e as Fontes de Recursos para o financiamento dos mesmos. O Grupo de Despesas “é um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto” (BAHIA, 2008). Assim temos Pessoal e Encargos Sociais que abriga as despesas de natureza remuneratórias decorrentes do exercício de cargo, emprego ou função pública, bem como as obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias e outras despesas incidentes sobre a folha de pagamento; Outras Despesas Correntes que reúne as despesas com a manutenção, tais como aquisição de material de consumo, pagamento de concessionárias de serviços públicos (água, energia, telefonia, transporte, etc.), vigilância, alugueis, limpeza e demais despesas desta natureza; e Investimentos que acolhe as despesas com obras, instalações, aquisição de imóveis, equipamentos e material permanente<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> A Lei 4.320 de 17 de março de 1964, que estabeleceu as normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos dos entes federados, classificou a despesa por categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação e elemento. Contudo, com o avanço da sociedade e a modernização da gestão pública, essa classificação tornou-se obsoleta, incapaz de expressar com clareza os gastos da administração governamental. Em função disto, em maio de 2001, através da Portaria Interministerial nº 163, foram estabelecidas novas normas de consolidação das contas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nas quais ficaram definidos os seguintes grupos de despesas: 1 - Pessoal e Encargos Sociais, 2 - Juros e Encargos da Dívida, 3 - Outras Despesas

O conceito de investimento adotado aqui foi ampliado para absorver as inversões financeiras. Dos pontos de vista econômico e contábil há uma distinção entre os dois termos. Reconhece-se como investimento os gastos que alteram o patrimônio, gerando efeito multiplicador na renda, enquanto que a inversão financeira é vista como um fato permutativo não modificativo do patrimônio, apenas transforma disponibilidade financeira em imobilizado. Para ficar mais claro este entendimento, veremos o seguinte exemplo. Se o governo decidir criar oportunidade de ensino superior em uma determinada localidade, poderá fazê-lo de duas maneiras. Poderá adquirir um terreno e sobre ele construir uma nova estrutura universitária ou comprar um prédio nesta localidade e nele instalar seus novos cursos. Na primeira alternativa, o governo terá que contratar empreiteiras para execução da obra, que demandarão mão-de-obra e serviços de toda natureza, impactando positivamente no emprego e na renda do lugar e do estado. Isto aumentará a formação bruta de capital fixo, provocando efeito multiplicador no PIB e na arrecadação tributária. Na segunda alternativa, todos esses efeitos estão no passado. O prédio já está feito e, portanto, todos os impactos de sua construção já foram absorvidos.

Para o propósito desta tese, ainda que haja essa diferenciação entre os termos, a aglutinação dos mesmos não traz prejuízo para a análise, visto que os valores das inversões financeiras não são merecedores de destaque. As inversões se apresentam em pouquíssimos anos e em valores desprezíveis.

As fontes de recursos que dão sustentação financeira a esses grupos de despesas, por uma opção didática, foram divididas entre as seguintes categorias: os Recursos do Tesouro, que congregam as receitas diretamente arrecadadas pelo Estado ou a ele transferidas por princípios constitucionais (impostos, transferências de tributos federais, taxas, etc.); os Recursos Próprios, aqueles diretamente arrecadados pelas universidades (inscrição em vestibular, serviços educacionais, estudos e consultoria, alienação de bens, etc.); Convênios com Órgãos Federais, que correspondem aos contratos de convênio firmados com órgãos da administração direta ou indireta da União e; os Recursos de Outras Transferências, que reúnem as receitas de convênios com os municípios, de transferências de instituições privadas e fundos nacionais e internacionais, de cooperação técnica e repasses de programas de educação.

Dessa forma, recorrendo aos dados apresentados na Tabela 11, podemos observar que, considerando o proposto para o exercício de 2013, a perspectiva é de crescimento real na

despesa orçamentária destas universidades, isto é, descontados os efeitos da inflação, o total sairá de R\$ 690,9 milhões, em 2007, para R\$ 990,9 milhões em 2013. Assim, mantidas as condições do orçamento para este último ano, a alocação de recursos nessas universidades, experimentará um incremento de 43,4%. As despesas com pessoal e encargos sociais absorvem, em média, 64,7%; a manutenção (outras despesas correntes) fica com 24,8%; enquanto que os investimentos consomem apenas 10,5% desses recursos.

Observe que quando tratamos dos valores nominais, a participação do componente do gasto representado pela rubrica de pessoal e encargos sociais foi de 65,0% e os demais gastos participaram com 35,0%. Entretanto, quando a análise é feita com os valores reais, essas participações se modificam discretamente para 64,7% e 35,3%, respectivamente. Este fenômeno pode ser explicado pela nossa opção em corrigir os valores de pessoal e encargos pelo IPCA e os demais pelo IGP-DI. Ocorre que, no período em análise, a média deste último superou a média do primeiro em 11,4%, induzindo a uma superestimação dos valores de manutenção e de investimentos. Esse procedimento não acarretará nenhum risco a nossa análise, pois as mudanças provocadas nessas participação são marginais. A superestimação no valores de Outras Despesas Correntes e do Investimento foi menor que de 1,0%, margem de erro estatisticamente aceitável.

A prevalência dos gastos com pessoal poderia ser ainda maior, se considerássemos alguns elementos de despesas que orçamentariamente são identificadas como de manutenção, mas que são tipicamente de pessoal ou correspondem benefícios que podem ser classificados com salários indiretos, tais como: Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física), Locação de Mão de Obra, Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte. Para se ter uma ideia, se assim procedêssemos, no ano de 2012 o valor de pessoal seria acrescido de R\$ 94,6 milhões, e passaria a representar cerca de 78,0% do total das despesas nas universidades estaduais.

A questão de pessoal torna-se mais problemática pela ausência de uma política de recursos humanos gestada nas próprias universidades. Embora a folha de pessoal seja rigorosamente paga em dia, as universidades estaduais baianas são reconhecidas por oferecerem um dos piores salários do país. O fato é que as dotações orçamentárias para o grupo de despesas de pessoal são determinadas pela Secretaria de Administração (Saeb) e toda e qualquer alteração nesse valor é negociada com as secretarias sistêmicas (Administração, Planejamento, Fazenda), submetida à deliberação do Conselho de Política de

Recursos Humanos (Cope) e posterior autorização expressa do governador do estado, retirando, assim, a governança das universidades sobre a decisão final com relação à sua despesa de pessoal. Este é mais um problema que recai sobre a autonomia universitária. Se as universidades estaduais baianas fossem livres da rigidez da legislação do setor público e do controle governamental, ou melhor, se contassem com uma legislação própria, que reconhecesse as suas singularidades em relação às demais autarquias do estado, talvez a situação fosse bem diferente.

Essa situação fica mais complexa na medida em que, ao solicitar o aumento nos gastos de pessoal, a universidade terá que indicar a dotação orçamentária na qual correrá essa nova despesa. Na maioria das vezes são oferecidas, para este fim, as dotações antes destinadas a investimentos.

Assim, outro aspecto que nos chama atenção, quando nos detemos nos Grupos de Despesas, é a baixa representatividade dos investimentos. Como este grupo responde pelos gastos relacionados à infraestrutura de atendimento à demanda por ensino superior nas universidades estaduais, ou seja, instalações e equipamentos necessários ao bom desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a pouca aplicação de recursos nessa rubrica tem rebatimento em dois outros problemas enfrentados por essas universidades, quais sejam, sua expansão e a precarização do trabalho docente.

A execução orçamentária das Universidades Estaduais, no intervalo analisado, oscila entre períodos de liquidação aquém do que foi inicialmente previsto e período onde está além, com destaque para o ano de 2009, quando teve seu pior grau de execução. Apenas 89,7% das despesas previstas foram efetivamente realizadas. Esse fenômeno pode ser explicado pela crise financeira internacional, que esterilizou os mercados, reduzindo a disponibilidade de financiamento para algumas economias.

A singularidade desta crise está no fato de que ela tem causa e se instala a partir das economias centrais, Estados Unidos e países da União Europeia, mais especificamente. Ocorre que, dada a influência dessas economias sobre o balanço de pagamentos do Brasil, por meio da balança comercial e dos fluxos de capitais, o país, então, ressentiu-se profundamente dos efeitos dessa crise. No caso do estado da Bahia, isso foi mais intenso ainda, visto que a estrutura da economia baiana está fundamentada na produção de bens intermediários, de modo que a redução na demanda por insumos na indústria de bens finais em todo o mundo e,

em especial, no sudeste brasileiro, afetou sobremaneira a nossa produção industrial e, conseqüentemente, a nossa arrecadação. Devemos juntar a isto os impactos da política anticíclica levada a cabo pelo governo federal, cujos fundamentos estão na isenção de impostos que compõem a base das transferências constitucionais para os estados, distrito federal e municípios, reduzindo ainda mais a disponibilidade de recursos para os entes subnacionais financiarem a educação em todos os seus níveis e modalidades.

Tabela 12  
Bahia: grau de execução orçamentaria da Universidades Estaduais por fonte de financiamento  
2007 - 2012

		Em R\$ mil					
Fonte de Financiamento		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Recursos do Tesouro	Orçado Inicial	408.163	457.168	577.756	645.362	725.627	806.674
	Liquidado	443.614	521.858	578.389	674.388	756.985	858.111
	Grau de Execução	108,7%	114,2%	100,1%	104,5%	104,3%	106,4%
Recursos Próprios	Orçado Inicial	30.982	35.328	40.424	75.117	57.172	50.538
	Liquidado	10.949	11.461	31.565	36.234	38.877	33.268
	Grau de Execução	35,3%	32,4%	78,1%	48,2%	68,0%	65,8%
Convênios com Órgãos Federais	Orçado Inicial	18.320	29.190	48.828	7.975	6.704	3.917
	Liquidado	7.231	12.468	8.815	14.190	21.106	24.996
	Grau de Execução	39,5%	42,7%	18,1%	177,9%	314,8%	638,1%
Outras Transferências	Orçado Inicial	8.746	17.665	22.949	11.843	2.877	4.426
	Liquidado	314	303	466	457	361	324
	Grau de Execução	3,6%	1,7%	2,0%	3,9%	12,5%	7,3%
TOTAL	Orçado Inicial	466.211	539.351	689.957	740.297	792.380	865.555
	Liquidado	462.108	546.090	619.235	725.269	817.329	916.699
	Grau de Execução	99,1%	101,2%	89,7%	98,0%	103,1%	105,9%

Fonte: Sefaz; Seplan

Dessa forma, observamos que, naquele ano de 2009, a receita de impostos líquida – agregado de receita que serve para parametrizar a aplicação dos limites constitucionais para a educação e saúde – apresentou uma taxa de crescimento em relação ao ano 2008 de -0,8%. Embora tenha sido discreta, esta redução implicou em uma lacuna na execução orçamentária das universidades estaduais de 10,3%, representando um déficit de R\$ 70,7 milhões. A Figura 6, além de dar objetividade a esta perspectiva de análise, nos permite observar que há um quase paralelismo entre o grau de execução orçamentária e a evolução da receita de impostos líquida, evidenciando que, quando consideramos as dificuldades econômicas, encontramos alguns fatores de risco para a execução dos orçamentos das universidades na forma em que foram previstos inicialmente, reforçando, portanto, a compreensão de que o atual modelo de financiamento dessas instituições possui uma forte dependência com o cenário macroeconômico.

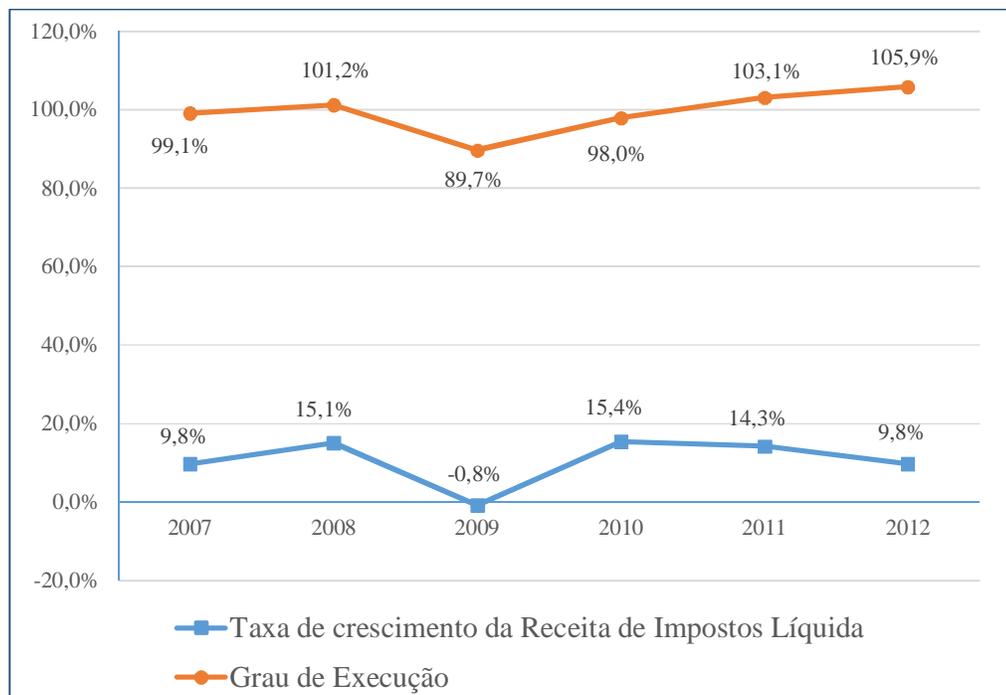


Figura 7 – Bahia: grau de execução orçamentária e taxa de crescimento da receita de impostos líquida (RIL), 2007 - 2012

Ainda no que se refere à execução das Universidades, podemos dizer que essas instituições são mais eficientes em executar os recursos do tesouro do que os recursos de outra natureza. Pois, em nenhum dos anos analisados executou-se menos de 100% dos recursos originários do tesouro, mesmo no ano de 2009 (ver Tabela 12). Por outro lado, aqueles recursos que dependem da gestão universitária para a sua realização, seja arrecadando diretamente, seja por celebração de contratos de convênios ou de transferências, estiveram sempre aquém e, em alguns casos, exibiram percentuais insignificantes. A explicação para este fato nos conduz a duas linhas de raciocínio. Na primeira, isto pode revelar a ocorrência de erros sistemáticos na previsão dos recursos dessa natureza, de modo que, ao superestimá-los, o gestor aumenta a lacuna entre o esperado (potencial) e o efetivamente arrecadado. A propósito disto, através da Figura 7 podemos observar que o erro de previsão apresenta uma tendência a diminuir. No início do período considerado o grau de previsão foi de 48,7%, indicando uma superestimação (erro) de 51,3%. Em 2011 constatamos subestimação de 5,2%. No fim do período, ano de 2012, as previsões apresentam um ajuste quase perfeito. Nesse ano deixou-se de arrecadar apenas 2,4% das receitas previstas, percentual compreendido nos limites do erro estatístico.

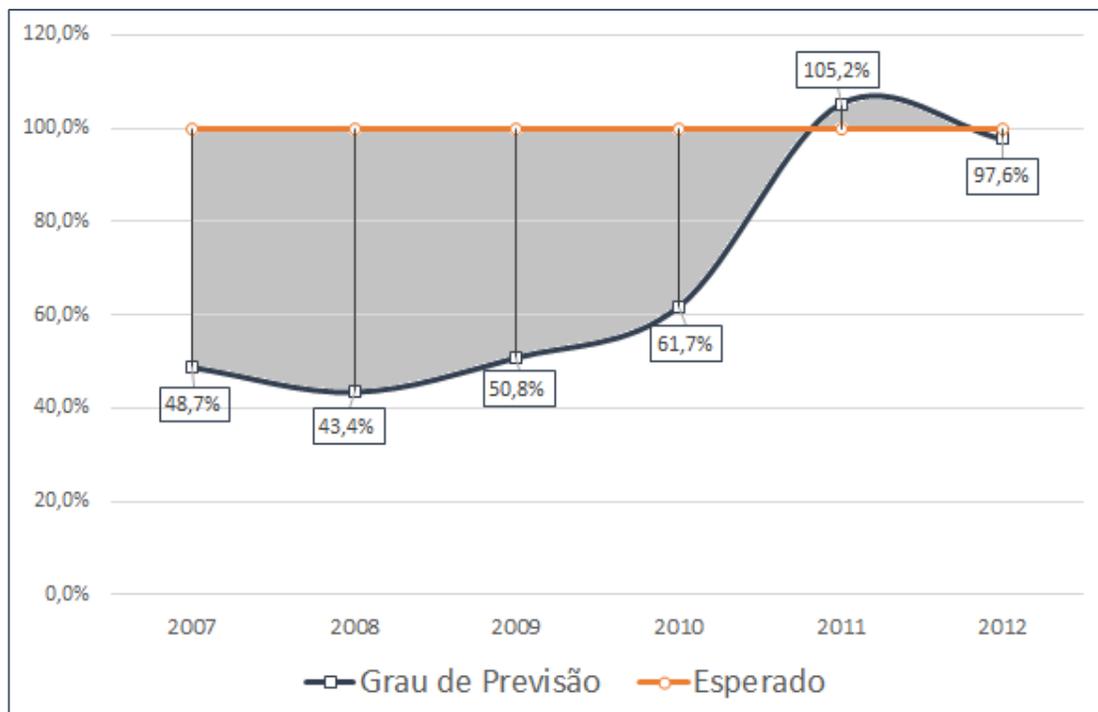


Figura 8 – Grau de previsão dos recursos diretamente arrecadados pelas universidades estaduais baianas, 2007 – 2012

A segunda linha de raciocínio nos conduz a gestão financeira que a Secretaria da Fazenda realiza sobre a execução orçamentária, impedindo que as universidades levem a termo sua execução com os recursos diretamente arrecadados e de contratos de convênios e de transferências. Cabe esclarecer que o ordenamento da despesa pública deve cumprir fases que requerem autorizações e liberações por parte das Secretarias da Administração, de Planejamento e de Fazenda. A solução para este problema está na total e irrestrita autonomia da universidade.

Nessa perspectiva, devemos considerar o orçamento como a expressão de um conflito distributivo que coloca de um lado as instâncias governamentais e de outro as universidades. Portanto, a ausência de um regramento que, de maneira clara e objetiva, garanta a autonomia para as universidades estaduais, facilita o controle orçamentário e financeiro do estado sobre elas. O atual modelo de alocação de recursos nessas instituições segue um procedimento extremamente burocrático. A Secretaria do Planejamento realiza estimativas de receita e define os tetos orçamentários das setoriais, neste caso, da Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação, por seu turno, define as cotas orçamentárias para as

universidades estaduais, em conformidade com a distribuição relativa estabelecida pelo Fórum dos Reitores. Esse processo está sintetizado na figura abaixo:

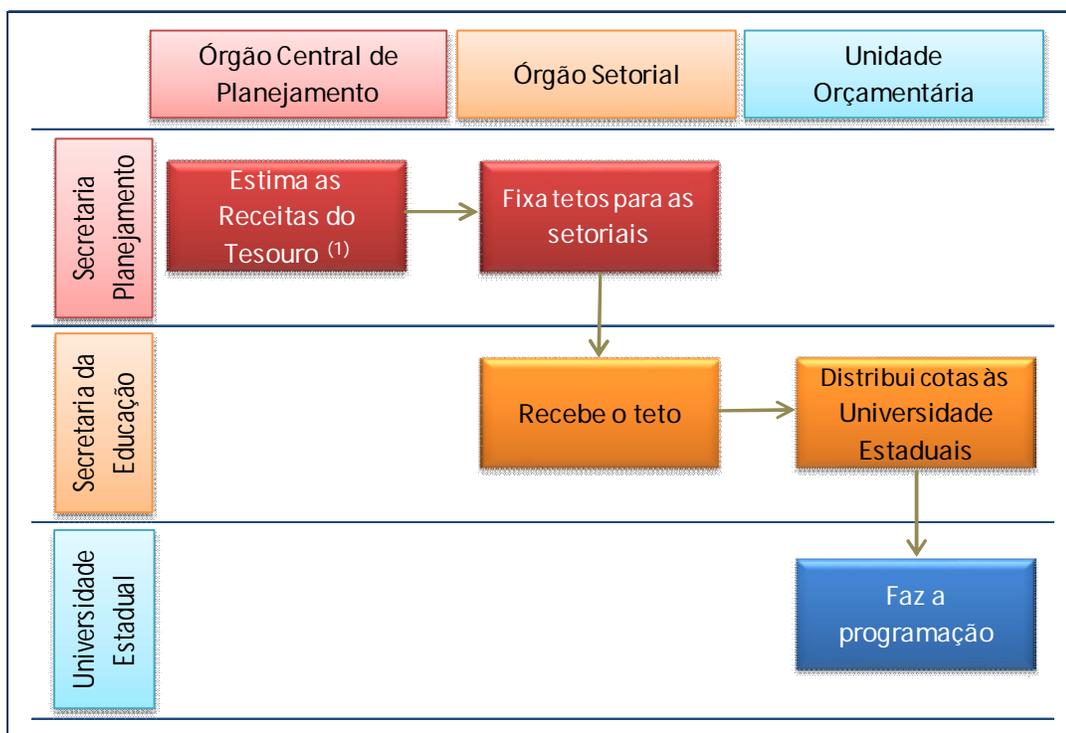


Figura 9 – Processo de distribuição dos recursos próprios do tesouro (Orçamento)

(1) As receitas próprias, de convênios e de transferências são estimadas pelas universidades

O processo de execução da despesa, no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (Fiplan), inicia-se com abertura do exercício financeiro, mais especificamente, com a publicação do cronograma financeiro nos primeiros dias de janeiro. Esta é uma atribuição da Secretaria de Fazenda. As unidades gestoras das universidades, então, programam a execução de suas despesas e solicitam empenho. Se essa solicitação é negada, a unidade retorna e reprograma as despesas. Se, por outro lado, o empenho é concedido, faz-se a inclusão do mesmo. A partir daí, a Diretoria Financeira realiza a liquidação da despesa e efetiva o pagamento. Este processo pode ser resumido na Figura 9:

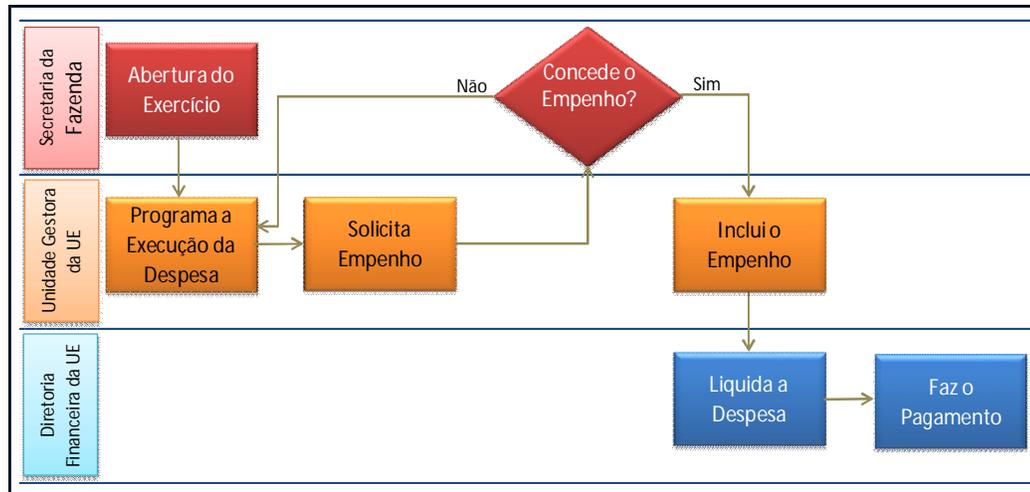


Figura 10 – Processo de ordenamento da despesa (Execução Orçamentária)

Para o governo, esse tipo de estrutura de financiamento facilita o controle da gestão universitária, na medida em que a execução da despesa requer negociações com as secretarias sistêmicas (Fazenda, Planejamento e Administração). Para as universidades, a aplicação desse mecanismo ao longo dos anos, criou distorções não apenas nas previsões, mas também induziu a geração de superávit financeiros, na medida em que a liberação do empenho se dava em montante inferior ao valor arrecadado; e de restos a pagar em função do descompasso entre a liquidação e o pagamento. Como observamos na Tabela 13, o valor empenhado nessas universidades, até 2011, esteve sempre aquém da efetiva disponibilidade (arrecadado). Esta tendência se interrompeu em 2012, quando empenhou-se além do arrecadado, do ponto de vista orçamentário isto se justifica pelo uso de superávit financeiro. Ocorre que, por convenção contábil, a despesa é registrada em regime de competência, enquanto que a receita é por regime de caixa (registrada quando ingressa), criando assim essa dissintonia entre esses dois agregados orçamentários.

Tabela 13

Universidades Estaduais Baianas: Execução das despesas financiadas com recursos diretamente arrecadados

2007 - 2012

Indicadores Selecionados	Em R\$ mil					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
[I] Previsão - Orçado	58.048	82.183	112.200	94.935	66.753	58.881
[II] Empenhado	18.551	25.026	41.551	52.528	61.743	59.860
[III] Liquidado	18.417	24.149	40.698	50.645	60.006	58.095
[IV] Arrecadado	28.244	35.659	57.003	58.599	70.222	57.497
[V] Grau de Previsão (IV / I)	48,7%	43,4%	50,8%	61,7%	105,2%	97,6%
[VI] Resultado Financeiro (IV - II)	9.693	10.633	15.452	6.071	8.479	-2.363
[VII] Restos a Pagar - RP (II - III)	134	877	853	1.883	1.737	1.765
[VIII] Resultado Financeiro Líquido de Restos a Pagar (VI - VII)	9.559	9.756	14.599	4.188	6.742	-4.128

Fonte: Sefaz; Seplan

Para flexibilizar esses procedimentos burocráticos e dar mais agilidade a execução orçamentária, algumas universidades fizeram uso de fundações encarregadas de captar recursos através de cursos de extensão e especialização e prestação de serviços. Entretanto, a experiência nacional demonstrou que este mecanismo apresenta limites e encontra resistência na comunidade acadêmica. As críticas vão do campo ideológico - contra a mercantilização da universidade e pela manutenção do ensino público e gratuito em todos os níveis e modalidades - ao aspecto formal e de controle social - há pouca transparência e grandes dúvidas quanto à aplicação dos recursos dessas fundações.

Neste modelo, devemos considerar os recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no estado, através da pesquisa e da formação de recursos humanos. Esta Fundação possui um orçamento anual que corresponde a 1,0% da receita tributária líquida do estado<sup>21</sup>, além da captação própria via assinatura de contratos de convênios e transferências.

<sup>21</sup> A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) foi instituída pela Lei nº 7.888 de 27 de agosto de 2001, que também estabeleceu (Art. 5º, § 3º) que, além de 1,0% da receita tributária líquida, o estado da Bahia deveria destinar, no mínimo, 3% da parte dos dividendos recebidos por sua participação no capital do antigo Banco de Desenvolvimento do Estado (Desenbanco), hoje Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). Entretanto, este valor, pelo menos orçamentariamente, nunca foi considerado.

Entre os anos de 2007 a 2012, aos preços deste último, foram gastos 394,1 milhões, dos quais 320,1 milhões (81,2%) foram de recursos do tesouro estadual, 70,7 milhões (17,8%) oriundos de convênios com órgãos federais e 3,3 milhões (0,9%) de transferências de organismos nacionais e internacionais.

Tabela 14

Execução Orçamentária da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, por elemento de despesa e fonte de financiamento

2007 - 2012

Elemento de Despesa / Fonte de Financiamento	Em R\$ mil de 2012						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007-2012
Auxílio Financeiro a Estudantes	14.003	13.182	17.572	18.334	15.599	17.332	96.022
Recursos do Tesouro	12.663	12.748	17.303	18.275	15.457	17.311	93.757
Convênios Federais	1.340	396	253	0	0	0	1.989
Outras Transferências	0	38	16	59	142	21	276
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	37.097	20.467	16.635	31.069	38.952	26.108	170.328
Recursos do Tesouro	29.621	17.486	16.026	16.864	31.261	23.821	135.079
Convênios Federais	7.107	2.575	609	12.618	7.545	2.261	32.715
Outras Transferências	369	406	0	1.587	146	26	2.534
Auxílio (Equipamento e Serviço)	2.059	3.120	460	413	1.185	648	7.885
Recursos do Tesouro	1.993	3.120	460	413	1.185	648	7.819
Convênios Federais	66	0	0	0	0	0	66
Outras Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Demais Elementos	10.956	22.496	16.592	21.293	27.952	20.573	119.862
Recursos do Tesouro	9.939	19.430	13.020	11.177	15.779	14.107	83.452
Convênios Federais	1.017	3.066	3.544	10.104	12.173	5.982	35.886
Outras Transferências	0	0	28	12	0	484	524
<b>TOTAL</b>	<b>64.115</b>	<b>59.265</b>	<b>51.259</b>	<b>71.109</b>	<b>83.688</b>	<b>64.661</b>	<b>394.097</b>
Recursos do Tesouro	54.216	52.784	46.809	46.729	63.682	55.887	320.107
Convênios Federais	9.530	6.037	4.406	22.722	19.718	8.243	70.656
Outras Transferências	369	444	44	1.658	288	531	3.334

Fonte: Superintendência de Orçamento Público - SPO/Seplan

A atuação da Fapesb nos cinco anos que estamos analisando indica que, aproximadamente, 70,0% dos seus recursos orçamentários foram aplicados no apoio a pesquisa, sendo que 43,2% em auxílio a pesquisadores; 24,4% em auxílio a estudantes e 2,0% em apoio a projetos de infraestrutura de pesquisa. Entretanto, segundo o relatório de gestão da Fapesb para o ano de 2011, através do programa Pró-Pesquisa, foram apoiados 68 projetos de

pesquisa, dos quais 36 (52,9%) estavam vinculados a instituições federais. Estas instituições também apresentam expressivas participações em outros programas, conforme demonstrado na Tabela 15.

Tabela 15  
Recursos aplicados pela Fapesb em programas de apoio regular  
2011

Linhas de Ação	Instituições Federais (a)	Instituições Estaduais (b)	Outras Instituições	Total
Projeto de Pesquisa	36 52,9%	27 39,7%	5 7,4%	68 100,0%
Auxílio Tese	23 65,7%	11 31,4%	1 2,9%	35 100,0%
Publicação Científica	9 40,9%	12 54,5%	1 4,5%	22 100,0%
Organização de Eventos	33 45,2%	33 45,2%	7 9,6%	73 100,0%
Participação em Eventos	50 57,5%	33 37,9%	4 4,6%	87 100,0%

Fonte: FAPESB

(a) Embrapa, Fiocruz, IFBA, IFBAIANO, UFBA, UFRB e UNIVASF

(b) UEFS, UESB, UESC e UNEB

Este fato revela um paradoxo das finanças públicas. Ocorre que no modelo brasileiro de federalismo fiscal não compete aos governos subnacionais o financiamento de ações e órgãos do governo federal. Ademais, este procedimento contraria as tendências atuais do pacto federativo, cuja principal é a descentralização de recursos na direção dos estados e municípios, de modo que a manutenção desse mecanismo implica em uma reconcentração em favor da União. Assim, o uso de recursos do tesouro estadual para financiar instituições federais é no mínimo injusto, sobretudo quando comparamos as escalas financeiras dos governos estadual e federal.

## 4 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

---

A forma mais simples para avaliar o impacto da presença de instituição de ensino superior no potencial de desenvolvimento do município seria comparar os indicadores de desenvolvimento deste município em dois momentos distintos no tempo, antes e depois da instalação da unidade universitária. Contudo, para o nosso conjunto de dados isto não é possível. Estamos operando com informações que fazem referência apenas ao ano de 2010. Nosso desafio, portanto, foi encontrar uma maneira pela qual fosse possível estabelecer comparações não no tempo, mas sim no espaço que nos permitissem, com razoável segurança, diferenciar os espaços atendidos pela oferta de ensino superior daqueles desassistidos e, nessa comparação, averiguarmos os impactos da presença de instituições públicas no potencial de desenvolvimento.

Entretanto, para que essa estratégia seja viabilizada é necessário que exista uma medida (indicador) capaz de sintetizar as diversas dimensões do desenvolvimento e que seja possível de ser obtida (calculado) para cada um dos 417 municípios do estado. Desta forma, os objetivos centrais deste capítulo são a proposição e elaboração do Índice de Potencial de Desenvolvimento (IPD), indicador sintético que permite avaliar o nível de desenvolvimento dos municípios e sua relação com as dimensões do desenvolvimento, quais sejam: as Forças Produtivas, a Oferta Pública de Ensino Superior, as condições de sobrevivência da População (Social) e a dinâmica do Mercado de Trabalho para os indivíduos com formação superior.

Antes de apresentarmos formalmente o nosso indicador, vale a pena analisarmos o contexto da pesquisa e suas implicações na nossa ideia de desenvolvimento.

#### 4.1 O CONTEXTO DA ANÁLISE

Os acontecimentos da contemporaneidade nos obrigam a pensar a realidade econômica a partir de uma crise financeira internacional que revelou uma outra crise: a crise do pensamento econômico atual. Nesse sentido, na busca de uma explicação do momento econômico que vivenciamos, retrocedemos aos fundamentos da economia clássica, tendo em vista a reconstrução do objeto da economia política, isto é, a essência da economia capitalista.

Nesse percurso, tomaremos o trabalho como chave para a compreensão desse modo de produção. Buscaremos discutir esta categoria com base em três expoentes da economia clássica: Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883). Desta forma, estaremos definindo dois eixos teóricos que se encontram na economia clássica. Um representando a ortodoxia (Smith e Ricardo) e outro a heterodoxia (Marx). De um lado, a liberdade do mercado, apontada por muitos como sendo a principal causa da crise atual; de outro, a tentativa de recuperar, no discurso da teoria econômica, a fala de Marx.

Mas, onde esses dois eixos teóricos se encontram? A aproximação desses eixos está na noção de trabalho enquanto elemento constitutivo do valor, mais precisamente, na teoria do valor trabalho nos autores aqui referenciados. A opção por esse recorte se deve ao fato de que, se valendo desta teoria, é possível enxergar o valor enquanto produto de relações sociais.

Adam Smith, ao publicar “A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas”, obra considerada a origem da Economia como ciência, apresentou a noção de trabalho como sendo o conjunto de habilidades humanas empregadas na produção dos bens necessários e do conforto material que uma nação consome, ou o que essa produção pode comprar de outras nações. O trabalho assume, portanto, o papel de conservação de valor pelo qual as mercadorias serão trocadas:

[...] o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias (SMITH, 1996, p. 87).

Pode-se dizer que, esquematicamente, o que Adam Smith propõe é um modelo de crescimento econômico no qual o trabalho exerce papel fundamental: a riqueza de uma nação será proporcional à quantidade de trabalho que a mesma tenha condições de comandar. No entanto, conforme adverte o autor, “deve-se levar em conta também os graus diferentes de dificuldade e de engenho empregados nos respectivos trabalhos” (SMITH, 1996, p. 88). Estas diferenças constituem distintos graus de produtividade.

A produtividade do trabalho, entretanto, dependerá de divisão do trabalho e do nível de formação da mão-de-obra. Surge, então, a educação como elemento de diferenciação. A educação é tomada como argumento para justificar a distinção entre as pessoas replicada na divisão do trabalho:

A diferença entre as personalidades mais diferentes, entre um filósofo e um carregador comum da rua, por exemplo, parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação (SMITH, 1996, p. 75).

A combinação da divisão do trabalho e da educação, daria início a um ciclo virtuoso a partir do aumento da produtividade do trabalho. Maior produtividade, implica em maior produção de excedente e, conseqüentemente, no acréscimo do estoque de capital. Este, por sua vez, potencializaria a oferta de emprego, induzindo aumento da massa salarial e ampliando o mercado consumidor, de modo a gerar outra divisão de trabalho e mais requerimento de escolaridade, iniciando, assim, um novo ciclo de crescimento.



Figura 11: Ciclo virtuoso de crescimento

Os problemas dessa racionalização do sistema econômico residem em duas suposições básicas admitida por Adam Smith: i) a regulação desse sistema ficaria a cargo de uma divindade – “a mão invisível”; ii) a promoção do bem-estar da sociedade deriva de uma ação individual e não de uma ação coletiva, isto é, o indivíduo, ao buscar maximizar suas vantagens, promovem os interesses da sociedade (SMITH, 1996, p.438).

David Ricardo, seguindo a tradição de Smith, também adota o trabalho como medida de valor das mercadorias. No entanto algumas diferenças devem ser pontuadas para distinguir Ricardo de Smith. Para este último, a medida de valor seria o trabalho comandado, tendo em vista que o valor de uma mercadoria seria igual a quantidade de trabalho que essa mercadoria dá a seu possuidor capacidade de comprar ou comandar. Para Ricardo, o valor de toda mercadoria é dado pela quantidade de trabalho incorporado. Portanto, a substância do valor não seria a quantidade de trabalho comandado, como afirmava Smith, mas sim a quantidade de trabalho necessário a produção da mercadoria:

O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor remuneração que é paga por esse trabalho (RICARDO, 1996, p. 23).

Para Ricardo, o trabalho constitui a contribuição social do homem na transformação da natureza e a verdadeira fonte de valor. A partir desta constatação, ele desenvolveu uma leitura cuidadosa de Smith, de modo a apresentar alguns avanços na análise daquele ciclo virtuoso (Figura 11). O esquema analítico de Ricardo considera a produção agrícola, acrescentando elementos de uma divisão de classes e o problema distributivo do produto:

O produto da terra — tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital — se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo (RICARDO, 1996, p. 19).

Esse autor ressaltava que a produtividade do trabalho depende do aperfeiçoamento da maquinaria, da divisão e distribuição do trabalho e da melhoria na qualificação científica e técnica. Neste esquema a educação assume papel fundamental, pois só a partir dela é possível alcançar os avanços de natureza tecnológica. Assim, os preços das mercadorias tenderiam a cair, na medida em que as mesmas incorporariam cada vez menos trabalho. Dessa forma, o preço do trabalho seria variável, uma vez que o salário é função do nível de preços dos

alimentos, dos gêneros de primeira necessidade e das comodidades exigidas para sustentar o trabalhador e sua família. Esses condicionantes, portanto, poderão variar de acordo com as condições objetivas de produção de alimentos e de sobrevivência, de forma que apresentam diferenciações no tempo e no espaço. Sendo assim, a análise de Ricardo classifica o padrão de vida como elemento de determinação dos salários<sup>22</sup>.

Porém, por ser entusiasta do liberalismo, Ricardo estabeleceu um esquema onde “os salários deveriam ser deixados à justa e livre concorrência do mercado” (RICARDO, 1996, p. 19), assim como a renda do proprietário e do capitalista estariam submetidas a estas mesmas regras. Operando sob condições de livre concorrência, o sistema estaria, então, marcado por um conflito de classe.

Karl Marx tratou esse conflito distributivo como sendo a oposição de apenas duas classes: trabalhadores e capitalistas (o proletariado e a burguesia). Utilizando-se do progresso teórico proporcionado pelas obras de seus predecessores (Adam Smith e David Ricardo), ele avança ao considerar a mercadoria como uma produção social e, portanto, o trabalho contido nela como produto social:

Para produzir uma mercadoria tem-se que inverter nela, ou a ela incorporar, uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social (MARX, 1996a, p. 92).

Ao tomarem o trabalho como substância do valor, Smith e Ricardo deram à teoria econômica a possibilidade de pensar a apropriação de excedentes não mais em termos físicos, como propunham os fisiocratas, mas sim em termos de valor. Contudo, há limites para a percepção desses dois expoentes. Ricardo, ao desviar o interesse de sua investigação da origem do excedente, para então se concentrar na sua distribuição entre as classes, apresenta grande refinamento em relação a Smith. Isto favoreceu o surgimento de uma perspectiva socialista capaz de enxergar, na teoria do valor trabalho e na distribuição do produto, a exploração do trabalho, interpretando isto como sendo o sentido da economia capitalista.

Essa controversa interpretação foi sugerida por Karl Marx. Para este, o trabalho corresponde ao esforço que a sociedade desprende na produção de uma mercadoria.

---

<sup>22</sup> Ricardo adotava a teoria de Thomas Robert Malthus na qual o salário sempre tende ao nível de subsistência. A determinação deste nível de subsistência depende dos preços dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade. A partir desta assertiva, Ricardo desenvolveu os primeiros estudos sobre a inflação.

Salientando o caráter social do trabalho<sup>23</sup>, este autor desenvolve a noção de forças sociais do trabalho como sendo a combinação da divisão do trabalho, da maquinaria, dos avanços técnico-científicos no tratamento da natureza e tudo mais que sirvam a produção de mercadorias. Isto é importante para compreender o processo de geração de valor na sociedade, na medida em que “quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho se inverte numa dada quantidade de produtos e, portanto, menor é o valor desses produtos” (MARX, 1996, p. 95). Este argumento estabelece a seguinte norma:

Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho invertido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado (MARX, 1996a, p. 95).

Marx, em seu esquema analítico, desenvolve a tese segunda a qual há dois tipos de trabalho: i) o trabalho morto, representando o trabalho passado cristalizado nos meios de produção (maquinaria e matérias-primas); ii) o trabalho vivo, o trabalho do homem em ação, responsável pela geração de valor. A relação quantitativa entre estes dois tipos de trabalho, ele chamou de composição orgânica do capital. O desenvolvimento acelerado das forças produtivas do trabalho afetaria sobremaneira esta composição, de forma a aumentar o quantitativo de trabalho morto e reduzir o de trabalho vivo de tal modo a tornar insignificante a contribuição deste último na produção<sup>24</sup>.

Falando de outra forma, o avanço da forças produtivas ampliaria os índices de produtividade do trabalho que, para um mesmo estoque de capital (trabalho morto), reduziriam a quantidade de trabalho vivo requerida para produzir certa quantidade de mercadoria, ou seja, acresceria o desemprego, reduzindo o mercado consumidor. De outra forma, poderia gerar aumento de capital, considerando que a produtividade aumenta os excedentes apropriados pelo capitalista, fazendo avançar o estoque de capital que, por sua vez, aumentaria a oferta de emprego e o mercado consumidor, porém em razão menos que proporcional ao aumento do estoque de capital. Em ambos os casos, haveria uma mudança na

---

<sup>23</sup> Para Gaudêncio Frigotto, o trabalho, na perspectiva marxista, não se reduz apenas um fator de potencialização das forças produtivas, mas sim “a forma pela qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, ou seja o próprio ser humano” (FRIGOTTO, 2010, p. 33).

<sup>24</sup> Para Milton Santos, nesse esquema analítico, é necessário considerar a divisão desses dois tipos de trabalho do ponto de vista territorial: “A divisão social do trabalho é frequentemente considerada como a repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho. Essas duas formas de considerar a divisão do trabalho são complementares e interdependentes. Esse enfoque, todavia, não é suficiente, se não levarmos em conta que, além da divisão do trabalho vivo, há uma divisão territorial do trabalho morto. A ação humana tanto depende do trabalho vivo como do trabalho morto” (SANTOS, 2004, p.139).

composição orgânica do capital de modo a favorecer o trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, rebaixando o nível de consumo das massas ou impedindo seu crescimento nas mesmas proporções da produção de mercadorias, conduzindo, assim, a economia capitalista a crises de superprodução.

Karl Marx apontou dois aspectos fundamentais que se combinam nesse processo: o crédito e a concorrência. Conforme assinala:

[...] o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais (MARX, 1996b, p. 358-359).

A crise econômica que vivenciamos no momento atual, decorre de uma expansão sem precedentes no crédito, de modo a provocar um descolamento da economia financeira da economia real. Isto é, o correspondente financeiro do estoque de capital está além do seu lastreamento. A expansão do crédito bancário deu-se a taxas mais aceleradas do que a produção de mercadoria, dando espaço à especulação financeira que nem de longe se aproxima da produção real.

Essa digressão representa apenas um esforço para tentar entender os acontecimentos atuais a partir dessa alternativa analítica. Essa perspectiva, no entanto, é questionada, na medida em que o presente estágio de desenvolvimento das forças produtivas conduz a perda da centralidade do trabalho para compreender a sociedade contemporânea. Por outro lado, as novas investidas do capital disfarçadas em novos rótulos (globalização, reestruturação produtiva ou mundialização) buscam, tão somente, intensificar e ampliar as formas de exploração do trabalhador, tornando o modo de produção capitalista homogêneo em escala global. Deste modo, não seria démodé a afirmação de que a sociedade contemporânea ainda se estrutura e se organiza tendo o trabalho como fato e categoria analítica principal.

Tal reflexão nos desloca para um lugar onde somos desafiados a pensar nos problemas postos pelo avanço das forças produtivas. Se antes a luta era pelo trabalho decente, por uma jornada justa e pela regulação das relações trabalhistas, hoje lutamos pela manutenção dos níveis de emprego e salários e do marco regulatório conquistado. Neste

cenário, os problemas causados pelo desemprego cruzam-se com outros aumentando a vulnerabilidade e os riscos sociais. O desmonte do estado, preconizado pelo receituário neoliberal, reduz sua capacidade de formular, implantar e gerir políticas públicas para as populações excluídas. O estado, abdicando de suas funções econômicas, assume claramente o papel de garantidor da acumulação capitalista, com elevados custos sociais.

O capitalismo cleptocrático anda livre, roubando os pobres para dar aos ricos. O bem-estar social para os oprimidos foi substituído por subvenções ao capital por parte do governo em forma de empresariado mundial. A ideologia destes tempos está legitimando uma supressão traumática dos ganhos laborais (MCLAREN, 2000, p.119)

Os trabalhadores assumem todos os riscos desse processo. Observa-se um aumento da precarização das relações trabalhistas, tornando-os altamente vulneráveis às manobras do capital. A natureza dessa vulnerabilidade varia de região para região, mas adquire um contorno geral: o avanço dos meios de comunicação e a financeirização da economia. Estes dois fenômenos criaram as bases para a expansão da acumulação capitalista nos dias atuais. As comunicações tornaram o tempo instantâneo e aumentaram a mobilidade dos capitais mundiais, permitindo alongar o circuito de valorização do capital financeiro.

A intensificação do processo aqui descrito conduziu a uma delirante expansão dos fluxos internacionais de mercadorias e financeiros, de modo a amplificar os mercados capitalistas. Entretanto, tudo isso se apresenta enquanto conjunto de possibilidades, ou seja, para que haja acumulação é necessário que seja garantido a existência de espaço de valoração desses capitais.

Desse modo, podemos dividir o mundo em dois blocos: os remetentes líquidos de capital e os recebedores líquidos de capital. De um lado estão os lugares onde as forças produtivas foram amplamente desenvolvidas e que se apresentam em um estágio de produção capitalista que necessitam ir além de suas fronteiras para garantir a manutenção da escala de acumulação. Para isto, buscam territórios que lhes ofereçam condições objetivas para a valorização e a realização do seu capital. De outro lado do mundo estão os lugares que se empenham em oferecer as tais condições objetivas buscadas por esses capitais itinerantes. Estas condições são muitas vezes forjadas tendo em vista que alguns destes lugares não contam, naturalmente, com os requerimentos exigidos pelo capital. A esse propósito, afirma Milton Santos, “é o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz” (SANTOS, 2004, p. 338). Para este autor a ordem global impõe aos

lugares uma racionalidade única e os lugares respondem a isso segundo sua própria racionalidade. E, neste movimento, “o mundo escolhe alguns lugares e rejeita outros”. Os lugares são espaços dotados de virtualidades, de modo que são escolhidos pelas oportunidades que oferecem à acumulação. Portanto, o modelo atual de desenvolvimento capitalista deseja os lugares pelo conjunto de suas possibilidades para usos econômicos específicos (SANTOS, 2004).

Assim, as economias que compõem esse segundo bloco, no entusiasmo de se inserirem nessa nova ordem econômica, promovem, em solidariedade com o capital, uma série de ajustes econômicos e travam uma acirrada competição por esses capitais itinerantes. Esse processo favorece ainda mais o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente a acumulação das economias centrais (aquelas do primeiro bloco). A ação dos fluxos de capitais sobre os lugares receptores líquidos os modificam a partir de uma racionalidade imposta e estabelecem uma hierarquia produtiva. Os capitais aportados nestes lugares trazem uma razão universal, globalizante, reservando aos mesmos a posição de produtoras de insumos e/ou bens intermediário, sobretudo de natureza primária. A ação desses capitais estabelece certa organicidade à estrutura produtiva mundial e estabelece uma nova distribuição internacional do trabalho, na qual os receptores líquidos de capital ocupam um lugar desprestigiado.

Recuperando o argumento de Adam Smith sobre o ciclo virtuoso de crescimento e considerando o fato de que as economias buscam espaços de valorização para seus capitais que lhes garantam a manutenção da escala de acumulação, nos dá ideia de como o desenvolvimento das forças produtivas, por meio do avanço tecnológico, pode afetar a competição entre os lugares. Nesse processo, tem mais chance de inserção os lugares onde as condições objetivas de acumulação do capital são mais favoráveis e cuja ambiência técnico-científica propicia o desenvolvimento tecnológico ou a absorção de tecnologias produzidas nos lugares centrais. Os lugares remetentes líquidos de capital também são grandes produtores e exportadores de tecnologias, de modo que, em muitas das vezes, o capital deseja apenas os lugares que oferecem uma mão-de-obra com competências e habilidades para assimilar os usos das tecnologias.

O conjunto desses condicionantes impostos aos lugares receptores líquidos de capital corresponde ao que Milton Santos denominou de virtualidades do lugar, isto é, aquilo que o lugar oferece, em potência, para à acumulação capitalista. Para Marx, esse conjunto é

constituído pela infraestrutura e superestrutura da sociedade. O primeiro representando as relações materiais do sistema de produção e o segundo, o sistema normativo e ideológico da sociedade. A universidade, portanto, é a instituição capaz de operar sobre essas duas bases. No nível da infraestrutura, contribui no desenvolvimento técnico-científico e no atendimento ao requerimento de uma mão-de-obra qualificada para o tratamento com as novas técnicas e tecnologias. No entanto, a universidade não atua apenas como instância de formação dos trabalhadores e cientistas requeridos, pois, ao emitir um diploma a ela confere ao seu possuidor não apenas competência e habilidades, mas prerrogativas e direitos para toda a vida, contribuindo, assim, para a configuração das relações de poder que permeiam a sociedade<sup>25</sup>, agindo, desta forma, sobre a superestrutura da sociedade.

A ciência econômica clássica, embora tivesse oferecido elementos analíticos para se pensar a economia do ponto de vista político (economia política) terminou por negligenciar o tratamento do espaço na análise econômica. A adoção de hipóteses simplificadoras e limitadas, tais como a flexibilidade de preços e salários; a perfeita mobilidade dos fatores de produção e o equilíbrio de mercado, transformou-a em um mero exercício de abstração que construiu bons esquemas analíticos, mas de pouco resultado prático<sup>26</sup>.

Para Clemente (1987), “esse esforço resultou em desenvolvimento de arcabouço teórico baseado em conceitos bem estabelecidos e fundamentados na lógica formal ou dialética”. Mas, sem prestar atenção ao espaço, a ciência econômica logo se transformou em uma formuladora de “leis e princípios gerais de validade universal e inteiramente abstratos” (CLEMENTE, 1987, p. 1).

Para Nourse (1968), a Economia ocupa-se do estudo das organizações criadas para produzir e distribuir bens e serviços escassos. Contudo, o método analítico da economia, normalmente, despreza a ordenação espacial da ordem social, procedendo uma apreciação da economia como se tivesse localizada em um ponto. A Economia Regional, por sua vez, ainda que se utilize de instrumental analítico semelhante, tende a recuperar essa ordem espacial da economia esquecida. É o estudo da localização espacial dos fatores de produção, dos

---

<sup>25</sup> Para Bourdieu e Boltanski (2001), o sistema de ensino, além de ser uma instância reprodutora da força qualificada de trabalho, é também uma instância de reprodução da posição que estes agentes e seu grupo ocupam na estrutura social. Para eles o sistema de ensino desempenha as funções de reprodução técnica e reprodução social (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2001, p. 130)

<sup>26</sup> Devemos considerar que o desenvolvimento de uma economia espacial torna-se possível a partir de elementos fornecidos pela teoria econômica clássica, a exemplo da vantagens comparativas de David Ricardo, que abordou, num enfoque espacial, os diferenciais de produtividade e de custo de transporte (Barbosa, 2002, p. 54).

mercados e das estruturas organizacionais e sociais das atividades econômicas. Admite-se que tais fatores não estão caoticamente localizados, mas que a localização geográfica dos mesmos está submetida a uma ordem e uma estrutura que pode ser estudada e entendida (NOURSE, 1968, p. 9).

O método para estudar a localização geográfica dos recursos e das atividades econômicas, para o autor, é constituído de modelos econômicos das regras de espacialização das atividades econômicas, de forma a enquadrar-se nos modelos tradicionais da Economia. Não se trata de exatas descrições da localização geográfica da atividade econômica. Sua importância consiste não só na indicação de tendências, mas sobretudo na capacidade de isolar variáveis críticas que afetam as mesmas (tendências), permitindo avaliar como a distribuição geográfica da atividade econômica reage a mudanças produzidas nessas variáveis. Na perspectiva dos modelos tradicionais, Nurse traça um esquema muito conhecido. Assume as seguintes premissas: 1) as empresas e as famílias localizam-se em regiões onde podem ganhar mais que em outra parte; 2) as empresas ofertam bens e serviços as famílias, que por sua vez oferece as empresas os fatores de produção, inclusive sua força de trabalho; 3) na busca pela maximização dos lucros, as empresas combinam os fatores de forma mais eficiente possível; 4) as famílias preferem adquirir os bens das empresas porque o preço do produto é inferior ao custo que as famílias teriam se o produzisse individualmente (NOURSE, 1968, p. 9).

Esse é um esquema que mantém a tradição da análise econômica, estereotipada na firma maximizadora, na livre concorrência e na perfeita mobilidade. Contudo, Nourse argumenta que um aspecto importante na eficiência empresarial está na localização da unidade produtora. As empresas não se localizam onde os custos são menores e as receitas maiores, mais sim onde a diferença positiva entre ambos (o lucro) seja maior (NOURSE, 1968, p. 10).

Dessa forma, a população e as atividades econômicas não estão dispersas no espaço por razões fúteis ou, simplesmente, por inexoráveis forças deterministas. Todavia, a localização espacial de conglomerados demográficos, bem como a densidade econômica, atende e cristaliza as economias internas e externas.

Para Milton Santos, só é possível compreender os movimento do mundo e a atual divisão do trabalho na contemporaneidade tendo o espaço como categoria fundamental. As

atividades econômicas, assim como as pessoas, necessitam do suporte do espaço para se tornarem reais. É o espaço que oferece às relações humanas (relacionais, de produção, política) a possibilidade de realização:

Tal distribuição de atividades, isto é, tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho. Esta é o valor que permite à totalidade dos recursos (mundial ou nacional) funcionalizar-se e objetivar-se. Isso se dá em lugares. O espaço como um todo reúne todas essas formas locais de funcionalização e objetivação da totalidade (SANTOS, 2004, p. 133).

Dessa forma, as circunstâncias da análise que desenvolveremos a seguir estão demarcadas por nossa perspectiva da realidade, isto é, um contexto de crise do padrão de acumulação que fez emergir a necessidade de outras alternativas analíticas fora do *mainstream*. A noção de desenvolvimento está indexada à ideia de forças produtivas como sendo o conjunto material e humano que se pode mobilizar no processo de produção. A universidade, portanto, constitui a instituição capaz de propiciar a formação de trabalhadores, criação e absorção de inovações tecnológicas requeridas pelo capital, contribuindo, desse modo, para a ampliação das forças produtivas no lugar de assentamento dessas instituições. Assim, a disposição espacial das instituições estaduais de ensino superior conformam espaços privilegiados de análise.

Não se trata de querer interpretar a história a partir do episódio da recente crise financeira internacional. Mas sim, a partir da disposição das coisas no espaço. Para isto, consideramos a distribuição espacial da ordem social e da ordem econômica, tendo a oferta e demanda de ensino superior como nexos entre elas, com vistas em avaliar os impactos das universidades estaduais no desenvolvimento dos espaços de assentamento destas instituições.

#### 4.2 OS IMPACTOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO MEIO ENVOLVENTE: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES

De acordo com capítulo 2, o recente processo de expansão do ensino superior no estado da Bahia se deu através de mecanismos de concentração espacial e institucional, ou seja, a oferta de vagas concentrou-se na Região Metropolitana de Salvador e em instituições

privadas. As razões e as consequências disto já foram amplamente discutidas no referido capítulo. Entretanto, gostaríamos de recuperar alguns aspectos desse processo. Vimos que a disposição das vagas está para além da demanda, conduzindo a um elevado grau de ociosidade do sistema. Do lado das instituições privadas, isto pode ser explicado como parte de uma estratégia de superdimensionar a capacidade instalada com forma de garantir o nível de participação no mercado ou aumentar essa participação quando necessário. Assim, podemos concluir que a espacialização dessas instituições faz parte de uma estratégia de disposição do capital em espaços cujas condições objetivas de acumulação sejam mais favoráveis. Esses negócios se instalam em lugares com potencial, isto é, que apresentam virtualidade ao capital.

As instituições de ensino superior públicas, embora não pelas mesmas razões, também se assentam no espaço em busca de virtualidades. Sem minimizar a importância das outras condições, a decisão por instalar uma universidade pública ou um *campus* avançado decorre de um processo de discussão política, seja de política pública, seja do substantivo política em seu sentido mais puro. Em ambos os casos, espera-se dividendos eleitorais. Dessa forma, espaços com maior densidade eleitoral tem mais chance de serem escolhidos (Tabela 16).

Tabela 16  
Bahia: Indicadores selecionados nos espaços que contam com oferta de ensino superior, segundo categoria administrativa 2010

Indicadores Selecionados	Bahia	Presença das Instituições de Ensino Superior			
		Pública e Privada	Privada	Pública	Pública Estadual
Número de Municípios	417 100,0%	62 14,9%	32 7,7%	51 12,2%	47 11,3%
População <sup>(1)</sup>	14.016.895 100,0%	7.696.275 54,9%	6.363.105 45,4%	6.872.488 49,0%	6.718.895 47,9%
População com ensino médio <sup>(1)</sup>	2.062.432 100,0%	1.427.831 69,2%	1.242.575 60,2%	1.328.040 64,4%	1.266.079 61,4%
Eleitorado <sup>(2)</sup>	9.539.934 100,0%	5.079.426 53,2%	4.195.841 44,0%	4.547.072 47,7%	4.442.802 46,6%
PIB (R\$ mil) <sup>(3)</sup>	154.340.457,6 100,0%	102.975.434,1 66,7%	90.079.734,7 58,4%	94.071.656 61,0%	93.116.139,7 60,3%
PIB Per Capita (R\$ 1,00)	11.011,0	13.379,9	14.156,6	13.688,2	13.858,8
Valor Adicionado (R\$ mil) <sup>(3)</sup>	23.493.499,4 100,0%	12.254.883,3 52,2%	9.935.483,4 42,3%	10.836.467,5 46,1%	10.580.038,3 45,0%

Fontes: (1) Microdados do Censo Popacional/IBGE; (2) Ipeadata/Ipea; (3) Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/Sei

Os dados da Tabela 16 demonstram que, no ano de 2010, as instituições de ensino superior marcaram presença em 62 municípios da Bahia, correspondendo a apenas 14,9% de todo o estado. Esses municípios abrigavam mais da metade da população do estado (54,9%), 69,2% da população com ensino médio concluído, potenciais demandantes, e 53,2% do eleitorado; respondiam por 66,7% do Produto Interno Bruto (PIB), 52,2% do valor adicionado e tinham uma renda per capita 21,5% superior à média baiana. Esses números revelam um nível de concentração espacial muito elevado. Entretanto, quando consideramos apenas as instituições privadas, esse quadro se agrava ainda mais. Estas instituições, naquele ano, estavam presentes em apenas 32 municípios (7,7%) que juntos perfaziam 45,4% da população, 60,2% das pessoas com ensino médio, 44,0% dos eleitores, 58,4% do PIB, 42,3% do valor adicionado e uma renda per capita maior que a média em 29,0%.

Esse modo concentrado de assentamento do ensino superior incidiu também sobre a disposição das instituições públicas. Essas instituições estavam presentes em 51 municípios (12,2%) que juntos, em 2010, tinham 49,0% dos habitantes do estado, 64,4% daqueles com ensino médio concluído e 47,7% do eleitorado. Esse conjunto de municípios também respondia por parcelas expressivas do PIB (61,0%) e do valor adicionado (46,1%). As instituições públicas estaduais exibem uma lógica semelhante no seu assentamento, com uma discreta redução no padrão de concentração.

Esta concentração espacial da população ao mesmo tempo em que se apresenta enquanto reflexo do adensamento econômico, também repercute neste adensamento. Por outro lado, não devemos deixar de reconhecer que a universidade também se apresenta enquanto virtualidade. O vir a ser da universidade como uso específico para o capital realiza-se na formação de trabalhadores, com a flexibilidade que este exige; na produção de inovações, sobretudo aquelas de valor de mercado; e nas demais contribuições para a ampliação das forças produtivas locais. Portanto, a universidade é uma instituição destinada a ser ato e potência. Existe como realização de uma política, ao passo em que se oferece enquanto potencial para o desenvolvimento local e regional.

A Figura 12 demonstra a distribuição espacial do ensino superior no estado da Bahia, tendo como recorte a oferta de cursos. Nela é possível observar que os cursos se distribuem em uma espacialidade que descreve sete polígonos. Cabe esclarecer, no entanto, que estes polígonos foram estruturados pelo critério da proximidade, considerando a distância euclidiana. Segundo Nourse (1968), a delimitação de espaços é arbitrária e depende do

propósito concreto a que servirá. E uma vez definida sua escala, devemos assegurar um esquema que proporcione os dados necessários à análise. Assim, a delimitação desses polígonos exigiu a montagem de uma base dados fundada em fontes seguras e com abrangência municipal. Os procedimentos para a elaboração desta base foram discutidos a algumas seções atrás. Para representar cada um desses polígonos destacamos os municípios cujas densidades populacional e econômica sobressaem na comparação com os demais municípios que compõem o polígono.

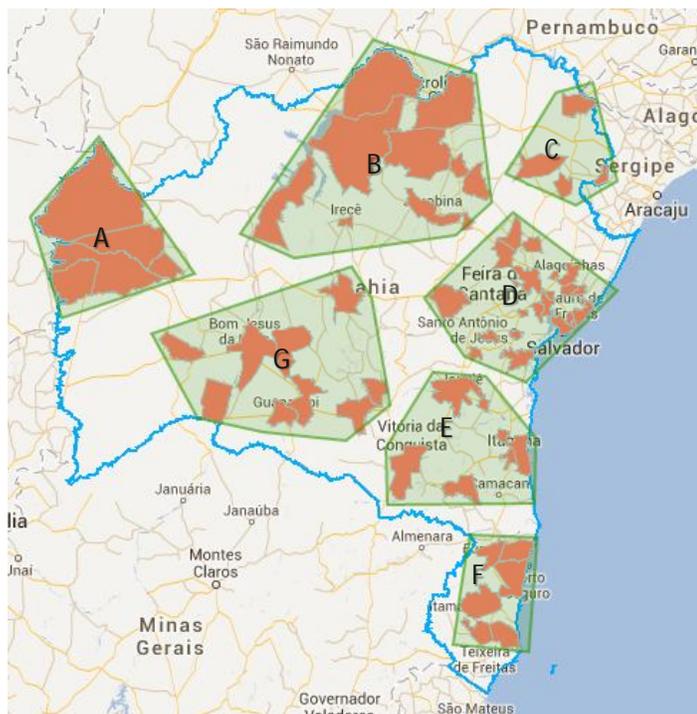
Polígono	Cidade Líder
A	Barreiras(*)
B	Juazeiro
C	Paulo Afonso
D	Salvador
E	Vitória da Conquista
F	Teixeira de Freitas
G	Guanambi

Box 1 - Categorização dos Polígonos

(\*) Embora Luís Eduardo Magalhães apresente maior PIB, Barreiras, além de ter maior população e eleitorado, também mostrou maior valor adicionado.

Desta forma, estabelecemos a categorização que está expressa no Box 1.

As cidades líderes exercem grande centralidade sobre as demais, não apenas pelo seu adensamento populacional e econômico, mas, sobretudo, por abrigarem um conjunto de órgãos que auxiliam o estado na gestão das políticas públicas, exemplo das Diretorias Regionais de Educação (Direc), das Diretorias Regionais de Saúde (Dires) e das Inspetorias Fazendárias, entre outros.



Fonte: Azimute/Sei; Microdados do Censo da Educação Superior/Inep  
 Figura 12 – Disposição espacial dos cursos oferecidos por Instituições de Ensino Superior na Bahia, 2010

Assim, podemos observar que, mesmo no que pese o fato da oferta de ensino superior no estado ter experimentado na última década uma expansão sem precedentes, ainda há uma grande área desassistida. O vazio evidenciado na Figura 13 envolve 355 municípios que, segundo informações do Censo Demográfico de 2010, abrigam 45,1% da população e 30,8% dos possíveis demandantes desse nível de ensino. Estamos falando de uma população de 6,3 milhões, cuja renda per capita é de R\$ 8,1 mil, inferior à média do estado em 26,2%. Esses municípios, naquele ano, acolhiam 635 mil pessoas que haviam concluído o ensino médio e não ingressaram no ensino superior, devemos acrescentar a isto o fato de que 55,3% destes indivíduos eram jovens com idade inferior a 30 anos.

Portanto, a expansão, contrariando à lógica, agravou o quadro de desigualdade na oferta de ensino superior no estado da Bahia. Dois fatos concorrem para explicar esta contradição. Primeiro, temos que considerar que a recente expansão esteve, e ainda está, sob a liderança de instituições privadas, cujos interesses recaem sobre os espaços de maiores densidades populacional e econômica. Em segundo lugar, estão as instituições de ensino superior estaduais que por conta de um regime de financiamento parametrizado por variáveis macroeconômicas que, em contexto de restrições fiscais, comprometeu sua expansão e reestruturação.

O ensino superior figura no rol dos serviços que são demandados dispersamente, mas são ofertados centralmente, de modo que uma unidade de ensino superior tenderá instalar-se em espaços onde seja possível auferir ganhos de escala, naturalizando, dessa forma, o processo de concentração espacial desse nível de ensino. Entretanto, o que desnaturaliza o processo de concentração, no caso do estado Bahia, são as grandes distâncias entre os municípios desassistidos e os centros de oferta, implicando em elevados custos de transporte e/ou de manutenção dos alunos oriundos dos municípios fora dos polígonos. Há de considerar, ainda, a expressiva concentração no polígono de Salvador e grande sobreamento na oferta desse serviço. Neste particular, as instituições estaduais contribuíram muito para a conformação desse quadro (Figura 13).

Considerando um raio de 50 km, distância razoável para o deslocamento diário, a Figura 13 demonstra que a presença das instituições estaduais revela grandes áreas de sobreamento, ao menos no que diz respeito à oferta de cursos. Contudo, devemos tomar cuidado ao interpretar essa informação, tendo em vista que as marcas no mapa observam apenas a oferta de curso, sem se importar com a sua natureza e área de conhecimento. Deste

modo, em alguns casos, quiçá na maioria das vezes, esse sombreado não se configure em realidade por se tratar de cursos diferentes. De qualquer forma, a imagem apresenta indícios de superposição entre essas instituições.

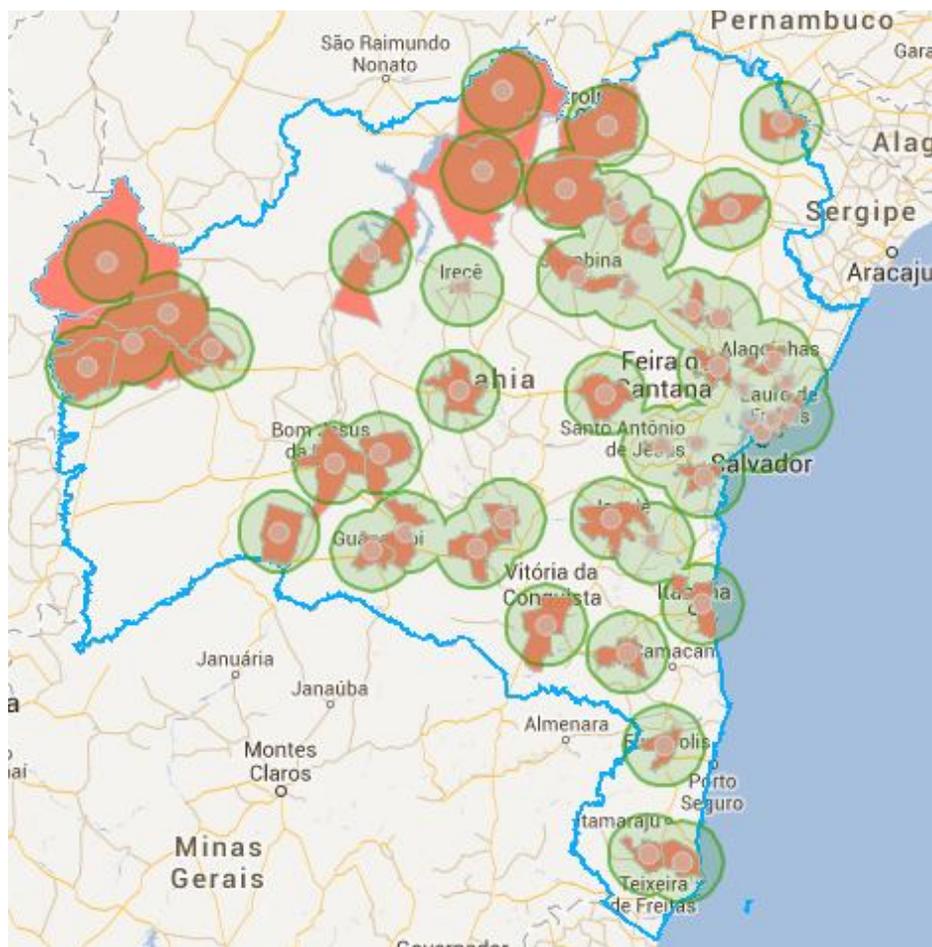


Figura 13 – Sombreamento na oferta de Ensino Superior Estaduais Baianas, 2010 (raio de 50 km)

Para a verificação do impacto das universidades estaduais nos espaços que contam com cursos presenciais ofertados por instituições de ensino superior no estado da Bahia, propomos a construção de um índice de potencial de desenvolvimento desses espaços. Para isto, recorreremos à técnica de análise fatorial.

A análise fatorial é uma técnica de estatística multivariada cujo objetivo é sintetizar um grande conjunto de variáveis em um número menor de fatores, identificando, assim, relações entre essas variáveis que não se manifestam quando olhamos as variáveis em separado. Isto torna mais fácil entender as relações de dependência que existem entre

conjunto de variáveis. Os fatores representam combinações lineares de variáveis interdependentes. Com o uso dessa técnica, o pesquisador tem a possibilidade de evidenciar a estrutura dos dados, agregando as variáveis em dimensões latentes, de modo a revelar os constructos que facilitam a interpretação dos dados (HAIR Jr, 2005; COSTA, 2006; RODRIGUES, 2002).

Entretanto, a aplicação dessa técnica requer alguns cuidados quanto à sua adequação a um problema específico. No nosso caso, este problema consiste na elaboração de um indicador de desenvolvimento que nos permita averiguar o impacto da presença de uma instituição de ensino superior estadual no desenvolvimento dos municípios baianos.

Dessa forma, consideramos 25 variáveis que abrangem diversos aspectos (econômicos, demográficos e educacionais):

1. O consumo de energia elétrica (ENER\_ELET) – consumo, em KWH, do município. No atual estágio da produção capitalista, este é um bom indicador de desenvolvimento das forças produtivas;
2. Valor adicionado do município (AVL\_ADIC) – a opção por esta variável e não pelo Produto Interno Bruto (PIB), justifica-se pelo fato de que este último, ao considerar a variação de estoque e a formação de capital fixo, termina por dar muita importância ao trabalho morto, o trabalho passado, enquanto que, o valor adicionado, por representar o valor líquido entre a produção e o consumo intermediário, tende a importar-se mais com o trabalho vivo, o trabalho do presente. A magnitude de ambos dependerá do grau de desenvolvimento das forças produtivas locais;
3. Arrecadação de ICMS (ICMS) – este imposto incide sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, portanto, mostra-se como um razoável indicador do volume de transações comerciais, de transporte de pessoas e cargas e do uso de tecnologias de comunicação. Esses estão intimamente relacionados ao avanço das forças produtivas;
4. Número de agências bancárias (AGEN\_BANC) – da mesma forma que o anterior, esta variável está relacionada com o avanço das forças produtivas, visto que é um indicativo de monetização da economia local;

5. População (POP) – a quantidade de habitantes é um bom indicativo da quantidade de consumidores e de trabalhadores disponíveis. Como trata-se de um indicador muito vago, na medida em que não se considera a qualificação da mão de obra, nem o nível de renda dos consumidores, levantamos outros aspectos dessa população, os quais estão expressos nas duas próximas variáveis;
6. População com ensino médio (PO\_ENS\_MED) – quantidade de indivíduos residentes no município que concluíram o ensino médio e não ingressaram na universidade. Representa, portanto, a demanda potencial por ensino superior no município. Ademais, o ensino médio também é uma instância formativa para o trabalho;
7. População com ensino superior concluído ocupada (OCUP\_SUPER) – corresponde ao grau de empregabilidade dos indivíduos com formação universitária no município;
8. Grau de urbanização (URBAN) – razão entre a população residente na área urbana e a população total do município, tomada em termos percentuais;
9. Índice de ocupação (IND\_OCUP) – razão entre a população com ensino superior concluído ocupada e a população com ensino superior concluído do município, tomada em termos percentuais;
10. Índice de ocupação líquido (IND\_OCUP\_LIQ) – razão entre a população com ensino superior concluído ocupada em empregos formais e a população com ensino superior concluído no município, ocupada ou não, tomada em termos percentuais;
11. Índice de formalização (IND\_FORM) – razão entre a população com ensino superior concluído ocupada em empregos formais e a população com ensino superior concluído ocupada no município, tomada em termos percentuais;
12. Classe de salário modal (SAL\_MODAL) - a escolha da moda e não pela média dos salários, justifica-se pelo fato de que esta última oculta o padrão distributivo da renda dos trabalhadores, enquanto que a primeira representa o salário mais frequente, aquele que conta com a maior probabilidade;
13. Faixa de salário modal (FAI\_SAL\_MODAL) – o salário modal distribuído em intervalos de salário mínimos;
14. Vagas (VAG) – quantidade de vagas em cursos superiores oferecidas no município;

15. Inscritos (INSC) – quantidade de candidatos inscritos em processo seletivo para curso superior no município;
16. Ingressos (ING) – quantidade de ingressos em curso superior no município;
17. Matrículas (MAT) – quantidade de alunos matriculados em curso superior no município;
18. Concluintes (CONC) – quantidade de concluintes de curso superior no município;
19. *Dummy* IES (IES) – indica a presença de instituição de ensino superior no município. Assume valor 1 para sim e 0 para não;
20. *Dummy* IES pública (IES\_PUB) – indica a presença de instituição de ensino superior pública no município. Assume valor 1 para sim e 0 para não;
21. *Dummy* IES estadual (IES\_EST) – indica a presença de instituição de ensino superior pública estadual no município. Assume valor 1 para sim e 0 para não;
22. *Dummy* IES federal (IES\_FED) – indica a presença de instituição de ensino superior pública federal no município. Assume valor 1 para sim e 0 para não;
23. *Dummy* IES privada (IES\_PRIV) – indica a presença de instituição de ensino superior privada no município. Assume valor 1 para sim e 0 para não;
24. Esperança de vida ao nascer (ESP\_VIDA) - Captura as condições objetivas de sobrevivência no município, tais como o atendimento à saúde e a segurança pública. Segundo o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento, esta variável define como sendo o número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecentes no ano do Censo;
25. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (ANALF\_15) - Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever e o total de pessoas nesta faixa etária, tomada em termos percentuais.

Na verificação da adequação da análise fatorial, utilizamos os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Esfericidade de Bartlett, cujos resultados estão no Anexo 2. Para o teste KMO obtivemos 0,724. Na literatura estatística ficou estabelecido que valores acima de 0,6 indicam que a análise fatorial é adequada e que os fatores latentes explicam razoavelmente

a associação entre as variáveis. O teste de esfericidade de Bartlett exibiu um qui-quadrado de 1.879,6, com um valor-p de 0,000, indicando que há evidências estatísticas que nos permitem afirmar, 0,05 de significância, que as variáveis estão correlacionadas. Portanto, do ponto de vista estatístico, os nossos dados mostram-se adequados à aplicação da análise fatorial.

Optamos pelo método de análise fatorial de componentes principais com rotação varimax. Este método transforma um conjunto de variáveis correlacionadas entre si em um conjunto menor de componentes principais (fatores), que embora sejam combinações lineares dessas variáveis, são ortogonais, isto é, não correlacionados<sup>27</sup>. Isto reduz a complexidade e facilita a interpretação dos dados. Segundo Hair Jr (2005), os fatores são extraídos na ordem de importância, de modo que o primeiro explica a maior parcela da variância dos dados; o segundo, a maior parcela da variância não explicada pelo primeiro; e este procedimento se repetirá tantas vezes quantos fatores forem necessários. Recomenda-se alguns critérios para se decidir sobre o número de fatores e de variáveis que compõem os mesmos.

Para os fatores, aconselha-se o exame do gráfico de sedimentação (Figura 15). No caso que estamos analisando, constatamos uma quebra de estrutura na quarta componente principal. Podemos ver que os segmentos de reta que ligam fatores apresentam dois pontos de inflexão, correspondendo aos segundo e quarto fatores, enquanto que, a partir do quinto, a inclinação da curva torna-se mais suave, tendendo a estabilizar do décimo para frente. Como desejamos incorporar o máximo de dimensões possíveis, fizemos uma análise com quatro fatores, que juntos explicam 84,3% da variância total (Anexo 1).

---

<sup>27</sup> Por serem não correlacionados, os fatores são independentes uns dos outros. Isto significa que retratam diferentes atributos dos municípios.

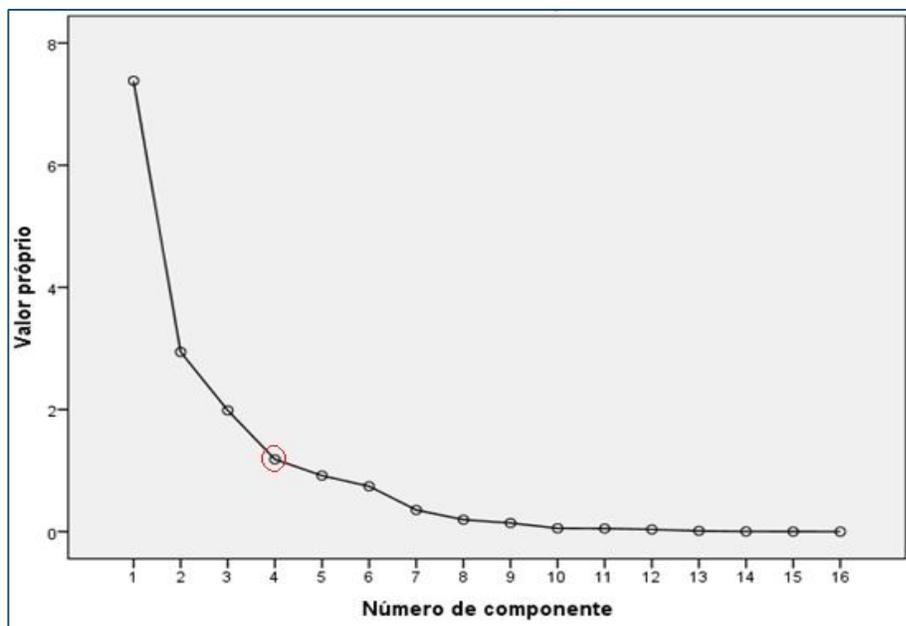


Figura 14 – Gráfico de sedimentação – Análise Fatorial

A decisão sobre a quantidade de variáveis está relacionada aos valores das cargas de fator. As cargas de fator representam as correlações entre cada uma das variáveis originais e o fator extraído na análise fatorial. Nesse particular, recomenda-se que as variáveis cuja carga de fator for inferior a 0,30, isto é, que apresente uma baixa correlação com o fator, sejam desconsideradas. No nosso caso fomos mais rigorosos. Dispensamos as cargas inferiores a 0,40 e, em razão desse critério, foram excluídas as variáveis 9 - IND\_OCUP, 13 - FAI\_SAL\_MOD, 14 - VAG, 15 - INSC, 16 - ING, 17 - MAT, 18 - CONC, 22 - IES\_FED e 23 - IES\_PRIV. O resultado da solução fatorial para as 16 variáveis restantes estão expressos no Quadro 1.

Para interpretar esse resultado devemos olhar com atenção para as cargas de fator. Com efeito, notamos que o primeiro fator está significativamente associado ao avanço das forças produtivas, agregando sete indicadores, que na ordem de importância são representados por: Pessoal com ensino superior ocupados (OCUP\_SUPER), População com ensino médio (POP\_ENS\_MED), N° de agências bancárias (AGEN\_BANC), População Total (POP), Valor Adicionado (VAL\_ADIC), Consumo de energia elétrica (ENER\_ELET) e Arrecadação de ICMS (ICMS). Este fator também pode ser interpretado como sendo o potencial produtivo ou ainda, como sendo o conjunto de virtualidades que o município tem a oferecer ao capital. Ou seja, há potencial de produção e consumo nesses espaços.

Quadro 2 – Resultado da solução fatorial

Dimensões Latentes	Variáveis	Componente			
		1	2	3	4
Forças Produtivas	Pessoal com ensino superior ocupado	0,988			
	População com ensino médio	0,986			
	Nº de agências bancárias	0,985			
	População	0,979			
	Valor adicionado	0,972			
	Consumo de energia elétrica	0,956			
	Arrecadação de ICMS	0,898			
Oferta Pública	Indica a presença de instituição de ensino superior pública		0,945		
	Indica a presença de instituição de ensino superior pública estadual		0,931		
	Indica a presença de instituição de ensino superior		0,914		
Social	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais			-0,811	
	Grau de urbanização			0,691	
	Esperança de vida ao nascer			0,668	
	Classe de salário modal			0,469	
Mercado de Trabalho	Índice de formalização				0,988
	Índice de ocupação líquida				0,987

Método de extração: Análise do Componente principal. Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.  
a. Rotação convergida em 5 iterações.

O segundo fator foi interpretado por nós como sendo a oferta pública de ensino superior no município. Fundamenta-se em três indicadores com elevadas cargas de fator: Indica a presença de instituição de ensino superior pública (IES\_PUB), Indica a presença de instituição de ensino superior pública estadual (IES\_EST) e Indica a presença de instituição de ensino superior (IES). Este resultado sugere que a presença de instituições de ensino superior no município é fator determinante para o desenvolvimento do mesmo. E, se essa instituição for pública, o impacto é ainda maior, tendo em vista que as instituições desta natureza são mais importantes na composição deste fator.

O terceiro fator combina os indicadores sociais e tem no analfabetismo de pessoas de 15 ou mais anos (ANALF\_15) sua maior influência. Nota-se que esta variável possui a maior carga de fator e apresenta um sinal negativo. Isto significa que o analfabetismo de jovens e adultos exerce uma força de depressão sobre o desenvolvimento do município. Chama atenção também o fato da classe de salário modal (SAL\_MOD), ainda que com pouca representatividade, ter sido relacionado neste fator. Ocorre que as classes de salários se mostram muito baixas para indivíduos com ensino superior completo, os dados indicam que, no estado da Bahia, um trabalhador com formação superior tem 63,3% de chance de estar

ocupado, contudo, irá auferir rendimentos entre 2 e 6 salários mínimos (Anexo 1). Nesta situação, o salário deixa de ser um problema do mercado de trabalho, transformando-se em uma questão social. Há outras duas variáveis que são combinadas neste fator. O grau de urbanização (URBAN). O fenômeno da urbanização induz o crescimento das cidades e favorece a atividade econômica no lugar. A esperança de vida ao nascer (ESP\_VIDA), representando as condições objetivas de sobrevivência no município, captura os riscos do histórico de mortalidade nas diversas faixas etárias (criança, adolescente, adulto e idoso), em outras palavras, considera as condições materiais, de saúde e de segurança no município.

O quarto fator relaciona-se com as questões do mercado de trabalho no município. Está carregado pelos seguintes indicadores: índice de formalidade (IND\_FORM) e o índice de ocupação líquida (IND\_OCUP\_LIQ). O primeiro demonstra o grau de formalidade do mercado de trabalho local (empregados com carteira de trabalho assinada ou servidores regidos por regime jurídico dos funcionários públicos, inclusive militares). O emprego formal assegura ao trabalhador, além dos benefícios previdenciários, uma série de garantias sociais e legais, tais como direito à greve, indenização por demissão sem justa causa, férias remuneradas, fundo de garantia por tempo de serviço, décimo terceiro salário, limite de carga horária de trabalho, entre outras. O segundo representa a probabilidade de um indivíduo com nível superior obter, no município, um emprego com essas características.

Como podemos observar em nossos anexos, a base de dados congrega variáveis de diferentes escalas de medida. Do ponto de vista da extração dos fatores, isto não se constitui em um problema, visto que análise fatorial importa-se com a interdependência entre as variáveis, e não com suas magnitudes. Entretanto, para o cálculo dos escores que representam as dimensões latentes, isto é, os constructos teóricos que compõem nosso indicador de potencial de desenvolvimento, essas diferenças podem provocar alguns vieses. Ocorre que as dimensões representam a soma dos produtos entre a carga de fator e a variável respectiva. Desse modo, a ordem de grandeza das variáveis pode afetar a construção das nossas dimensões.

Para exemplificar, vamos considerar o caso do fator 1 (dimensão Forças Produtivas). A variável número de agências bancárias (AGEN\_BANC) apresentou uma carga de fator de 0,985 e grandeza variando entre 0 e 251. Por outro lado, a variável arrecadação de ICMS (ICMS) mostrou uma carga de fator de 0,898 e seus valores variaram no intervalo de 3,7 mil a 4,0 milhões (Anexo 1). Embora esta última seja menos importante que a primeira,

visto que sua carga de fator é inferior a de AGEN\_BANC, poderá carregar mais a dimensão em razão de sua escala, isto porque 0,898 multiplicado por milhões será maior que 0,985 multiplicado por centenas.

Para evitar esse problema e tornar os resultados mais analíticos, transformamos os valores das nossas variáveis em índices por meio de processo de normalização, cuja formalização foi a seguinte:

$$N_{VAR} = \left( \frac{VAR_i - VAR_{min}}{VAR_{max} - VAR_{min}} \right) \quad (1)$$

Sendo,

$N_{VAR}$  = variável normalizada;

$VAR_i$  = variável a ser normalizada;

$VAR_{min}$  = menor observado da variável;

$VAR_{max}$  = maior observado da variável.

Para a variável AGEN\_BANC, por exemplo, essa formulação ficará da seguinte maneira:

$$N_{AGEN\_BANC} = \left( \frac{AGEN\_BANC_i - AGEN\_BANC_{min}}{AGEN\_BANC_{max} - AGEN\_BANC_{min}} \right) \quad (2)$$

A utilização dos valores máximos e mínimos assegura algumas vantagens. Primeiro, os valores são expressos como razão da amplitude total dos dados, isto é, o maior distanciamento observado entre dois municípios. Segundo, considerando que esses limites máximos e mínimos são valores observados na série, os índices encontrados preservam a propriedade de comparabilidade entre os municípios. Terceiro, essa formulação nos garante que o indicador terá como campo de variação o intervalo de “0 a 1”. Assumirá “0” para o município com o pior resultado e 1 para aquele que apresenta o melhor desempenho nesta variável. Os valores máximos e mínimos utilizados e os valores normalizados estão nos anexos 1 e 2, respectivamente.

Uma vez contornado esse problema das escalas das variáveis, criamos um ambiente favorável à criação do nosso indicador de impacto, tendo como fundamento as quatro dimensões reveladas na análise fatorial. Denominamos esse indicador de Índice de Potencial de Desenvolvimento (IPD). O qualificador “potencial de desenvolvimento” refere-se ao fato de que devemos olhar para os seus resultados enquanto possibilidades teóricas. Esta medida pode ser muito útil para o estudo de impacto da oferta de ensino superior no município, em especial, da oferta pública, mas não é adequada para identificar as variáveis que produzem esses impactos, nem tampouco serve para explicar o que provoca mudanças no padrão dos mesmos.

Na Figura 16 está descrito esquematicamente a composição do nosso indicador, bem como o conteúdo das dimensões reveladas na análise fatorial. Embora a imagem demonstre os nexos entre eles, não esclarece de que forma essas dimensões tão diferentes serão combinadas a fim de se chegar a uma medida homogênea de desenvolvimento, o Índice de Potencial de Desenvolvimento (IPD). As dimensões se apresentam enquanto potencialidades para o desenvolvimento local, abarcando quatro aspectos da vida social e econômica dos municípios baianos: o avanço das forças produtivas locais; a oferta pública de ensino superior nos municípios; o desenvolvimento social e; a estrutura do mercado de trabalho local para os indivíduos que concluíram o ensino superior.

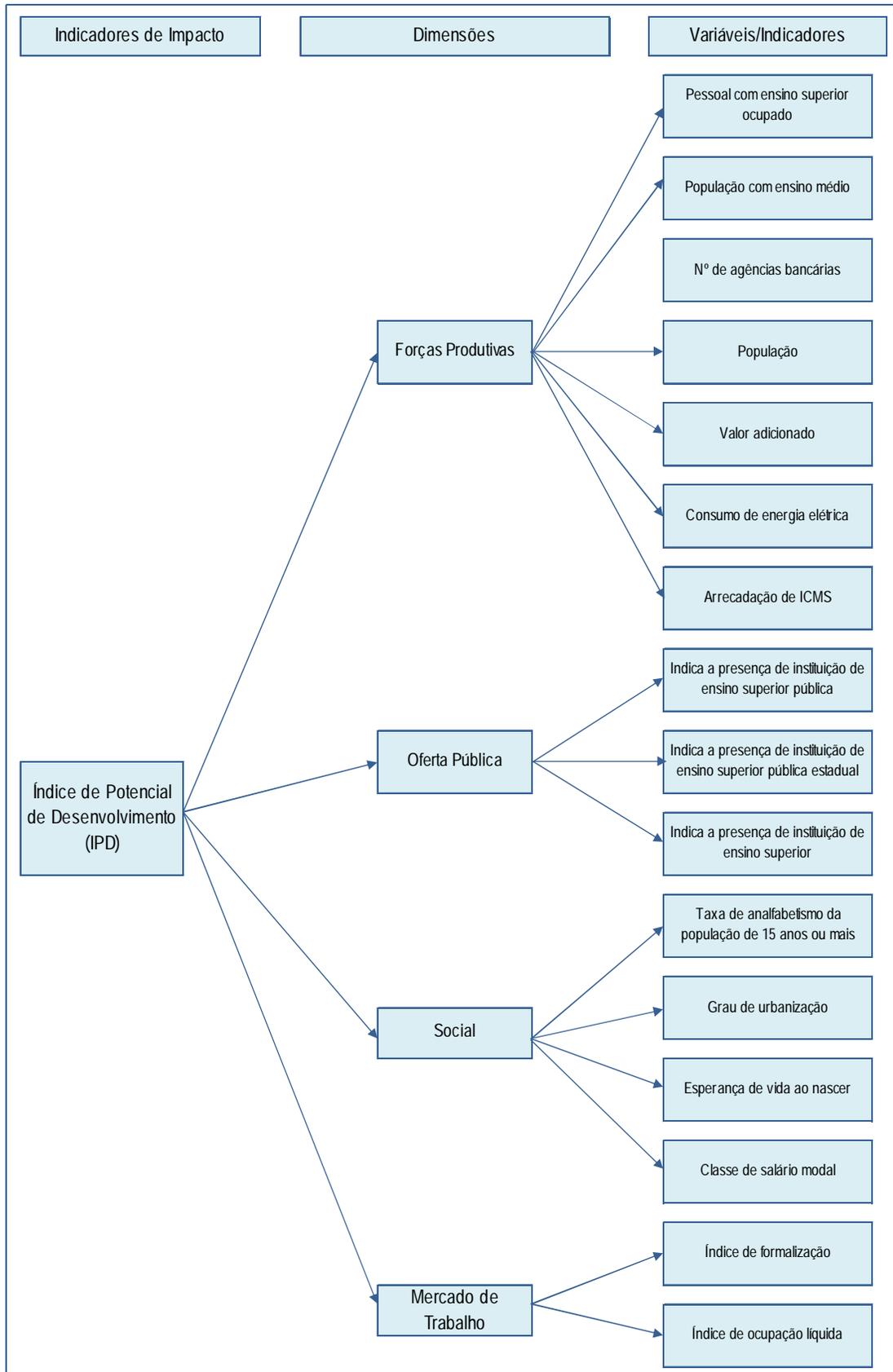


Figura 15 – Esquema de construção do indicador de impacto

A princípio, pensamos em uma agregação por adição dessas dimensões. Entretanto, isto seria como admitir que as quatro dimensões tivessem o mesmo grau de importância na determinação do nível de desenvolvimento. Seria como afirmar que, para a sociedade local, o avanço das forças produtivas (aumentar no consumo de energia, no número de agências bancárias, na arrecadação de impostos, na produção e na intensificação do uso da mão de obra), é tão importante quanto o desenvolvimento social (combater o analfabetismo e melhorar a assistência à saúde e segurança, ampliando a expectativa de vida).

Uma alternativa para contornarmos esse problema é estabelecer pesos para cada uma das dimensões. Para encontrar esses pesos, fizemos uma nova análise fatorial, onde os fatores encontrados anteriormente assumiram o papel de variáveis desse processo. Nesta nova solução fatorial escolhemos a extração de apenas um fator. A ideia é de que as nossas dimensões (forças produtivas, oferta pública, social e mercado de trabalho) sejam combinadas neste fator, o qual chamaremos de potencial de desenvolvimento (POTEN\_DESEN).

Do ponto de vista do rigor estatístico, esta nova análise fatorial é considerada espúria, na medida em que as dimensões não atendem ao princípio de adequação da técnica de análise fatorial, ou seja, não estão correlacionadas entre si. Mesmo no que pese essa restrição, a nova solução fatorial nos foi bastante útil, visto que a mesma forneceu o peso de cada dimensão neste novo indicador (POTEN\_DESEN). Esses pesos se encontram no quadro abaixo:

Quadro 3 - Pesos obtidos por Análise Fatorial

Dimensão	Peso
Forças Produtivas (FOR_PROD)	0,024
Oferta Pública (OFER_PUB)	0,289
Social (SOCIAL)	0,293
Mercado de Trabalho (MERC_TRAB)	0,394
Total	1,000

Método de extração: análise do componente principal.

Assim, o potencial de desenvolvimento é dado por:

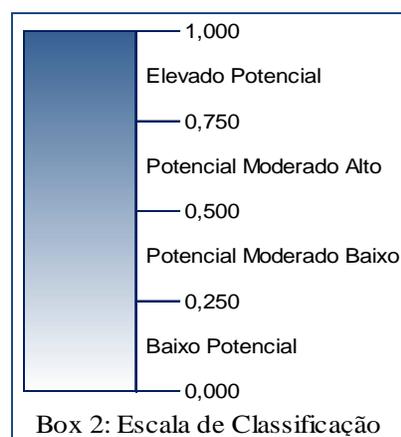
$$\text{POTEN\_DESEN} = 0,024 \times (\text{FOR\_PRODU}) + 0,289 \times (\text{OFER\_PUB}) + 0,293 \times (\text{SOCIAL}) + 0,394 \times (\text{MERC\_TRAB}) \quad (3)$$

Analisando a equação (3), percebemos que a dimensão com maior impacto no potencial de desenvolvimento nos municípios baianos é o mercado de trabalho. As ações que visem reduzir a informalidade e a garantir aos indivíduos com ensino superior concluído empregos compatíveis com a sua formação profissional, correspondem a 39,4% do potencial de desenvolvimento. Em segundo lugar está a dimensão social. A redução do analfabetismo de jovens e adultos, o aumento do grau de urbanização e do salário modal, melhorando as condições de sobrevivência, de modo a ampliar a esperança de vida ao nascer, respondem por 29,3% do potencial de desenvolvimento do município. A oferta pública de ensino superior aparece em terceiro, com um peso de 0,289. Isto significa que a presença de instituições de ensino superior no município, sobretudo se for pública estadual, aumenta o potencial de desenvolvimento em 28,9%. Em último lugar, está a dimensão forças produtivas com menor impacto de apenas por 2,4% do potencial de desenvolvimento. Isto pode ser explicado pelo fato de que o consumo de energia, o número de agências bancárias, a arrecadação de impostos e o uso intensivo da mão de obra se relacionam com o tamanho urbano e com a atividade industrial. Os municípios baianos são basicamente rurais, de modo que esses aspectos são menos importantes nas estratégias de desenvolvimento desses espaços.

Os resultados do potencial de desenvolvimento foram sintetizados em um outro indicador, o Índice de Potencial de Desenvolvimento obtido através do processo de normalização descrito na equação (1):

$$IPD = \frac{POTEN\_DESEN_i - POTEN\_DESEN_{min}}{POTEN\_DESEN_{max} - POTEN\_DESEN_{min}} \quad (4)$$

O IPD foi utilizado para hierarquizar os municípios quanto ao seu potencial de desenvolvimento. Por corresponder ao resultado do processo de normalização descrito acima, o campo de ocorrência desse índice compreende os valores de 0 a 1. Assim, propomos um critério de classificação baseada nos quartil<sup>28</sup>. A ideia que os municípios possam ser enquadrados, segundo seu potencial de desenvolvimento, na escala apresentada no



<sup>28</sup> Medida estatística de tendência central que divide uma série de dados em quatro partes, de modo que, se o conjunto de dados for simétrico, cada parte representa 25% da série. No nosso caso, o potencial de desenvolvimento dos municípios baianos apresenta-se bastante assimétrico. Portanto, esperamos que a classificação ancorada nesse critério contemple essas diferenças.

Box 2. A Bahia apresenta uma divisão política que congrega, na atualidade, 417 municípios. Assim, exibir os resultados tomando como unidade territorial o município, implicaria em diluir excessivamente as informações dificultando a análise. Desse modo, os resultados serão apresentados de forma agregada. Entretanto, os valores individuais, isto é, por município, podem ser visto nos anexos desta tese.

A Figura 16 mostra os municípios segundo seu potencial de desenvolvimento. No exame dessa figura, observamos que a maior parte enquadra-se na categoria de potencial moderado baixo e baixo potencial, que juntos perfazem 299 municípios, representando 71,7%, enquanto que 21,3% apresentam potencial moderadamente alto e apenas 7,0% mostram elevado potencial para o desenvolvimento. As instituições de ensino superior estão presentes nesses dois últimos extratos.

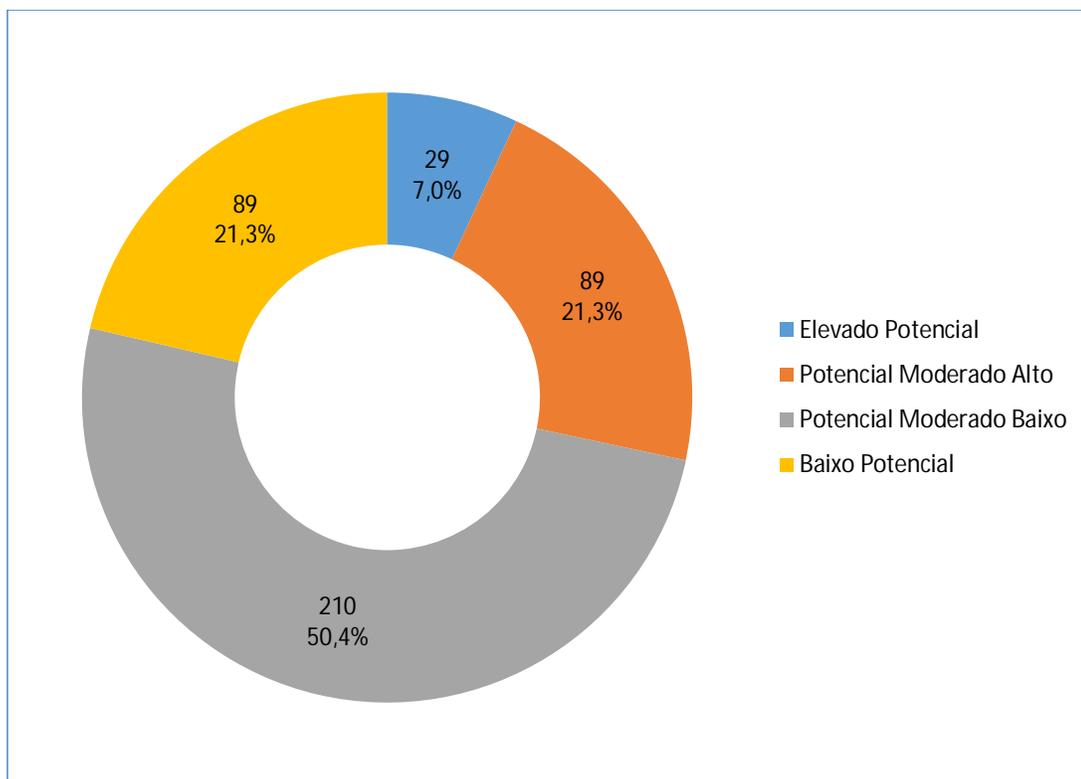


Figura 16: Bahia: municípios por potencial de desenvolvimento, 2010

Vale recordar que a dimensão representada pela oferta pública de ensino superior impacta o potencial de desenvolvimento em 28,9%. Assim, convém analisar como essas

instituições estão distribuídas tendo o IPD como marco. Neste sentido, observamos que as instituições de ensino superior marcaram presença em 28 dos 29 municípios com elevado potencial (96,6%), bem como em 29 dos 89 com potencial moderadamente alto (32,6%). Quando recortamos considerando os polígonos de atendimento essa dispersão espacial fica ainda mais clara.

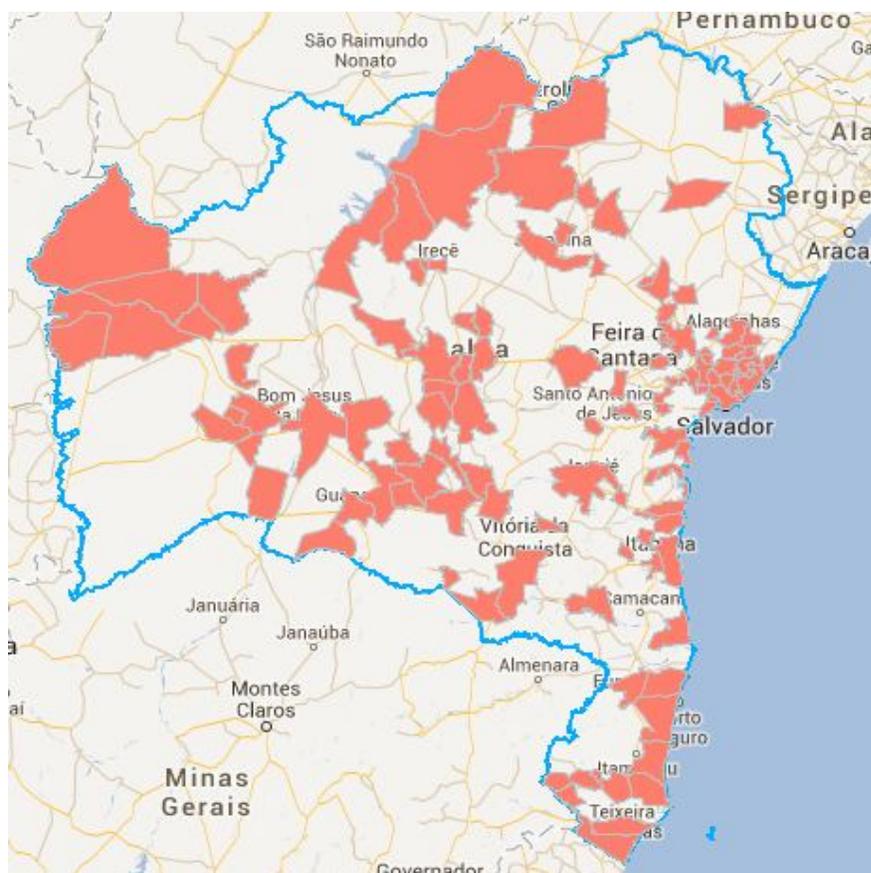


Figura 17 - Dispersão espacial dos municípios com IPD moderadamente alto e elevado potencial, 2010

Para avaliar a consistência externa do nosso indicador, bem como do critério sugerido no Box 2, hierarquizamos os municípios em três conglomerados, levando em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborado pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a com a Fundação João Pinheiro. Os resultados podem ser vistos no Quadro 4:

Quadro 4 - Estatísticas de validação dos Conglomerados

Indicador	Grupo	Número de Município	Média	Desvio Padrão
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	1	245	0,573	0,028
	2	119	0,613	0,033
	3	53	0,645	0,045
	Total	417	0,594	0,041
Índice de Potencial de Desenvolvimento (IPD)	1	245	0,335	0,149
	2	119	0,428	0,136
	3	53	0,736	0,110
	Total	417	0,412	0,191

Com efeito, podemos notar que, tanto para IDHM quanto para o IPD, a solução de conglomerados caracterizou grupos bastante distintos, tendo em vista que apresentam média e desvio padrão diferentes. Mesmo no que pese as diferenças metodológicas na elaboração desses indicadores, é possível, na comparação, encontrarmos algumas semelhanças. A hierarquia entre os conglomerados se mantém, isto é, o grupo de maior desenvolvimento humano é também o de maior potencial de desenvolvimento.

A consistência interna consiste em avaliar se o indicador atende aos propósitos para o qual foi criado. A esse respeito, o estabelecimento dos pesos para as dimensões que compõem o IPD já deixou claro que a oferta pública de ensino superior impacta positivamente o potencial de desenvolvimento dos municípios baianos. Entretanto, para dar respostas satisfatórias às indagações da nossa pesquisa é necessário demonstrar que essa oferta quando é realizada por meio do governo estadual, isto é, através das universidades estaduais, esse impacto é mais amplamente difundido.

Para iniciar trataremos da relação existente entre a oferta pública estadual e o potencial de desenvolvimento, com especial atenção no sentido e o grau dessa relação. Escolhemos duas vias para isto. Na primeira analisamos a matriz de correlação que consta no Anexo 6. Nela é possível observar que o potencial de desenvolvimento, como já era de se esperar, está positivamente correlacionado com a presença de uma instituição de ensino superior pública. No entanto, a correlação entre essas instituições e aquelas de natureza estadual é quase que perfeita (0,924), indicando que estas últimas respondem por quase que integralmente pelo impacto das primeiras sobre o potencial de desenvolvimento. Ademais, podemos ver também que há uma razoável correlação entre a oferta estadual e os índices IPD (0,621) e IDHM (0,445).

A fim de reforçarmos o argumento da associação da oferta estadual com o grau de desenvolvimento dos municípios, realizamos um teste qui-quadrado com as categorias de potencial de desenvolvimento, cujos resultados também podem ser vistos no Anexo 7. Com base nesses resultados podemos dizer que há fortes evidências estatísticas de que a presença de uma instituição de ensino superior estadual exerce impacto sobre o potencial de desenvolvimento local. Analisando os resíduos ajustados, concluímos que existe uma forte associação entre a presença dessas instituições e elevado potencial de desenvolvimento.

# CONCLUSÕES

---

A hipótese que orientou esta pesquisa foi a de que a presença de um campus de uma universidade estadual em um determinado município afeta o potencial de desenvolvimento do mesmo, transformando-o em espaço diferenciado. Esta hipótese reafirma nossas questões de pesquisa, quais sejam: Existe diferença no potencial de desenvolvimento nos espaços onde há oferta pública de ensino superior em relação aos espaços desassistidos? Qual o impacto da oferta pública de ensino superior no potencial de desenvolvimento do município?

No percurso das respostas a essas questões, propusemos um esquema analítico que buscou alinhar o processo recente de expansão das matrículas no ensino superior no Estado da Bahia, sob o domínio privado; o regime de financiamento e as restrições orçamentárias que impuseram às universidades estaduais limites na sua atuação nesse processo e; a elaboração e avaliação de indicador de potencial de desenvolvimento local.

Muitas conclusões podem ser obtidas. Primeiramente, observamos um acentuado crescimento no número de instituições de ensino superior nos anos de 1997 a 2011, acompanhado de um razoável incremento nas matrículas neste nível de ensino. A liderança desse processo de expansão ficou a cargo da iniciativa privada. Contudo, já há sinais de esgotamento. A partir de 2004 as matrículas cresceram a taxas decrescentes.

O processo de expansão, nessas bases, não trouxe mudanças significativas na estrutura de oportunidade de acesso no ensino superior, de modo que a oferta de vagas continua concentrada na capital e em jovens oriundos de famílias nos extratos de renda mais elevados. Ressalte-se que os números registrados no período analisado fizeram sentir não apenas a diferença nas matrículas do setor público e do privado, mas também distinção na qualidade do ensino ofertado por esses dois segmentos. Observamos que as instituições públicas contam com grande percentagem de funções docentes em regime de tempo integral e com qualificação de mestrado e doutorado. Por outro lado, se as instituições privadas contam com uma gestão mais ágil, menos burocrática, pesa contra elas a qualidade. Estas instituições

apresentaram expressiva quantidade de funções docentes em regime de horista, composto basicamente por graduados e especialistas.

Se por um lado as instituições estaduais apresentaram pouco dinamismo no recente processo de expansão, elas têm a seu favor o fato de terem sido as responsáveis por dispersar a oferta de ensino superior no território baiano. E, apoiadas pela forma de assentamento espacial, a multicampia, marcaram presença em municípios pobres que, pela lógica empresarial, não são atraentes para os negócios educacionais.

Propomos um conjunto de indicadores para avaliar o atendimento à demanda por ensino superior no Estado. Os resultados indicaram que a oferta de vagas, mesmo no que pese ter crescido 911,7%, mostrou-se insuficiente, seja pelo critério potencial ou efetivo. No entanto, o grau de efetividade do sistema ainda é muito baixo, de modo que encerramos o período analisado com apenas de 50,4% das vagas ocupadas. Neste particular, revelamos mais uma diferença entre o ensino superior público e o privado. Considerando o ano de 2011, a efetividade nas instituições públicas superou 72,0%, enquanto que nas privadas não chegou a marca de 44,0%.

Em resumo, a recente expansão do ensino superior no Estado da Bahia, sob o domínio privado, só foi possível a partir de um arranjo normativo que favoreceu a proliferação de instituições cujo sentido é apenas o ensino. Entretanto, essa estratégia já demonstra sinais de esgotamento, ou mesmo de limites para responder aos requisitos da demanda por ensino superior de qualidade, de modo que o sistema ainda opera com elevada proporção de vagas ociosas.

Podemos concluir também que a experiência das universidades estaduais baianas aponta para um modelo de financiamento incremental, cujos aspectos regulatórios estão relacionados com o cenário macroeconômico. Isto significa dizer que a destinação de recursos do estado nessas universidades não decorre de uma ação deliberada de planejamento estatal, mas sim de parâmetros macroeconômicos. Isso pode ser verificado pelo fato de apresentar proporções fixas no tempo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). A primeira consequência desse regime de financiamento é tornar essas instituições vulneráveis a choques econômicos e crises fiscais, representando entraves ao crescimento dessas instituições que as impedem de reagir à expansão privada. Outra consequência são as restrições orçamentárias

impostas às universidades estaduais, configurando um quadro de precarização do trabalho docente.

Na análise da execução orçamentária das universidades estaduais vimos que há uma clara prevalência das despesas de pessoal que em 2012 representou 75,6% dos recursos do tesouro alocados nessas instituições. Da mesma forma notamos a baixa representatividade dos investimentos (2,4%), grupo de despesas responsável pelos gastos com instalações e equipamentos necessários ao bom desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo que a pouca atenção dada a este grupo de despesa agrava os problemas da precarização do trabalho docente e da expansão. Há de se registrar, ainda, que a ausência de uma lei sobre a autonomia universitária fez com que o processo de orçamentação e execução orçamentária se transformassem em procedimentos burocráticos, com forte controle das secretarias sistêmicas (Fazenda, Planejamento e Administração).

Assim, não é injusto afirmar que os baixos salários oferecidos aos professores e técnicos das universidades estaduais baianas é uma clara consequência do controle orçamentário e financeiro. Ocorre que a política de pessoal não está sob a governança das Universidades, de modo que as discussões sobre o quadro de profissionais, bem como sobre os salários dos mesmos, requerem negociações com as secretarias sistêmicas que, quase sempre, são tencionadas pelas restrições fiscais e orçamentárias do Estado.

Com o auxílio de um quadro teórico acerca da ideia de desenvolvimento capitalista e apoiado em base de dados estatísticos, foi possível elaborar um indicador multidimensional de desenvolvimento dos municípios baianos, que chamamos de Índice de Potencial de Desenvolvimento (IPD). Este indicador é composto por quatro constructos que abrangem as diversas facetas do desenvolvimento local, a saber, forças produtivas, oferta pública, social e mercado de trabalho, que são combinadas tendo em consideração a importância (peso) de cada uma no estado geral de desenvolvimento.

Os resultados nos permite responder, satisfatoriamente, as questões que motivaram a pesquisa:

A dimensão que mais impacta o potencial de desenvolvimento do município é o mercado de trabalho para as pessoas com formação superior. Isto significa que a dinâmica do mercado de trabalho local é um importante fator de fixação do sujeito no município onde completa sua formação profissional. A probabilidade de ocupar-se no município, aliada a

chance de empregar-se em uma atividade formal, constituem condições fundamentais para a atração e fixação de mão de obra qualificada.

Há uma forte associação entre a presença de uma instituição de ensino superior e potencial de desenvolvimento. Estas instituições se assestam em espaços de moderado alto ou elevado potencial de desenvolvimento. O que nos permite dizer que existe diferença no potencial de desenvolvimento nos espaços onde há oferta pública de ensino superior em relação aos espaços desassistidos.

Embora sejam o mercado de trabalho para as pessoas com formação superior e os aspectos sociais as dimensões que mais impactam o potencial de desenvolvimento local, com 39,4% e 29,3% respectivamente, não podemos desprezar a contribuição da oferta pública de ensino superior, que responde por 28,9% do potencial de desenvolvimento.

Foi possível, também, confirmarmos a nossa hipótese. Com efeito, notamos que existem evidências estatísticas de que a presença de uma instituição de ensino superior estadual exerce impacto sobre o potencial de desenvolvimento local, na medida que observamos uma forte associação entre a presença dessas instituições e elevado potencial de desenvolvimento.

No percurso da pesquisa a categoria autonomia universitária mostrou-se recorrente. Apesar disto, preferimos não tratá-la como categoria fundamental, tendo em vista que seu significado político-ideológico vai além da temática desta tese. Entretanto, o seu significado prático e seu conteúdo explicativo nos ajudou a compreender as restrições orçamentárias e as vulnerabilidades decorrentes do modelo de financiamento. Desta forma, a ausência de lei que garanta ampla autonomia às universidades estaduais constitui uma grande ameaça a essas instituições.

Da proposta que apresentamos nesta tese, apreendemos que as universidades estaduais, mesmo no que pese o desinteresse do estado, contribuem para elevar o potencial de desenvolvimento nos espaços de assentamento. Isto reafirma a necessidade de que qualquer projeto de desenvolvimento para o estado da Bahia esteja em articulação com essas instituições. Ao estado, caberá a promoção de uma discussão qualificada sobre a autonomia universitária, de modo a reduzir os níveis de controle e criar as condições para que as universidades estaduais efetivamente exerçam o papel de instituições de grande retorno social.

A pesquisa foi delimitada temporalmente pelo período 1997 a 2011, com especial atenção para o ano de 2010. Esta escolha justifica-se pelo fato de naquele ano contar com informações censitárias, de modo que as estatísticas convergem para os parâmetros populacionais. O quadro pesquisado se desenvolveu em um ambiente institucional demarcado por uma dicotomia público-privado, que resultou em uma expansão distorcida do ensino superior no Estado da Bahia, conduzindo a um processo de concentração espacial e social das vagas nesse nível de ensino.

Além disso, a base de dados e a investigação suscitaram uma agenda de pesquisa sobre as temáticas que emergiram da análise. Essa agenda compõe-se de três projetos de pesquisa que poderão aprofundar algumas questões da tese, a saber: 1) A dicotomia público-privado no ensino superior no Estado da Bahia: análise de dados recentes; 2) Aspectos regionais na oferta e demanda por ensino superior no Estado da Bahia e; 3) Ensino superior, formação e mercado de trabalho no Estado da Bahia: análise dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) na última década.

# REFERÊNCIAS

---

BAHIA. Lei nº 7.888 de 27 de agosto de 2001. Autoriza ao Poder Executivo a instituir a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, altera a estrutura da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 28 ago. 2001. Disponível em <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em 31 jul. 2013.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Manual de orçamento público 2009**. Salvador: SEPLAN/SPO, 2008.

BARBETTA. Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

BLAUG, Mark. **Introdução à economia da educação**. Porto Alegre: Globo, 1975.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 71-79.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis,: Vozes, 2001, p. 127-144.

BRASIL, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasil, DF, 23 mar. 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)>. Acessado em 01 out. 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3860impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860impressao.htm)>. Acesso em 31 jul. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 1997. Disponível em <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2306impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306impresao.htm)>. Acesso em 31 jul. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em 31 jul. 2009.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasil, DF, 07 maio 2001. Seção 1, p. 15-20.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. **Contributos reflexivos para o estudo das relações entre a educação e o desenvolvimento. Gestão e Desenvolvimento**. Viseu:

Universidade Católica Portuguesa (CR-Beiras), n. 11, p. 193-233, 2002. Disponível em:

<[http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/GD11/gestaodesenvolvimento11\\_193.pdf](http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/GD11/gestaodesenvolvimento11_193.pdf)>.

Acessado em: 02 jun. 2004.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. **O capital humano: contributo reflexivo para o estudo da relação entre a educação, a economia e o desenvolvimento humano**.

2001. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2001.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. In: Seminário de Metodologia Estatística, 1971, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: PUC, 1971. Disponível em: <

[http://www.slideshare.net/JoseRicardoRocha/28978148-](http://www.slideshare.net/JoseRicardoRocha/28978148-miriamlimoeirocardosoomitodometodo)

[miriamlimoeirocardosoomitodometodo](http://www.slideshare.net/JoseRicardoRocha/28978148-miriamlimoeirocardosoomitodometodo)>. Acessado: 10 jun. 2010.

COSTA, Giovani G. de Oliveira. **Um procedimento inferencial para análise fatorial**

**utilizando as técnicas Bootstrap e Jackknife: construção de intervalo de confiança e testes de hipóteses**. 2006. 196f. Tese (doutorado) – Departamento de Engenharia Elétrica.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COUTINHO, Luciano. Progresso tecnológico, educação e distribuição de renda. Seminário internacional desenvolvimento com distribuição de renda. São Paulo: DIEESE, 2006.

Disponível em <<HTTP://www.dieese.org.br/seminarioapresentacaolucianocoutinho.pdf>>.

Acesso em 19 ago. 2009.

DEZIN, Noman K.; LINCOLN, Yvonna S. Paradigmas e perspectivas em transição. In \_\_\_\_\_ . **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade multicampi**. Brasília: Autores Associados – Plano Editora, 2005.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Porque o conflito entre as tendências metodológicas não é falso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 75-80, ago. 1988. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/823.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, Bernadete A. Pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas. In **Revista Eletrônica nas Redes da Educação**. Campinas: Unicamp, outubro/2003. Disponível em: <[www.fae.unicamp.br/revista/gati.html](http://www.fae.unicamp.br/revista/gati.html)>. Acessado em: 23 ago. 2004.

GIVEN, Lisa M. ( Ed.). **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr. 1995. Disponível em <<http://www16.fgv.br/rae/redirect.cfm?ID=488>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In DEZIN, Noman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HAIR Jr., Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apresenta informações socioeconômicas e demográficas do Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 31 jul. 2012.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Apresenta informações sobre a educação brasileira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 31 jul. 2013.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998, 258 p. (Série Debates, Ciência).

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 1999.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. O falso conflito entre as tendências metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66,p. 70-74, ago. 1988. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/822.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Volume I (Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Volume II (Os Economistas).

MASTERMAN, M. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS e MUSGRAVE (org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

MCLAREN, Peter. Pedagogia revolucionária em tempos pós-revolucionários: repensar a economia política da educação crítica. In: IMBERNÓN, Francisco (org.). **A educação no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 124-157, jan-jun. 2007.

NOURSE, Hugh. **Economía Regional**. Barcelona: Oikos-tau ediciones, 1968

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Relatório de Desenvolvimento Humano: combater as alterações climáticas, solidariedade humana num mundo dividido. New York, 2007. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acessado em: 01 out. 2007.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Potencial de desenvolvimento dos município fluminenses: uma metodologia alternativa ao IQM, com base em análise fatorial exploratória e análise de cluster. *Revista de Gestão*, São Paulo, v. 10, 2002. Disponível em <[www.usp.br/rege/ojs/index.php/rege/article/view/54](http://www.usp.br/rege/ojs/index.php/rege/article/view/54)>. Acessar em 10 set. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Agnaldo José. **Expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo estadual**. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Volume I (Os Economistas).

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VELLOSO, Jacques. Universidade na América Latina: rumos do financiamento. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

# ANEXOS

---

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN_C	POP	POP_ENS_MED	OCUP_SUPER
Abaira	3.783	14.527	359	0	8.316	900	112
Abaré	9.995	32.330	259	1	17.064	1.423	197
Acajutiba	6.484	25.092	260	1	14.653	1.617	136
Adustina	5.105	26.612	522	1	15.702	837	161
Água Fria	6.924	29.150	153	1	15.731	1.209	66
Aiquara	2.143	9.915	35	0	4.602	488	64
Alagoinhas	169.522	222.147	284.161	7	141.949	29.545	4.165
Alcobaça	16.089	42.040	3.144	2	21.271	1.834	239
Almadina	2.336	12.565	18	0	6.357	564	22
Amargosa	21.555	55.929	2.400	3	34.351	4.382	462
Amélia Rodrigues	17.078	37.940	5.085	1	25.190	4.456	294
América Dourada	11.968	23.312	109	0	15.961	1.220	87
Anagé	9.715	40.491	564	1	25.516	1.444	113
Andaraí	6.510	25.829	143	1	13.960	1.071	200
Andorinha	26.236	30.100	4.064	0	14.414	1.539	74
Angical	6.391	24.733	456	1	14.073	1.721	96
Anguera	3.056	15.318	37	0	10.242	1.226	87
Antas	6.507	27.945	236	1	17.072	2.225	119
Antônio Cardoso	4.223	19.965	243	0	11.554	1.140	53
Antônio Gonçalves	6.671	18.166	115	0	11.015	1.109	123
Aporá	7.054	30.981	77	0	17.731	1.424	155
Apuarema	2.836	14.397	76	0	7.459	504	52
Araçás	5.274	22.316	109	0	11.561	1.266	62
Aracatu	4.388	23.914	288	0	13.743	896	130
Araci	15.594	90.199	1.015	1	51.651	3.234	318
Aramari	4.255	16.715	1.065	0	10.036	1.024	146
Aralaca	4.087	18.859	111	0	10.392	628	39
Aratuípe	3.260	15.154	18	0	8.599	863	81
Aurelino Leal	5.764	15.300	208	0	13.595	1.220	108
Baianópolis	4.954	24.797	939	1	13.850	1.089	99
Baixa Grande	6.559	34.007	339	1	20.060	1.738	175
Banzaé	5.239	22.306	91	0	11.814	998	49
Barra	16.155	81.501	984	1	49.325	4.045	334
Barra da Estiva	9.668	34.488	1.020	1	21.187	1.915	172
Barra do Choça	16.263	57.743	464	2	34.788	2.016	201
Barra do Mendes	5.808	23.131	332	1	13.987	1.727	174
Barra do Rocha	2.493	12.887	244	0	6.313	665	69
Barreiras	315.278	250.713	71.725	13	137.427	27.190	4.374
Barro Alto	6.135	21.832	123	0	13.612	1.646	96
Barro Preto	2.964	11.610	79	0	6.453	831	68
Barrocas	68.678	26.089	379	0	14.191	1.807	176
Belmonte	12.587	39.670	859	1	21.798	2.424	116
Belo Campo	7.682	27.370	781	1	16.021	1.222	143
Biritinga	27.638	27.511	165	1	14.836	1.221	93
Boa Nova	5.415	29.044	197	1	15.411	843	124

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Boa Vista do Tupim	7.364	32.748	175	1	17.991	1.090	163
Bom Jesus da Lapa	79.079	108.547	7.450	4	63.480	9.269	1.125
Bom Jesus da Serra	2.418	18.285	19	0	10.113	739	60
Boninal	5.008	22.425	344	0	13.695	1.472	134
Bonito	8.851	28.091	456	0	14.834	1.204	94
Boquira	7.466	35.254	639	1	22.037	2.469	220
Botuporã	3.584	20.361	463	1	11.154	874	70
Brejões	6.970	25.223	185	2	14.282	1.452	115
Brejolândia	3.361	17.645	119	0	11.077	1.317	62
Brotas de Macaúbas	4.448	19.198	330	1	10.717	1.002	87
Brumado	142.180	103.436	28.445	3	64.602	9.899	1.223
Buerarema	8.197	30.567	2.572	2	18.605	1.962	209
Buritirama	5.424	34.608	114	0	19.600	1.642	201
Caatiba	3.486	20.222	76	1	11.420	866	97
Cabaceiras do Paraguaçu	5.975	29.161	115	0	17.327	1.782	80
Cachoeira	34.149	49.346	3.058	3	32.026	5.320	363
Caculé	13.420	35.606	5.310	2	22.236	3.103	501
Caém	3.700	19.394	51	1	10.368	932	71
Caelanos	2.806	21.428	120	0	13.639	759	82
Caetitê	32.215	78.214	12.617	3	47.515	5.281	886
Cafarnaum	8.002	29.549	378	1	17.209	1.843	99
Cairu	15.443	35.044	478	0	15.374	1.628	317
Caldeirão Grande	3.471	25.031	81	0	12.491	868	44
Camacan	15.592	52.159	3.219	4	31.472	2.616	312
Camaçari	1.075.198	505.716	734.014	14	242.970	50.580	4.801
Camamu	13.753	61.437	2.816	2	35.180	2.510	335
Campo Alegre de Lourdes	12.283	45.876	823	0	28.090	1.677	140
Campo Formoso	112.258	110.433	32.341	3	66.616	5.519	869
Canápolis	3.033	17.743	107	0	9.410	1.102	9
Canarana	13.462	39.733	794	0	24.067	2.405	103
Canavieiras	20.211	55.076	1.280	2	32.336	3.062	368
Candeal	2.916	14.293	92	1	8.895	1.147	45
Candeias	335.520	182.663	100.783	4	83.158	18.972	1.028
Candiba	6.019	20.716	440	1	13.210	1.404	171
Cândido Sales	13.324	44.719	1.081	1	27.918	2.142	311
Cansanção	11.803	51.614	1.008	1	32.908	2.724	287
Canudos	5.137	26.286	808	0	15.732	1.251	108
Capela do Alto Alegre	4.288	19.594	244	0	11.527	1.123	70
Capim Grosso	13.198	45.362	3.342	2	26.577	3.245	249
Caraíbas	6.507	16.481	119	0	10.222	672	88
Caravelas	12.770	40.248	4.570	1	21.414	1.992	262
Cardeal da Silva	4.623	16.532	71	0	8.899	631	41
Carinhanha	12.875	48.217	979	1	28.380	2.949	86
Casa Nova	82.111	108.184	2.471	2	64.940	5.835	558
Castro Alves	13.751	43.687	1.198	2	25.408	3.201	296
Catolândia	2.029	7.090	17	0	2.612	198	49
Catu	40.244	88.320	98.965	3	51.077	9.866	848
Caturama	2.509	14.837	79	0	8.843	672	46

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Central	5.684	28.719	213	1	17.013	2.381	164
Chorrochó	3.730	20.104	1.220	1	10.734	1.116	175
Cícero Dantas	14.792	51.551	1.558	2	32.300	3.103	274
Cipó	8.369	30.676	559	1	15.755	2.082	182
Coaraci	11.175	34.774	581	2	20.964	2.289	376
Cocos	14.470	34.231	983	1	18.153	1.786	144
Conceição da Feira	52.149	32.022	540	1	20.391	3.607	128
Conceição do Almeida	9.914	28.089	594	2	17.889	2.496	153
Conceição do Coité	33.885	97.711	5.815	4	62.040	7.657	877
Conceição do Jacuípe	32.336	43.113	13.810	2	30.123	5.303	392
Conde	12.897	42.350	518	1	23.620	1.873	226
Condeúba	7.271	29.222	749	2	16.898	1.146	222
Contendas do Sincorá	1.921	9.634	39	0	4.663	471	67
Coração de Maria	11.448	38.516	1.182	1	22.401	2.707	157
Cordeiros	2.871	15.409	324	0	8.168	612	76
Coribe	8.347	26.333	608	1	14.307	1.498	141
Coronel João Sá	4.975	30.727	366	1	17.066	840	312
Correntina	36.512	64.689	18.472	3	31.249	3.036	403
Cotegipe	5.704	24.420	610	0	13.636	1.443	26
Cravolândia	3.062	10.125	21	0	5.041	630	76
Crisópolis	7.585	36.528	452	2	20.046	813	219
Cristópolis	5.581	23.696	633	0	13.280	1.525	83
Cruz das Almas	49.242	96.301	11.670	4	58.606	12.796	1.943
Curaçá	50.634	54.914	338	1	32.168	3.125	285
Dário Meira	3.780	23.133	81	1	12.836	897	87
Dias D'Ávila	123.482	116.703	76.381	3	66.440	12.988	894
Dom Basílio	10.895	19.988	500	0	11.355	1.217	204
Dom Macedo Costa	2.032	9.232	4	0	3.874	542	19
Elísio Medrado	3.945	13.712	96	0	7.947	890	21
Encruzilhada	10.052	41.371	1.098	1	23.766	1.571	138
Entre Rios	34.008	73.203	1.936	2	39.872	4.675	457
Érico Cardoso	3.388	19.079	151	0	10.859	1.117	119
Esplanada	17.245	70.457	2.159	3	32.802	3.699	190
Euclides da Cunha	32.470	93.700	5.468	3	56.289	4.670	583
Eunápolis	136.389	176.516	34.893	7	100.196	16.064	2.763
Fátima	9.109	28.915	311	0	17.652	1.306	125
Feira da Mata	1.953	11.653	350	0	6.184	550	31
Feira de Santana	736.607	762.311	506.572	31	556.642	110.768	17.436
Filadélfia	6.206	29.430	377	0	16.740	1.515	156
Firmino Alves	3.329	10.034	154	0	5.384	588	44
Floresta Azul	4.965	18.833	134	0	10.660	1.033	94
Formosa do Rio Preto	12.091	44.790	4.632	1	22.528	2.276	271
Gandu	16.470	50.240	2.764	3	30.336	3.689	663
Gavião	1.359	8.731	45	0	4.561	687	24
Gentio do Ouro	3.447	17.505	134	0	10.622	932	21
Glória	11.691	29.177	256	0	15.076	1.569	194
Gongogi	2.831	15.090	37	0	8.357	726	61
Governador Mangabeira	12.309	33.510	405	1	19.818	3.201	221

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Guajeru	2.753	17.401	148	0	10.412	835	52
Guanambi	58.615	124.659	21.220	5	78.833	12.058	1.980
Guaratinga	7.498	39.834	276	1	22.165	1.802	138
Heliópolis	4.687	22.204	322	0	13.192	977	70
Iaçú	18.316	46.531	672	1	25.736	2.335	246
Ibiassucê	7.363	18.103	427	1	10.062	911	168
Ibicaraí	15.671	43.241	1.642	3	24.272	2.584	592
Ibicoara	24.302	31.447	3.442	1	17.282	1.311	105
Ibicuí	7.447	28.698	518	1	15.785	1.649	164
Ibipeba	30.560	28.623	391	1	17.008	2.403	227
Ibipitanga	4.173	23.433	435	0	14.171	1.413	97
Ibiquera	1.634	8.684	29	0	4.866	355	36
Ibirapitanga	7.501	43.803	265	1	22.598	1.548	86
Ibirapóá	9.524	15.743	5.961	1	7.956	761	136
Ibirataia	10.746	36.739	1.267	1	18.943	1.696	219
Ibitiara	5.489	25.045	409	0	15.508	1.246	172
Ibititá	18.168	29.718	218	1	17.840	1.916	143
Ibolírama	18.034	41.594	2.208	3	25.424	3.648	497
Ichu	2.660	10.843	53	0	5.255	1.027	41
Igaporã	6.786	26.963	540	0	15.205	1.952	295
Igrapiúna	5.029	25.192	7.136	0	13.343	940	80
Iguaí	9.334	42.670	858	2	25.705	1.581	301
Ilhéus	251.772	311.123	117.368	11	184.236	29.289	6.038
Inhambupe	21.370	60.963	1.514	1	36.306	3.199	235
Ipecaetá	4.583	27.080	51	1	15.331	1.113	10
Ipiaú	34.760	73.390	5.927	4	44.390	6.111	845
Ipirá	26.875	90.481	4.148	3	59.343	4.285	379
Ipupiara	4.223	15.021	505	2	9.285	922	150
Irajuba	2.768	14.182	57	0	7.002	499	71
Iramaia	4.136	22.481	91	0	11.990	1.238	109
Iraquara	10.239	36.950	1.243	1	22.601	2.634	198
Irará	13.490	48.511	1.757	2	27.466	3.477	383
Irecê	56.263	115.526	18.728	5	66.181	11.533	1.576
Itabela	22.434	53.519	6.939	2	28.390	2.602	314
Itaberaba	50.547	103.050	6.267	5	61.631	8.302	1.185
Itabuna	279.880	342.596	146.795	13	204.667	37.032	7.984
Itacaré	15.574	43.139	734	1	24.318	1.762	419
Itaeté	7.445	26.362	208	0	14.924	1.306	125
Itagi	4.644	24.402	236	1	13.051	902	152
Itagibá	9.307	30.021	20.173	1	15.193	1.764	131
Itagimirim	3.756	14.768	126	1	7.110	822	127
Itaguaçu da Bahia	4.472	23.534	53	0	13.209	942	42
Itaju do Colônia	3.610	15.103	166	1	7.309	729	50
Itajuípe	14.556	36.763	1.427	2	21.081	2.153	320
Itamaraju	45.296	105.612	13.958	4	63.069	6.743	1.025
Itamarí	3.440	16.825	30	0	7.903	627	63
Itambé	12.076	42.064	433	1	23.089	1.806	183
Itanagra	4.266	14.822	43	0	7.598	654	57

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Itanhém	11.339	34.557	1.276	1	20.216	2.304	332
Itaparica	20.416	38.940	812	1	20.725	3.903	321
Itapé	5.076	19.348	204	1	10.995	1.226	105
Itapebi	6.332	23.152	552	0	10.495	965	113
Itapetinga	132.774	116.251	22.153	4	68.273	10.662	1.431
Itapicuru	12.049	54.454	1.394	1	32.261	1.182	82
Itapitanga	3.463	18.842	113	1	10.207	1.041	33
Itaquara	3.732	14.256	33	0	7.678	326	36
Itarantim	9.001	32.029	1.714	1	18.539	1.744	298
Ititim	7.765	27.315	812	0	14.522	1.669	117
Itiruçu	6.007	21.891	580	1	12.693	1.618	187
Itiúba	11.178	61.624	527	1	36.113	2.641	168
Itororó	14.332	35.156	1.124	2	19.914	1.969	209
Ituaçu	8.294	31.053	398	1	18.127	1.443	323
Ituberá	15.898	47.207	2.625	1	26.591	2.621	353
Iuiu	4.633	20.579	272	1	10.900	1.135	36
Jaborandi	17.010	17.474	5.144	0	8.973	996	85
Jacaraci	4.966	23.173	309	1	13.651	1.395	100
Jacobina	141.225	126.971	9.852	4	79.247	11.426	1.722
Jaguaquara	26.805	79.673	4.366	3	51.011	3.871	550
Jaguarari	16.806	55.971	14.837	3	30.343	3.951	471
Jaguaripe	6.993	29.393	116	0	16.467	1.225	78
Jandaíra	14.899	18.549	249	0	10.331	770	146
Jequié	140.472	268.567	47.684	5	151.895	23.267	4.494
Jeremoabo	14.882	60.568	1.173	2	37.680	2.819	338
Jiquiriçá	5.967	24.295	277	0	14.118	999	112
Jitaúna	5.157	26.985	478	1	14.115	1.587	108
João Dourado	18.080	37.478	745	1	22.549	1.954	202
Juazeiro	292.298	354.205	52.299	8	197.965	30.902	5.056
Jucuruçu	2.413	17.997	97	0	10.290	779	43
Jussara	5.047	25.250	255	0	15.052	1.332	36
Jussari	2.821	13.779	80	0	6.474	554	86
Jussiape	4.044	14.051	197	0	8.031	973	64
Lafayette Coutinho	1.906	8.184	20	0	3.901	419	38
Lagoa Real	4.617	22.932	579	0	13.934	936	97
Laje	9.877	40.169	472	1	22.201	1.966	260
Lajedão	3.733	8.311	6	0	3.733	250	47
Lajedinho	1.775	7.948	151	0	3.936	320	19
Lajedo do Tabocal	4.234	14.549	147	0	8.305	652	41
Lamarão	3.410	15.756	31	0	9.560	528	26
Lapão	21.585	42.095	2.657	1	25.646	2.382	237
Lauro de Freitas	235.157	309.284	211.876	15	163.449	34.168	11.048
Lençóis	6.189	17.716	210	1	10.368	1.688	190
Licínio de Almeida	5.952	20.339	1.346	1	12.311	1.525	218
Livramento de Nossa Senhora	25.456	65.400	3.154	3	42.693	4.653	425
Luís Eduardo Magalhães	79.779	115.712	96.840	6	60.105	8.252	2.231
Macajuba	4.174	20.776	77	0	11.229	548	105
Macarani	8.345	30.506	493	1	17.093	1.893	295

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Macaúbas	16.853	75.411	1.833	2	47.051	4.751	440
Macururé	3.017	14.843	84	0	8.073	1.139	103
Madre de Deus	43.132	76.001	7.578	1	17.376	4.622	372
Maetinga	2.591	13.588	155	0	7.038	468	36
Maiquinique	4.692	15.246	890	1	8.782	845	67
Mairi	6.696	32.038	295	1	19.326	1.496	171
Malhada	8.863	28.987	279	1	16.014	1.451	74
Malhada de Pedras	3.523	14.408	81	1	8.468	813	62
Manoel Vitorino	5.852	27.497	101	0	14.387	820	162
Mansidão	3.516	22.005	237	0	12.592	1.666	139
Maracás	12.183	42.297	838	1	24.613	2.821	317
Maragogipe	18.877	77.478	2.510	1	42.815	6.262	206
Marau	10.487	36.501	134	0	19.101	1.414	276
Marcionílio Souza	4.442	19.408	132	0	10.500	895	84
Mascote	6.126	26.069	261	0	14.640	1.123	113
Mata de São João	94.359	84.909	7.304	3	40.183	8.037	447
Matina	3.317	20.126	168	0	11.145	1.003	87
Medeiros Neto	18.534	36.223	4.184	3	21.560	1.767	413
Miguel Calmon	11.834	44.633	1.554	1	26.475	2.299	382
Milagres	8.060	19.751	375	1	10.306	1.437	90
Mirangaba	6.790	31.057	136	1	16.279	1.294	63
Mirante	3.069	16.950	56	0	10.507	432	121
Monte Santo	15.097	92.273	977	2	52.338	2.433	383
Morpará	3.783	14.419	1.186	0	8.280	668	39
Morro do Chapéu	15.487	56.621	1.114	3	35.164	3.259	430
Mortugaba	5.177	21.710	333	1	12.477	1.323	184
Mucugê	25.204	20.852	683	1	10.545	1.224	265
Mucuri	29.213	81.304	17.059	4	36.026	5.084	879
Mulungu do Morro	4.899	22.107	163	0	12.249	1.043	87
Mundo Novo	8.414	41.275	412	2	24.395	1.795	137
Muniz Ferreira	3.671	12.850	54	0	7.317	1.152	49
Muquém do São Francisco	5.890	19.593	855	0	10.272	640	30
Muritiba	102.802	46.351	1.348	2	28.899	4.107	402
Mutuípe	9.683	34.743	1.192	1	21.449	2.002	128
Nazaré	14.299	42.247	2.505	3	27.274	4.327	380
Nilo Peçanha	5.165	25.401	513	1	12.530	888	117
Nordestina	3.755	22.055	342	0	12.371	1.040	134
Nova Canaã	5.726	28.582	232	1	16.713	794	163
Nova Fátima	3.679	12.996	128	0	7.602	961	90
Nova Ibiá	2.590	13.226	16	0	6.648	508	100
Nova Itarana	3.109	12.305	47	0	7.435	504	66
Nova Redenção	4.801	13.190	34	0	8.034	794	68
Nova Soure	9.605	42.192	1.115	1	24.136	2.284	180
Nova Viçosa	26.584	66.654	30.433	4	38.556	4.241	583
Novo Horizonte	5.687	17.735	288	0	10.673	1.310	60
Novo Triunfo	3.434	23.076	139	0	15.051	1.344	72
Olindina	10.054	43.334	1.154	1	24.943	1.903	236
Oliveira dos Brejinhos	8.113	35.454	644	1	21.831	1.396	243

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Ouriçangas	3.613	15.376	106	0	8.298	922	75
Ourolândia	7.371	28.397	1.113	0	16.425	1.177	128
Palmas de Monte Alto	7.357	36.627	552	1	20.775	1.886	236
Palmeiras	4.820	14.067	952	1	8.410	729	274
Paramirim	11.436	34.910	790	2	21.001	2.246	502
Paratinga	9.559	51.353	1.316	1	29.504	3.393	188
Paripiranga	11.999	42.461	2.540	1	27.778	2.379	279
Pau Brasil	4.589	19.504	143	0	10.852	930	59
Paulo Afonso	89.093	195.946	19.616	7	108.396	16.538	3.008
Pé de Serra	4.596	23.904	162	0	13.752	1.334	110
Pedrao	3.121	12.061	24	0	6.876	698	21
Pedro Alexandre	3.294	29.567	126	1	16.995	727	110
Piatã	7.107	29.778	971	1	17.982	1.345	143
Pilão Arcado	7.453	57.155	481	1	32.860	1.725	161
Pindaí	6.430	26.912	307	1	15.628	1.604	226
Pindobaçu	8.250	36.739	331	1	20.121	1.981	135
Pintadas	3.793	18.663	192	0	10.342	1.155	48
Pirai do Norte	2.603	17.200	92	0	9.799	339	98
Piripá	4.048	21.675	278	0	12.783	976	237
Piritiba	11.331	37.531	460	1	22.399	1.968	373
Planaltino	3.050	15.214	50	1	8.822	725	98
Planalto	11.434	40.820	498	1	24.481	1.510	193
Poções	21.044	70.209	2.557	3	44.701	3.802	569
Pojuca	27.180	75.818	56.271	2	33.066	6.112	657
Ponto Novo	8.061	28.340	333	1	15.742	1.137	101
Porto Seguro	158.437	226.357	20.071	6	126.929	17.194	3.565
Potiraguá	5.112	18.345	151	1	9.810	1.215	101
Prado	24.185	50.827	1.888	1	27.627	2.556	417
Presidente Dutra	8.370	23.519	315	1	13.750	1.683	158
Presidente Jânio Quadros	4.312	22.570	224	1	13.652	702	73
Presidente Tancredo Neves	7.959	42.407	757	0	23.846	2.011	133
Queimadas	11.710	44.402	587	1	24.602	2.874	226
Quijingue	7.727	46.677	251	1	27.228	2.003	216
Quixabeira	3.934	16.921	257	0	9.554	813	52
Rafael Jambeiro	8.866	40.544	227	0	22.874	1.646	177
Remanso	14.657	65.684	1.718	3	38.957	3.403	452
Retirolândia	5.543	21.959	542	0	12.055	1.928	86
Riachão das Neves	17.578	40.084	5.050	1	21.937	1.621	126
Riachão do Jacuípe	14.609	49.772	1.821	2	33.172	5.483	372
Riacho de Santana	10.551	48.855	2.717	1	30.646	3.927	645
Ribeira do Amparo	7.094	27.049	113	0	14.276	838	71
Ribeira do Pombal	26.969	80.673	7.482	3	47.518	5.934	581
Ribeirão do Largo	3.539	19.259	63	0	8.602	368	82
Rio de Contas	6.846	22.174	403	1	13.007	1.609	136
Rio do Antônio	6.441	25.302	310	1	14.815	1.520	174
Rio do Pires	4.797	20.404	291	1	11.918	1.356	128
Rio Real	13.338	62.194	4.839	2	37.164	2.997	308
Rodelas	15.715	15.239	173	1	7.775	1.302	117

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Ruy Barbosa	12.046	49.800	1.896	2	29.887	3.852	372
Salinas da Margarida	11.681	25.007	417	0	13.456	1.833	282
Salvador	3.469.997	3.745.692	4.012.243	251	2.675.656	624.032	169.180
Santa Bárbara	8.611	30.476	2.474	1	19.064	1.963	78
Santa Brígida	4.743	26.722	362	1	15.060	968	144
Santa Cruz Cabralia	20.004	46.945	1.588	1	26.264	3.444	502
Santa Cruz da Vitória	2.960	13.299	28	1	6.673	1.015	120
Santa Inês	5.172	17.992	260	1	10.363	1.143	149
Santa Luzia	4.874	25.439	272	0	13.344	1.011	65
Santa Maria da Vitória	20.453	69.068	5.113	4	40.309	4.608	555
Santa Rita de Cássia	9.736	45.372	1.356	1	26.250	2.944	316
Santa Terezinha	9.145	16.959	356	0	9.648	702	45
Santaluz	13.663	54.666	1.710	1	33.838	3.658	306
Santana	23.844	41.558	1.737	2	24.750	2.898	213
Santanópolis	3.369	15.655	17	0	8.776	1.102	36
Santo Amaro	33.950	94.188	9.416	3	57.800	11.260	976
Santo Antônio de Jesus	71.352	154.766	44.343	6	90.985	16.823	2.211
Santo Estêvão	28.149	76.901	3.361	2	47.880	5.881	423
São Desidério	65.621	56.327	26.794	1	27.659	2.174	233
São Domingos	4.480	15.989	247	0	9.226	1.428	167
São Felipe	10.019	35.199	1.058	1	20.305	2.308	92
São Félix	6.628	25.320	658	1	14.098	2.381	167
São Félix do Coribe	12.442	23.276	1.235	0	13.048	1.807	164
São Francisco do Conde	25.980	211.063	2.163.095	3	33.183	5.175	509
São Gabriel	7.905	32.295	376	0	18.427	2.308	155
São Gonçalo dos Campos	17.796	48.756	3.818	2	33.283	4.956	229
São José da Vitória	2.791	10.932	61	0	5.715	546	44
São José do Jacuípe	6.126	19.146	146	0	10.180	759	28
São Miguel das Matas	4.664	18.422	573	0	10.414	1.021	132
São Sebastião do Passé	23.540	78.134	8.758	2	42.153	7.799	429
Sapeaçu	8.327	29.424	556	1	16.585	1.878	143
Sátiro Dias	8.913	33.201	292	0	18.964	1.003	100
Saubara	9.881	21.536	263	0	11.201	1.752	64
Saúde	5.570	21.394	153	2	11.845	1.272	39
Seabra	20.773	63.854	3.489	3	41.798	5.756	614
Sebastião Laranjeiras	5.417	19.095	198	0	10.371	1.018	146
Senhor do Bonfim	44.444	122.729	11.270	4	74.419	11.758	1.536
Sento Sé	15.638	66.066	676	1	37.425	3.198	237
Serra do Ramalho	17.484	54.382	539	1	31.638	3.172	221
Serra Dourada	7.461	31.890	539	1	18.112	2.055	169
Serra Preta	6.281	26.795	119	1	15.401	1.567	44
Serrinha	37.485	128.647	8.302	3	76.762	12.133	1.190
Serrolândia	5.556	21.507	343	1	12.344	1.408	40
Simões Filho	91.985	222.249	506.012	7	118.047	24.934	1.535
Sítio do Mato	7.369	21.514	244	0	12.050	1.100	36
Sítio do Quinto	5.034	23.534	220	0	12.592	731	87
Sobradinho	16.028	41.814	662	2	22.000	2.928	264
Souto Soares	6.410	27.395	161	1	15.899	1.681	89

## Anexo 1

## Bahia: Variáveis da dimensão Forças Produtivas, 2010

Nome do Município	O consumo de energia elétrica (mil KWH)	Valor adicionado do município (mil R\$)	Arrecadação de ICMS (mil R\$)	Número de agências bancárias	População	População com ensino médio	População com ensino superior concluído ocupada
NO_MUN	ENER_ELET	VAL_ADIC	ICMS	AGEN_BAN C	POP	POP_ENS_ME D	OCUP_SUPE R
Tabocas do Brejo Velho	3.926	20.890	749	0	11.431	1.174	142
Tanhaçu	10.436	34.178	628	1	20.013	1.881	146
Tanque Novo	5.979	28.087	2.037	2	16.128	1.582	151
Tanquinho	4.304	13.869	74	1	8.008	1.373	88
Taperoá	6.415	34.056	878	1	18.748	1.334	143
Tapiramutá	7.324	25.321	183	1	16.516	1.253	232
Teixeira de Freitas	111.045	231.287	49.880	8	138.341	21.659	3.847
Teodoro Sampaio	4.930	14.090	29	1	7.895	1.118	46
Teofilândia	7.597	36.698	244	0	21.482	1.587	248
Teolândia	3.771	24.930	139	1	14.836	1.214	175
Terra Nova	6.396	21.756	370	0	12.803	1.627	143
Tremedal	6.116	29.809	505	1	17.029	760	226
Tucano	20.989	84.986	1.110	2	52.418	4.513	423
Uauá	9.666	39.776	744	1	24.294	2.648	284
Ubaíra	7.815	33.088	473	1	19.750	2.049	130
Ubaitaba	11.093	36.162	1.786	3	20.691	2.230	283
Ubatã	11.944	39.120	3.529	2	25.004	2.695	226
Uibaí	5.826	23.262	272	1	13.625	1.759	146
Umburanas	4.756	28.290	154	0	17.000	984	36
Una	20.404	44.037	1.822	1	24.110	2.217	133
Urandi	16.532	28.540	919	1	16.466	1.376	153
Uruçuca	9.990	38.007	1.270	2	19.837	1.918	389
Utinga	9.047	31.977	830	1	18.173	1.519	290
Valença	58.375	135.856	24.298	4	88.673	10.726	1.308
Valente	11.041	40.851	1.074	1	24.560	4.042	597
Várzea da Roça	6.157	21.736	167	0	13.786	895	82
Várzea do Poço	4.463	15.873	376	0	8.661	1.029	43
Várzea Nova	5.088	23.440	244	0	13.073	1.170	186
Varzedo	4.332	15.662	118	0	9.109	849	78
Vera Cruz	51.873	69.378	3.897	2	37.567	4.458	437
Vereda	3.152	13.025	140	0	6.800	464	61
Vitória da Conquista	254.138	494.411	209.922	18	306.866	41.615	10.456
Wagner	5.565	15.014	92	1	8.983	859	159
Wanderley	5.114	21.610	343	1	12.485	1.400	83
Wenceslau Guimarães	6.954	41.937	173	1	22.189	1.671	220
Xique-Xique	20.749	76.319	1.240	3	45.536	4.459	550

Fonte: Microdados do Censo Demográfico; SEI/Seplan

## Anexo

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Abaira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Abaré	Sem atendimento	Não	Não	Não
Acajutiba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Adustina	Sem atendimento	Não	Não	Não
Água Fria	Sem atendimento	Não	Não	Não
Aiquara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Alagoinhas	Salvador	Sim	Sim	Sim
Alcobaça	Teixeira de Freitas	Sim	Sim	Sim
Almadina	Sem atendimento	Não	Não	Não
Amargosa	Salvador	Sim	Sim	Não
Amélia Rodrigues	Salvador	Sim	Sim	Sim
América Dourada	Sem atendimento	Não	Não	Não
Anagé	Sem atendimento	Não	Não	Não
Andaraí	Sem atendimento	Não	Não	Não
Andorinha	Sem atendimento	Não	Não	Não
Angical	Barreiras	Sim	Sim	Sim
Anguera	Sem atendimento	Não	Não	Não
Antas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Antônio Cardoso	Sem atendimento	Não	Não	Não
Antônio Gonçalves	Sem atendimento	Não	Não	Não
Aporá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Apurema	Sem atendimento	Não	Não	Não
Araçás	Sem atendimento	Não	Não	Não
Aracatu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Araci	Sem atendimento	Não	Não	Não
Aramari	Sem atendimento	Não	Não	Não
Arataca	Sem atendimento	Não	Não	Não
Aratuípe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Aurelino Leal	Sem atendimento	Não	Não	Não
Baianópolis	Sem atendimento	Não	Não	Não
Baixa Grande	Sem atendimento	Não	Não	Não
Banzaé	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barra	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barra da Estiva	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barra do Choça	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barra do Mendes	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barra do Rocha	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barreiras	Barreiras	Sim	Sim	Sim
Barro Alto	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barro Preto	Sem atendimento	Não	Não	Não
Barrocas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Belmonte	Sem atendimento	Não	Não	Não
Belo Campo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Biritinga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Boa Nova	Sem atendimento	Não	Não	Não
Boa Vista do Tupim	Sem atendimento	Não	Não	Não
Bom Jesus da Lapa	Guanambi	Sim	Sim	Sim

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Bom Jesus da Serra	Sem atendimento	Não	Não	Não
Boninal	Sem atendimento	Não	Não	Não
Bonito	Sem atendimento	Não	Não	Não
Boquira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Botuporã	Sem atendimento	Não	Não	Não
Brejões	Sem atendimento	Não	Não	Não
Brejolândia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Brotas de Macaúbas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Brumado	Guanambi	Sim	Sim	Sim
Buerarema	Sem atendimento	Não	Não	Não
Buritirama	Sem atendimento	Não	Não	Não
Caatiba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cabaceiras do Paraguaçu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cachoeira	Salvador	Sim	Sim	Não
Caculé	Sem atendimento	Não	Não	Não
Caém	Sem atendimento	Não	Não	Não
Caetanos	Sem atendimento	Não	Não	Não
Caelité	Guanambi	Sim	Sim	Sim
Cafarnaum	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cairu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Caldeirão Grande	Sem atendimento	Não	Não	Não
Camacan	Sem atendimento	Não	Não	Não
Camaçari	Salvador	Sim	Sim	Sim
Camamu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Campo Alegre de Lourdes	Sem atendimento	Não	Não	Não
Campo Formoso	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Canápolis	Sem atendimento	Não	Não	Não
Canarana	Sem atendimento	Não	Não	Não
Canavieiras	Sem atendimento	Não	Não	Não
Candeal	Sem atendimento	Não	Não	Não
Candeias	Sem atendimento	Não	Não	Não
Candiba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cândido Sales	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cansanção	Sem atendimento	Não	Não	Não
Canudos	Sem atendimento	Não	Não	Não
Capela do Alto Alegre	Juazeiro	Não	Não	Não
Capim Grosso	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Caraibas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Caravelas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cardeal da Silva	Sem atendimento	Não	Não	Não
Carinhanha	Guanambi	Sim	Sim	Sim
Casa Nova	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Castro Alves	Sem atendimento	Não	Não	Não
Catolândia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Catu	Salvador	Sim	Sim	Não
Caturama	Sem atendimento	Não	Não	Não
Central	Sem atendimento	Não	Não	Não
Chorrochó	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cícero Dantas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cipó	Sem atendimento	Não	Não	Não

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Coaraci	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cocos	Sem atendimento	Não	Não	Não
Conceição da Feira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Conceição do Almeida	Sem atendimento	Não	Não	Não
Conceição do Coité	Salvador	Sim	Sim	Sim
Conceição do Jacuípe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Conde	Sem atendimento	Não	Não	Não
Condeúba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Contendas do Sincorá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Coração de Maria	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cordeiros	Sem atendimento	Não	Não	Não
Coribe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Coronel João Sá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Correntina	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cotegipe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cravolândia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Crisópolis	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cristópolis	Sem atendimento	Não	Não	Não
Cruz das Almas	Salvador	Sim	Sim	Não
Curaçá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Dário Meira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Dias D'Ávila	Sem atendimento	Não	Não	Não
Dom Basílio	Sem atendimento	Não	Não	Não
Dom Macedo Costa	Sem atendimento	Não	Não	Não
Elsio Medrado	Sem atendimento	Não	Não	Não
Encruzilhada	Sem atendimento	Não	Não	Não
Entre Rios	Sem atendimento	Não	Não	Não
Érico Cardoso	Sem atendimento	Não	Não	Não
Esplanada	Sem atendimento	Não	Não	Não
Euclides da Cunha	Paulo Afonso	Sim	Sim	Sim
Eunápolis	Teixeira de Freitas	Sim	Sim	Sim
Fátima	Sem atendimento	Não	Não	Não
Feira da Mata	Sem atendimento	Não	Não	Não
Feira de Santana	Salvador	Sim	Sim	Sim
Filadélfia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Firmino Alves	Sem atendimento	Não	Não	Não
Floresta Azul	Barreiras	Não	Não	Não
Formosa do Rio Preto	Barreiras	Sim	Sim	Sim
Gandu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Gavião	Sem atendimento	Não	Não	Não
Gentio do Ouro	Sem atendimento	Não	Não	Não
Glória	Sem atendimento	Não	Não	Não
Gongogi	Sem atendimento	Não	Não	Não
Governador Mangabeira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Guajeru	Sem atendimento	Não	Não	Não
Guanambi	Guanambi	Sim	Sim	Sim
Guaratinga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Heliópolis	Sem atendimento	Não	Não	Não
Iaçu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibiassucê	Sem atendimento	Não	Não	Não

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Ibicaraí	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibicoara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibicuí	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibipeba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibipitanga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibiquera	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibirapitanga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibirapoã	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibirataia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibitiara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibititá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ibotirama	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ichu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Igaporã	Sem atendimento	Não	Não	Não
Igrapiúna	Sem atendimento	Não	Não	Não
Iguaí	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ilhéus	Vitória da Conquista	Sim	Sim	Sim
Inhambupe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ipecaetá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ipiaú	Vitória da Conquista	Sim	Sim	Sim
Ipirá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ipupiara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Irajuba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Iramaia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Iraquara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Irará	Sem atendimento	Não	Não	Não
Irecê	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Itabela	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itaberaba	Salvador	Sim	Sim	Sim
Itabuna	Vitória da Conquista	Sim	Não	Não
Itacaré	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itaeté	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itagi	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itagibá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itagimirim	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itaguaçu da Bahia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itaju do Colônia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itajuípe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itamaraju	Teixeira de Freitas	Sim	Não	Não
Itamari	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itambé	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itanagra	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itanhém	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itaparica	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itapé	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itapebi	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itapetinga	Vitória da Conquista	Sim	Sim	Sim
Itapicuru	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itapitanga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itaquara	Sem atendimento	Não	Não	Não

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Itarantim	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itatim	Sem atendimento	Não	Não	Não
Itiruçu	Juazeiro	Não	Não	Não
Itiúba	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Itororó	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ituaçu	Guanambi	Sim	Sim	Sim
Ituberá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Iuiu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jaborandi	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jacaraci	Juazeiro	Não	Não	Não
Jacobina	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Jaguaquara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jaguarari	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jaguaripe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jandaira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jequié	Vitória da Conquista	Sim	Sim	Sim
Jeremoabo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jiquiriçá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jitaúna	Sem atendimento	Não	Não	Não
João Dourado	Juazeiro	Não	Não	Não
Juazeiro	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Jucuruçu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jussara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jussari	Sem atendimento	Não	Não	Não
Jussiape	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lafayette Coutinho	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lagoa Real	Sem atendimento	Não	Não	Não
Laje	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lajedão	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lajedinho	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lajedo do Tabocal	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lamarão	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lapão	Sem atendimento	Não	Não	Não
Lauro de Freitas	Salvador	Sim	Não	Não
Lençóis	Sem atendimento	Não	Não	Não
Licínio de Almeida	Sem atendimento	Não	Não	Não
Livramento de Nossa Senhora	Barreiras	Não	Não	Não
Luis Eduardo Magalhães	Barreiras	Sim	Sim	Sim
Macajuba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Macarani	Sem atendimento	Não	Não	Não
Macaúbas	Guanambi	Sim	Sim	Sim
Macururé	Sem atendimento	Não	Não	Não
Madre de Deus	Salvador	Sim	Sim	Sim
Maelinga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Maiquinique	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mairi	Sem atendimento	Não	Não	Não
Malhada	Sem atendimento	Não	Não	Não
Malhada de Pedras	Sem atendimento	Não	Não	Não
Manoel Vitorino	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mansidão	Sem atendimento	Não	Não	Não

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Maracás	Sem atendimento	Não	Não	Não
Maragogipe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Marau	Sem atendimento	Não	Não	Não
Marcionílio Souza	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mascote	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mata de São João	Sem atendimento	Não	Não	Não
Matina	Sem atendimento	Não	Não	Não
Medeiros Neto	Sem atendimento	Não	Não	Não
Miguel Calmon	Sem atendimento	Não	Não	Não
Milagres	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mirangaba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mirante	Sem atendimento	Não	Não	Não
Monte Santo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Morpará	Sem atendimento	Não	Não	Não
Morro do Chapéu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mortugaba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mucugê	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mucuri	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mulungu do Morro	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mundo Novo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Muniz Ferreira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Muquém do São Francisco	Sem atendimento	Não	Não	Não
Muritiba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Mutuípe	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nazaré	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nilo Peçanha	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nordestina	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nova Canaã	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nova Fátima	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nova Ibiá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nova Itarana	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nova Redenção	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nova Soure	Sem atendimento	Não	Não	Não
Nova Viçosa	Sem atendimento	Não	Não	Não
Novo Horizonte	Sem atendimento	Não	Não	Não
Novo Triunfo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Olindina	Sem atendimento	Não	Não	Não
Oliveira dos Brejinhos	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ouriçangas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ouroândia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Palmas de Monte Alto	Sem atendimento	Não	Não	Não
Palmeiras	Sem atendimento	Não	Não	Não
Paramirim	Sem atendimento	Não	Não	Não
Paratinga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Paripiranga	Paulo Afonso	Sim	Não	Não
Pau Brasil	Sem atendimento	Não	Não	Não
Paulo Afonso	Paulo Afonso	Sim	Sim	Sim
Pé de Serra	Sem atendimento	Não	Não	Não
Pedrao	Salvador	Sim	Sim	Sim
Pedro Alexandre	Sem atendimento	Não	Não	Não

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Piatã	Sem atendimento	Não	Não	Não
Pilão Arcado	Sem atendimento	Não	Não	Não
Pindaí	Sem atendimento	Não	Não	Não
Pindobaçu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Pintadas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Piraí do Norte	Sem atendimento	Não	Não	Não
Piripá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Piritiba	Sem atendimento	Não	Não	Não
Planaltino	Sem atendimento	Não	Não	Não
Planalto	Sem atendimento	Não	Não	Não
Poções	Sem atendimento	Não	Não	Não
Pojuca	Salvador	Sim	Sim	Sim
Ponto Novo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Porto Seguro	Teixeira de Freitas	Sim	Sim	Não
Políaguá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Prado	Sem atendimento	Não	Não	Não
Presidente Dutra	Sem atendimento	Não	Não	Não
Presidente Jânio Quadros	Sem atendimento	Não	Não	Não
Presidente Tancredo Neves	Sem atendimento	Não	Não	Não
Queimadas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Quijingue	Sem atendimento	Não	Não	Não
Quixabeira	Sem atendimento	Não	Não	Não
Rafael Jambeiro	Sem atendimento	Não	Não	Não
Remanso	Sem atendimento	Não	Não	Não
Retirolândia	Barreiras	Não	Não	Não
Riachão das Neves	Barreiras	Sim	Sim	Sim
Riachão do Jacuípe	Salvador	Sim	Não	Não
Riacho de Santana	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ribeira do Amparo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ribeira do Pombal	Paulo Afonso	Sim	Não	Não
Ribeirão do Largo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Rio de Contas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Rio do Antônio	Sem atendimento	Não	Não	Não
Rio do Pires	Sem atendimento	Não	Não	Não
Rio Real	Sem atendimento	Não	Não	Não
Rodelas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ruy Barbosa	Sem atendimento	Não	Não	Não
Salinas da Margarida	Sem atendimento	Não	Não	Não
Salvador	Salvador	Sim	Sim	Sim
Santa Bárbara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santa Brígida	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santa Cruz Cabralia	Teixeira de Freitas	Sim	Não	Não
Santa Cruz da Vitória	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santa Inês	Salvador	Sim	Sim	Não
Santa Luzia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santa Maria da Vitória	Guanambi	Sim	Não	Não
Santa Rita de Cássia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santa Terezinha	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santaluz	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santana	Sem atendimento	Não	Não	Não

## Anexo 2

## Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Santanópolis	Sem atendimento	Não	Não	Não
Santo Amaro	Salvador	Sim	Sim	Não
Santo Antônio de Jesus	Salvador	Sim	Sim	Sim
Santo Estêvão	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Desidério	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Domingos	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Felipe	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Félix	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Félix do Coribe	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Francisco do Conde	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Gabriel	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Gonçalo dos Campos	Sem atendimento	Não	Não	Não
São José da Vitória	Sem atendimento	Não	Não	Não
São José do Jacuípe	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Miguel das Matas	Sem atendimento	Não	Não	Não
São Sebastião do Passé	Sem atendimento	Não	Não	Não
Sapeaçu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Sátiro Dias	Sem atendimento	Não	Não	Não
Saubara	Sem atendimento	Não	Não	Não
Saúde	Sem atendimento	Não	Não	Não
Seabra	Guanambi	Sim	Sim	Sim
Sebastião Laranjeiras	Sem atendimento	Não	Não	Não
Senhor do Bonfim	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Sento Sé	Juazeiro	Sim	Sim	Sim
Serra do Ramalho	Sem atendimento	Não	Não	Não
Serra Dourada	Sem atendimento	Não	Não	Não
Serra Preta	Sem atendimento	Não	Não	Não
Serrinha	Salvador	Sim	Sim	Sim
Serrolândia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Simões Filho	Salvador	Sim	Sim	Sim
Sítio do Mato	Sem atendimento	Não	Não	Não
Sítio do Quinto	Sem atendimento	Não	Não	Não
Sobradinho	Sem atendimento	Não	Não	Não
Soulo Soares	Sem atendimento	Não	Não	Não
Tabocas do Brejo Velho	Sem atendimento	Não	Não	Não
Tanhaçu	Sem atendimento	Não	Não	Não
Tanque Novo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Tanquinho	Sem atendimento	Não	Não	Não
Taperoá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Tapiramutá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	Sim	Sim	Sim
Teodoro Sampaio	Sem atendimento	Não	Não	Não
Teofilândia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Teolândia	Sem atendimento	Não	Não	Não
Terra Nova	Sem atendimento	Não	Não	Não
Tremedal	Sem atendimento	Não	Não	Não
Tucano	Sem atendimento	Não	Não	Não
Uauá	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ubaíra	Sem atendimento	Não	Não	Não
Ubaitaba	Sem atendimento	Não	Não	Não

## Anexo 2

### Bahia: Variáveis da dimensão Oferta Pública de Ensino Superior, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Indica presença de instituição de ensino superior	Indica presença de instituição de ensino superior pública	Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual
NO_MUN	POLIG	IES	PUBL	EST
Ubatã	Sem atendimento	Não	Não	Não
Uibaí	Sem atendimento	Não	Não	Não
Umburanas	Sem atendimento	Não	Não	Não
Una	Sem atendimento	Não	Não	Não
Urandi	Sem atendimento	Não	Não	Não
Uruçuca	Sem atendimento	Não	Não	Não
Utinga	Sem atendimento	Não	Não	Não
Valença	Salvador	Sim	Sim	Sim
Valente	Sem atendimento	Não	Não	Não
Várzea da Roça	Sem atendimento	Não	Não	Não
Várzea do Poço	Sem atendimento	Não	Não	Não
Várzea Nova	Sem atendimento	Não	Não	Não
Varzedo	Sem atendimento	Não	Não	Não
Vera Cruz	Sem atendimento	Não	Não	Não
Vereda	Sem atendimento	Não	Não	Não
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Sim	Sim	Sim
Wagner	Sem atendimento	Não	Não	Não
Wanderley	Sem atendimento	Não	Não	Não
Wenceslau Guimarães	Sem atendimento	Não	Não	Não
Xique-Xique	Juazeiro	Sim	Sim	Sim

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Abaíra	45	4	70	20	54	56
Abaré	53	8	72	27	61	62
Acajutiba	87	8	68	22	63	68
Adustina	36	4	68	36	65	65
Água Fria	37	3	70	27	86	100
Aiquara	58	2	69	24	65	72
Alagoinhas	87	8	72	10	69	72
Alcobaça	52	8	71	24	75	75
Almadina	80	4	70	32	25	27
Amargosa	73	8	73	21	55	57
Amélia Rodrigues	79	4	74	13	71	75
América Dourada	68	4	70	28	61	61
Anagé	19	4	71	34	59	59
Andaraí	56	8	71	27	57	58
Andorinha	43	4	69	26	61	65
Angical	46	2	72	25	75	80
Anguera	42	3	71	23	36	36
Antas	37	8	69	28	49	52
Antônio Cardoso	28	8	71	29	94	94
Antônio Gonçalves	53	8	70	20	75	75
Aporá	48	4	70	28	76	76
Apuarema	69	4	69	31	56	56
Araçás	50	2	70	23	37	44
Aracatu	29	3	70	29	55	55
Araci	38	8	70	34	70	70
Aramari	51	4	71	20	62	62
Araláca	54	4	71	32	56	56
Aratuípe	64	4	70	25	55	57
Aurelino Leal	84	8	71	27	60	60
Baianópolis	25	4	71	31	55	55
Baixa Grande	42	4	72	26	65	67
Banzaê	34	8	71	26	60	71
Barra	46	4	70	24	79	84
Barra da Estiva	49	4	68	18	65	65
Barra do Choça	64	8	71	28	68	71
Barra do Mendes	45	2	72	15	64	67
Barra do Rocha	60	4	67	27	69	73
Barreiras	90	8	73	10	60	62
Barro Alto	49	8	69	18	76	76
Barro Preto	82	2	70	26	63	66
Barrocas	40	8	72	20	60	67
Belmonte	52	8	71	25	54	73
Belo Campo	56	8	71	26	83	83
Biritinga	24	3	69	26	63	63
Boa Nova	38	8	70	32	83	89
Boa Vista do Tupim	37	3	69	30	37	41

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Bom Jesus da Lapa	68	8	72	19	59	61
Bom Jesus da Serra	27	4	70	27	25	25
Boninal	34	4	72	22	40	42
Bonito	42	8	66	20	33	36
Boquira	33	2	72	26	52	55
Botuporã	37	2	70	26	50	50
Brejões	35	4	72	24	71	71
Brejoândia	18	2	70	26	77	77
Brotas de Macaúbas	29	4	70	21	42	51
Brumado	70	4	73	16	56	58
Buerarema	82	3	71	23	56	58
Buritirama	40	2	71	26	71	73
Caatiba	47	0	70	30	89	89
Cabaceiras do Paraguaçu	27	4	71	27	59	63
Cachoeira	51	8	71	16	51	55
Caculé	60	4	71	20	61	62
Caém	35	8	67	25	57	65
Caelanos	24	4	69	27	49	49
Caetitê	60	8	73	20	61	65
Cafarnaum	61	4	69	22	53	56
Cairu	53	4	73	16	57	60
Caldeirão Grande	37	8	71	29	49	55
Camacan	78	8	71	23	59	62
Camaçari	96	8	73	8	68	71
Camamu	44	8	68	27	57	64
Campo Alegre de Lourdes	29	0	72	28	65	65
Campo Formoso	37	4	70	25	50	52
Canápolis	34	3	69	31	0	0
Canarana	48	8	69	19	75	80
Canavieiras	80	4	73	20	48	49
Candeal	39	4	72	26	36	36
Candeias	91	4	74	9	74	77
Candiba	59	8	70	26	70	71
Cândido Sales	69	8	73	26	49	49
Cansanção	34	4	70	29	57	67
Canudos	55	4	67	25	58	63
Capela do Alto Alegre	49	8	71	28	61	66
Capim Grosso	82	4	70	21	73	73
Caraibas	25	8	69	33	52	59
Caravelas	55	8	73	25	72	72
Cardeal da Silva	33	4	69	23	88	88
Carinhanha	44	8	71	26	63	78
Casa Nova	58	4	69	25	58	62
Castro Alves	62	8	72	23	63	66
Catolândia	37	2	72	26	63	65
Catu	84	8	74	11	83	85
Caturama	27	8	71	28	54	54
Central	48	4	69	20	48	50
Chorrochó	25	8	72	28	64	65

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Cícero Dantas	55	8	68	33	54	54
Cipó	72	8	70	24	59	61
Coaraci	91	2	71	24	63	65
Côcos	47	2	73	25	65	74
Conceição da Feira	64	4	71	16	87	87
Conceição do Almeida	44	8	73	20	55	60
Conceição do Coité	59	4	70	20	66	66
Conceição do Jacuípe	78	4	73	12	64	67
Conde	51	4	67	24	82	82
Condeúba	44	3	72	27	84	85
Contendas do Sincorá	49	4	67	27	77	84
Coração de Maria	42	0	71	21	77	77
Cordeiros	31	2	71	26	82	82
Coribe	43	2	73	28	80	80
Coronel João Sá	41	0	68	39	51	54
Correntina	40	8	73	24	53	65
Cotegipe	49	2	70	30	39	39
Cravolândia	63	3	71	28	70	70
Crisópolis	43	4	71	31	70	76
Cristópolis	24	8	71	30	66	71
Cruz das Almas	85	8	73	12	77	79
Curaçá	43	4	72	25	68	68
Dário Meira	40	4	71	34	69	69
Dias D'Ávila	94	8	74	8	68	69
Dom Basílio	20	3	72	24	76	76
Dom Macedo Costa	46	8	73	21	79	79
Elísio Medrado	41	8	72	25	52	52
Encruzilhada	22	8	70	33	62	66
Entre Rios	60	8	72	18	65	66
Érico Cardoso	19	8	71	30	75	77
Esplanada	64	8	69	22	53	55
Euclides da Cunha	49	4	70	27	55	57
Eunápolis	93	8	73	15	59	60
Fátima	39	4	66	35	73	75
Feira da Mata	52	3	71	22	68	68
Feira de Santana	92	8	74	9	70	72
Filadélfia	54	3	69	23	67	73
Firmino Alves	81	2	67	23	72	75
Floresta Azul	69	4	69	29	84	84
Formosa do Rio Preto	61	4	71	22	44	57
Gandu	82	4	71	23	58	59
Gavião	56	3	70	26	57	67
Gentio do Ouro	50	2	70	26	41	52
Glória	19	4	72	28	61	66
Gongogi	64	3	71	28	59	62
Governador Mangabeira	37	8	70	18	70	74
Guajeru	20	4	71	30	81	92
Guanambi	79	8	72	15	58	61
Guaratinga	47	4	71	35	49	49

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Heliópolis	41	2	70	32	76	83
laçu	78	3	67	25	56	61
Ibiassucê	47	4	72	21	58	60
Ibicaraí	74	8	71	22	61	64
Ibicoara	63	4	69	16	60	62
Ibicuí	76	2	72	26	71	77
Ibipeba	59	0	70	18	56	59
Ibipitanga	36	0	70	28	51	54
Ibiquera	51	4	71	30	63	75
Ibirapitanga	27	8	70	32	77	77
Ibirapoá	57	4	71	23	71	71
Ibirataia	83	8	72	29	77	80
Ibitiara	22	8	70	23	55	55
Ibititá	47	8	70	23	55	55
Ibotirama	77	4	72	18	77	79
Ichu	64	8	71	14	95	100
Igaporã	52	4	71	20	52	54
Igrapiúna	32	8	72	25	79	85
Iguaí	57	4	72	30	77	80
Ilhéus	84	8	74	13	67	69
Inhambupe	43	0	70	26	77	77
Ipecaetá	17	3	72	26	50	50
Ipiáú	91	8	73	20	53	53
Ipirá	49	8	70	28	61	61
Ipupiara	64	3	69	16	65	65
Irajuba	47	4	72	28	36	39
Iramaia	45	4	69	24	61	64
Iraquara	30	4	70	18	52	52
Irará	41	4	74	23	79	81
Irecê	92	8	72	13	61	63
Itabela	75	4	70	26	57	57
Itaberaba	79	4	71	18	64	67
Itabuna	98	8	73	10	66	69
Itacaré	56	4	73	23	45	48
Itaeté	42	4	68	26	47	47
Itagi	78	8	67	31	70	70
Itagibá	63	8	71	27	57	57
Itagimirim	80	0	74	28	72	73
Itaguaçu da Bahia	20	8	69	29	32	36
Itaju do Colônia	80	2	69	26	51	54
Itajuípe	80	4	71	22	86	86
Itamaraju	79	4	71	22	67	70
Itamari	74	3	68	28	47	51
Itambé	85	8	70	25	90	90
Itanagra	31	4	73	25	74	74
Itanhém	70	4	72	25	57	62
Itaparica	100	4	75	8	61	63
Itapé	65	2	71	23	67	76
Itapebi	79	4	68	30	72	75

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Itapetinga	97	4	72	15	53	56
Itapicuru	21	4	68	39	56	70
Itapitanga	74	4	71	26	39	52
Itaquara	60	4	71	34	83	83
Itarantim	83	2	71	23	61	65
Itatim	70	4	72	23	49	49
Itiruçu	75	2	71	25	78	80
Itiúba	27	2	72	27	61	61
Itororó	91	4	69	24	65	68
Ituaçu	36	2	71	26	64	68
Ituberá	72	8	71	20	58	60
Iuiu	49	4	69	26	61	75
Jaborandi	34	8	72	26	92	92
Jacaraci	36	8	70	26	55	58
Jacobina	71	4	71	18	63	66
Jaguaquara	76	8	70	27	64	65
Jaguarari	55	4	73	18	78	80
Jaguaripe	32	4	71	28	76	81
Jandaíra	60	3	70	27	88	88
Jequié	92	8	72	16	70	73
Jeremoabo	46	4	66	32	67	69
Jiquiriçá	40	3	71	23	80	80
Jitaúna	66	4	67	30	64	64
João Dourado	60	4	68	21	76	79
Juazeiro	81	8	73	13	70	72
Jucuruçu	22	3	70	32	34	40
Jussara	67	8	68	26	64	75
Jussari	75	2	67	29	69	71
Jussiape	38	4	69	25	47	52
Lafayette Coutinho	54	4	71	27	37	37
Lagoa Real	20	4	71	24	44	44
Laje	27	8	71	27	62	62
Lajedão	56	8	72	24	47	51
Lajedinho	32	8	70	28	84	84
Lajedo do Tabocal	62	3	71	29	78	85
Lamarão	22	2	70	33	85	85
Lapão	39	4	70	21	51	51
Lauro de Freitas	100	8	75	5	64	65
Lençóis	78	4	72	19	47	50
Licínio de Almeida	51	3	72	23	67	68
Livramento de Nossa Senhora	48	3	73	21	52	55
Luis Eduardo Magalhães	91	8	75	7	54	56
Macaíjuba	61	4	72	28	86	86
Macarani	80	3	72	28	80	81
Macaúbas	33	4	72	26	66	66
Macururé	35	2	70	26	69	69
Madre de Deus	97	8	73	5	73	74
Maetinga	40	4	70	33	48	53
Maiquinique	79	3	66	27	57	63

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Mairi	58	3	70	24	55	62
Malhada	41	2	69	24	68	73
Malhada de Pedras	38	4	70	26	61	61
Manoel Vitorino	51	4	70	28	72	74
Mansidão	38	2	70	18	43	86
Maracás	72	2	70	25	57	60
Maragogipe	59	4	73	23	72	80
Marauá	19	4	73	25	36	38
Marcionílio Souza	51	8	69	31	76	76
Mascote	80	3	70	31	53	55
Mata de São João	74	8	74	12	60	60
Matina	31	4	69	32	79	83
Medeiros Neto	79	8	72	24	41	49
Miguel Calmon	61	4	70	20	68	72
Milagres	76	4	72	22	64	64
Mirangaba	48	2	66	26	76	76
Mirante	17	4	68	30	59	61
Monte Santo	17	8	67	36	63	66
Morpará	67	8	69	28	81	90
Morro do Chapéu	58	3	71	22	58	62
Mortugaba	47	8	71	27	61	61
Mucugê	40	8	72	20	46	46
Mucuri	76	8	73	18	64	71
Mulungu do Morro	48	2	70	20	38	39
Mundo Novo	56	4	72	23	56	61
Muniz Ferreira	46	8	71	23	76	76
Muquém do São Francisco	13	4	71	25	43	43
Muritiba	62	4	73	17	79	79
Mutuipe	45	8	70	24	61	61
Nazaré	84	8	72	18	64	68
Nilo Peçanha	25	3	71	26	57	59
Nordestina	32	8	70	30	61	64
Nova Canaã	41	4	72	31	62	70
Nova Fátima	67	4	69	24	68	68
Nova Ibiá	42	4	68	29	71	72
Nova Itarana	37	3	69	31	56	56
Nova Redenção	65	8	68	27	69	75
Nova Soure	49	4	68	31	82	87
Nova Viçosa	87	8	72	19	51	59
Novo Horizonte	33	4	70	22	59	65
Novo Triunfo	50	8	71	23	86	86
Olindina	51	4	74	29	77	77
Oliveira dos Brejinhos	30	8	70	22	48	50
Ouriçangas	33	4	72	27	88	88
Ouroândia	39	4	67	28	47	53
Palmas de Monte Alto	47	4	72	28	54	54
Palmeiras	62	4	72	18	52	54
Paramirim	48	8	72	20	54	54
Paratinga	37	4	72	24	54	54

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Paripiranga	34	0	68	28	61	65
Pau Brasil	68	3	69	28	83	92
Paulo Afonso	86	4	72	17	72	74
Pé de Serra	38	8	72	24	58	58
Pedrao	25	8	72	22	81	81
Pedro Alexandre	16	4	72	41	37	41
Piatã	42	4	71	24	47	47
Pilão Arcado	34	4	69	30	67	78
Pindaí	28	4	72	24	81	86
Pindobaçu	56	3	70	25	86	86
Pintadas	57	4	71	24	67	67
Pirai do Norte	38	3	71	26	38	40
Piripá	49	3	71	25	40	42
Piritiba	68	4	71	22	70	72
Planaltino	41	2	68	32	60	60
Planalto	61	4	69	30	74	74
Poções	78	8	73	27	76	80
Pojuca	86	8	74	9	71	74
Ponto Novo	53	3	71	25	82	90
Porto Seguro	82	8	73	12	47	51
Potiraguá	67	8	70	22	88	88
Prado	56	4	72	20	52	59
Presidente Dutra	66	4	69	15	30	30
Presidente Jânio Quadros	31	4	71	34	50	52
Presidente Tancredo Neves	40	4	69	29	54	59
Queimadas	51	8	71	24	75	78
Quijingue	23	8	66	35	65	65
Quixabeira	38	4	70	31	75	75
Rafael Jambeiro	30	3	71	30	68	83
Remanso	60	8	70	28	73	75
Retirolândia	56	4	71	19	39	41
Riachão das Neves	49	4	72	30	40	40
Riachão do Jacuípe	60	4	70	18	75	75
Riacho de Santana	43	4	71	28	51	53
Ribeira do Amparo	14	4	67	36	82	82
Ribeira do Pombal	63	4	67	26	68	68
Ribeirão do Largo	54	3	71	31	58	60
Rio de Contas	49	4	71	20	53	53
Rio do Antônio	41	2	69	28	72	76
Rio do Pires	44	8	71	27	89	89
Rio Real	63	4	69	24	63	64
Rodelas	84	4	72	22	77	80
Ruy Barbosa	74	4	71	23	75	75
Salinas da Margarida	44	2	69	12	54	56
Salvador	100	8	75	4	70	72
Santa Bárbara	46	2	72	22	100	100
Santa Brígida	37	4	68	34	58	60
Santa Cruz Cabrália	72	8	72	16	48	53
Santa Cruz da Vitória	76	4	72	25	73	74

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Santa Inês	92	3	67	28	61	64
Santa Luzia	61	4	71	30	75	75
Santa Maria da Vitória	59	4	71	24	54	60
Santa Rita de Cássia	57	8	71	21	66	70
Santa Terezinha	24	3	73	25	33	33
Santaluz	62	8	71	23	83	83
Santana	55	8	72	26	39	51
Santanópolis	19	2	70	24	56	56
Santo Amaro	77	8	71	13	71	75
Santo Antônio de Jesus	87	4	74	12	65	66
Santo Estêvão	58	4	74	22	55	56
São Desidério	31	8	70	26	73	73
São Domingos	64	4	70	22	70	75
São Felipe	48	8	72	23	83	83
São Félix	66	8	71	15	60	60
São Félix do Coribe	81	2	72	17	44	47
São Francisco do Conde	83	8	74	10	63	66
São Gabriel	57	2	67	20	74	77
São Gonçalo dos Campos	50	4	70	15	89	89
São José da Vitória	90	2	66	28	82	82
São José do Jacuípe	69	4	69	29	100	100
São Miguel das Matas	32	2	72	25	69	69
São Sebastião do Passé	79	8	74	14	72	74
Sapeaçu	49	2	69	16	51	56
Sátiro Dias	23	8	69	30	73	73
Saubara	98	0	69	15	47	47
Saúde	56	8	66	22	41	41
Seabra	49	8	71	16	67	67
Sebastião Laranjeiras	39	4	72	25	29	29
Senhor do Bonfim	77	4	71	16	66	68
Sento Sé	58	4	72	25	62	68
Serra do Ramalho	20	4	72	25	60	70
Serra Dourada	33	8	72	24	77	82
Serra Preta	45	4	69	28	82	82
Serrinha	62	4	72	17	63	65
Serrolândia	59	3	68	23	52	60
Simões Filho	90	8	74	8	72	75
Sítio do Mato	57	8	72	21	74	86
Sítio do Quinto	41	8	67	38	81	90
Sobradinho	91	2	70	18	76	76
Soulo Soares	38	8	69	21	76	76
Tabocas do Brejo Velho	34	2	71	30	37	41
Tanhaçu	41	8	71	26	46	46
Tanque Novo	45	8	72	28	53	53
Tanquinho	71	4	71	20	80	80
Taperoá	47	4	70	27	50	52
Tapiramutá	77	3	70	24	66	66
Teixeira de Freitas	93	4	73	15	63	66
Teodoro Sampaio	80	8	71	23	76	76

## Anexo 3

## Bahia: Variáveis das dimensões Social e Mercado de Trabalho, 2010

Nome do Município	Grau de urbanização	Classe de salário modal	Esperança de vida ao nascer	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (	Índice de ocupação líquido	Índice de formalidade
NO_MUN	URBAN	SAL_MOD	ESPVIDA	T_ANALF15M	IND_OCUP_LIQ	IND_FORM
Teofilândia	31	4	69	25	82	85
Teolândia	34	4	70	31	79	79
Terra Nova	90	3	67	13	92	92
Tremedal	23	4	70	31	37	38
Tucano	42	4	68	29	67	68
Uauá	44	3	70	24	60	62
Ubaíra	45	4	71	30	76	76
Ubaitaba	85	2	71	21	37	41
Ubatã	72	4	72	27	81	85
Uibaí	61	8	71	17	44	46
Umburanas	44	8	67	25	72	72
Una	62	4	68	25	87	87
Urandi	36	8	71	23	62	66
Uruçuca	80	8	71	22	64	65
Utinga	71	8	67	21	65	65
Valença	73	8	72	19	66	68
Valente	55	8	69	16	74	75
Várzea da Roça	47	4	72	29	81	87
Várzea do Poço	67	4	67	24	55	67
Várzea Nova	65	4	66	24	80	82
Varzedo	37	3	70	26	52	56
Vera Cruz	94	8	74	11	74	79
Vereda	20	8	72	31	62	66
Vitória da Conquista	90	8	72	13	64	66
Wagner	72	8	69	22	59	60
Wanderley	47	4	71	25	74	74
Wenceslau Guimarães	34	4	70	31	69	72
Xique-Xique	72	4	70	22	65	69

Fontes: Microdados do Censo Demográfico; Microdados da RAIS; Dados Brutos do Atlas do Desenvolvimento Humano

## Anexo 4

Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Abaira	Sem atendimento	0,023	0,245	0,435	0,537	0,455	Potencial Moderado Baixo
Abaré	Sem atendimento	0,023	0,208	0,506	0,602	0,426	Potencial Moderado Baixo
Acajutiba	Sem atendimento	0,020	0,204	0,558	0,655	0,408	Potencial Moderado Baixo
Adustina	Sem atendimento	0,033	0,321	0,129	0,652	0,210	Baixo Potencial
Água Fria	Sem atendimento	0,028	0,293	0,265	0,914	0,051	Baixo Potencial
Aiquara	Sem atendimento	0,024	0,281	0,336	0,674	0,294	Potencial Moderado Baixo
Alagoinhas	Salvador	0,042	0,814	0,716	0,684	0,793	Elevado Potencial
Alcobaça	Teixeira de Freitas	0,011	0,919	0,399	0,741	0,580	Potencial Moderado Alto
Almadina	Sem atendimento	0,024	0,247	0,406	0,264	0,674	Potencial Moderado Alto
Amargosa	Salvador	0,012	0,606	0,645	0,538	0,756	Elevado Potencial
Amélia Rodrigues	Salvador	0,004	0,871	0,631	0,701	0,731	Potencial Moderado Alto
América Dourada	Sem atendimento	0,024	0,248	0,414	0,603	0,388	Potencial Moderado Baixo
Anagé	Sem atendimento	0,032	0,292	0,217	0,578	0,313	Potencial Moderado Baixo
Andaraí	Sem atendimento	0,022	0,212	0,494	0,564	0,453	Potencial Moderado Baixo
Andorinha	Sem atendimento	0,028	0,276	0,312	0,622	0,324	Potencial Moderado Baixo
Angical	Barreiras	0,013	0,978	0,250	0,758	0,503	Potencial Moderado Alto
Anguera	Sem atendimento	0,025	0,254	0,399	0,336	0,612	Potencial Moderado Alto
Antas	Sem atendimento	0,027	0,249	0,355	0,504	0,439	Potencial Moderado Baixo
Antônio Cardoso	Sem atendimento	0,024	0,245	0,371	0,927	0,080	Baixo Potencial
Antônio Gonçalves	Sem atendimento	0,020	0,213	0,517	0,737	0,316	Potencial Moderado Baixo
Aporá	Sem atendimento	0,026	0,266	0,342	0,751	0,226	Baixo Potencial
Apurema	Sem atendimento	0,025	0,269	0,336	0,561	0,387	Potencial Moderado Baixo
Araçás	Sem atendimento	0,026	0,274	0,347	0,390	0,544	Potencial Moderado Alto
Aracatu	Sem atendimento	0,030	0,296	0,238	0,533	0,366	Potencial Moderado Baixo
Araci	Sem atendimento	0,034	0,264	0,289	0,704	0,237	Baixo Potencial
Aramari	Sem atendimento	0,021	0,231	0,484	0,596	0,427	Potencial Moderado Baixo
Arataca	Sem atendimento	0,026	0,266	0,332	0,558	0,386	Potencial Moderado Baixo
Araluipe	Sem atendimento	0,022	0,240	0,447	0,548	0,450	Potencial Moderado Baixo
Aurelino Leal	Sem atendimento	0,019	0,194	0,573	0,599	0,460	Potencial Moderado Baixo
Baianópolis	Sem atendimento	0,030	0,282	0,263	0,531	0,376	Potencial Moderado Baixo
Baixa Grande	Sem atendimento	0,026	0,247	0,406	0,643	0,349	Potencial Moderado Baixo

## Anexo 4

Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Banzaê	Sem atendimento	0,023	0,227	0,436	0,643	0,356	Potencial Moderado Baixo
Barra	Sem atendimento	0,030	0,257	0,382	0,800	0,206	Baixo Potencial
Barra da Estiva	Sem atendimento	0,026	0,258	0,397	0,637	0,354	Potencial Moderado Baixo
Barra do Choça	Sem atendimento	0,025	0,206	0,516	0,682	0,363	Potencial Moderado Baixo
Barra do Mendes	Sem atendimento	0,021	0,228	0,523	0,618	0,431	Potencial Moderado Baixo
Barra do Rocha	Sem atendimento	0,026	0,285	0,294	0,715	0,236	Baixo Potencial
Barreiras	Barreiras	0,045	0,807	0,756	0,584	0,902	Elevado Potencial
Barro Alto	Sem atendimento	0,020	0,212	0,523	0,748	0,310	Potencial Moderado Baixo
Barro Preto	Sem atendimento	0,022	0,261	0,407	0,642	0,355	Potencial Moderado Baixo
Barrocas	Sem atendimento	0,022	0,189	0,581	0,607	0,458	Potencial Moderado Baixo
Belmonte	Sem atendimento	0,023	0,206	0,519	0,623	0,414	Potencial Moderado Baixo
Belo Campo	Sem atendimento	0,022	0,216	0,487	0,822	0,228	Baixo Potencial
Biritinga	Sem atendimento	0,031	0,302	0,224	0,621	0,285	Potencial Moderado Baixo
Boa Nova	Sem atendimento	0,026	0,254	0,337	0,851	0,130	Baixo Potencial
Boa Vista do Tupim	Sem atendimento	0,033	0,308	0,197	0,385	0,476	Potencial Moderado Baixo
Bom Jesus da Lapa	Guanambi	0,019	0,886	0,512	0,591	0,768	Elevado Potencial
Bom Jesus da Serra	Sem atendimento	0,028	0,276	0,291	0,240	0,641	Potencial Moderado Alto
Boninal	Sem atendimento	0,024	0,230	0,464	0,381	0,601	Potencial Moderado Alto
Bonito	Sem atendimento	0,027	0,257	0,358	0,354	0,574	Potencial Moderado Alto
Boquira	Sem atendimento	0,029	0,270	0,339	0,511	0,434	Potencial Moderado Baixo
Botuporã	Sem atendimento	0,029	0,289	0,282	0,484	0,431	Potencial Moderado Baixo
Brejões	Sem atendimento	0,026	0,248	0,399	0,690	0,305	Potencial Moderado Baixo
Brejolândia	Sem atendimento	0,030	0,313	0,197	0,756	0,156	Baixo Potencial
Brotas de Macaúbas	Sem atendimento	0,026	0,256	0,379	0,445	0,507	Potencial Moderado Alto
Brumado	Guanambi	0,021	0,884	0,552	0,543	0,834	Elevado Potencial
Buerarema	Sem atendimento	0,022	0,221	0,532	0,555	0,488	Potencial Moderado Baixo
Buritirama	Sem atendimento	0,028	0,283	0,307	0,700	0,257	Potencial Moderado Baixo
Caatiba	Sem atendimento	0,029	0,311	0,222	0,873	0,069	Baixo Potencial
Cabaceiras do Paraguaçu	Sem atendimento	0,028	0,269	0,321	0,588	0,355	Potencial Moderado Baixo
Cachoeira	Salvador	0,016	0,640	0,538	0,517	0,726	Potencial Moderado Alto
Caculé	Sem atendimento	0,024	0,218	0,522	0,591	0,451	Potencial Moderado Baixo
Caém	Sem atendimento	0,027	0,269	0,304	0,613	0,323	Potencial Moderado Baixo
Caetanos	Sem atendimento	0,030	0,299	0,221	0,483	0,400	Potencial Moderado Baixo

## Anexo 4

Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Caetitê	Guanambi	0,013	0,879	0,530	0,610	0,756	Elevado Potencial
Cafarnaum	Sem atendimento	0,025	0,247	0,429	0,538	0,453	Potencial Moderado Baixo
Cairu	Sem atendimento	0,018	0,184	0,647	0,547	0,546	Potencial Moderado Alto
Caldeirão Grande	Sem atendimento	0,025	0,241	0,383	0,510	0,446	Potencial Moderado Baixo
Camacan	Sem atendimento	0,023	0,179	0,621	0,596	0,488	Potencial Moderado Baixo
Camaçari	Salvador	0,115	0,761	0,778	0,668	0,863	Elevado Potencial
Camamu	Sem atendimento	0,031	0,259	0,331	0,608	0,342	Potencial Moderado Baixo
Campo Alegre de Lourdes	Sem atendimento	0,031	0,299	0,252	0,624	0,298	Potencial Moderado Baixo
Campo Formoso	Juazeiro	0,029	0,976	0,210	0,503	0,707	Potencial Moderado Alto
Canápolis	Sem atendimento	0,032	0,305	0,199	0,000	0,807	Elevado Potencial
Canarana	Sem atendimento	0,023	0,220	0,493	0,760	0,286	Potencial Moderado Baixo
Canavieiras	Sem atendimento	0,022	0,180	0,658	0,457	0,631	Potencial Moderado Alto
Candeal	Sem atendimento	0,024	0,237	0,429	0,334	0,624	Potencial Moderado Alto
Candeias	Sem atendimento	0,042	0,113	0,879	0,710	0,529	Potencial Moderado Alto
Candiba	Sem atendimento	0,023	0,224	0,464	0,703	0,320	Potencial Moderado Baixo
Cândido Sales	Sem atendimento	0,021	0,175	0,622	0,472	0,592	Potencial Moderado Alto
Cansanção	Sem atendimento	0,032	0,284	0,267	0,610	0,313	Potencial Moderado Baixo
Canudos	Sem atendimento	0,027	0,282	0,304	0,609	0,333	Potencial Moderado Baixo
Capela do Alto Alegre	Juazeiro	0,022	0,220	0,465	0,624	0,386	Potencial Moderado Baixo
Capim Grosso	Juazeiro	0,011	0,932	0,410	0,728	0,605	Potencial Moderado Alto
Caraibas	Sem atendimento	0,029	0,274	0,255	0,555	0,346	Potencial Moderado Baixo
Caravelas	Sem atendimento	0,021	0,191	0,569	0,701	0,370	Potencial Moderado Baixo
Cardeal da Silva	Sem atendimento	0,025	0,277	0,316	0,864	0,117	Baixo Potencial
Carinhanha	Guanambi	0,013	0,938	0,323	0,701	0,578	Potencial Moderado Alto
Casa Nova	Juazeiro	0,024	0,972	0,243	0,601	0,638	Potencial Moderado Alto
Castro Alves	Sem atendimento	0,023	0,189	0,584	0,628	0,442	Potencial Moderado Baixo
Catolândia	Sem atendimento	0,024	0,266	0,362	0,613	0,356	Potencial Moderado Baixo
Catu	Salvador	0,013	0,560	0,818	0,811	0,606	Potencial Moderado Alto
Caturama	Sem atendimento	0,024	0,235	0,398	0,528	0,436	Potencial Moderado Baixo
Central	Sem atendimento	0,026	0,256	0,396	0,482	0,486	Potencial Moderado Baixo
Chorrochó	Sem atendimento	0,025	0,233	0,401	0,627	0,352	Potencial Moderado Baixo
Cícero Dantas	Sem atendimento	0,032	0,268	0,291	0,553	0,368	Potencial Moderado Baixo

## Anexo 4

Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Cipó	Sem atendimento	0,022	0,206	0,534	0,597	0,445	Potencial Moderado Baixo
Coaraci	Sem atendimento	0,023	0,232	0,509	0,625	0,420	Potencial Moderado Baixo
Côcos	Sem atendimento	0,025	0,243	0,444	0,661	0,354	Potencial Moderado Baixo
Conceição da Feira	Sem atendimento	0,022	0,208	0,578	0,843	0,262	Potencial Moderado Baixo
Conceição do Almeida	Sem atendimento	0,020	0,174	0,628	0,544	0,533	Potencial Moderado Alto
Conceição do Coité	Salvador	0,021	0,945	0,345	0,649	0,645	Potencial Moderado Alto
Conceição do Jacuípe	Sem atendimento	0,019	0,159	0,748	0,620	0,534	Potencial Moderado Alto
Conde	Sem atendimento	0,029	0,285	0,297	0,819	0,149	Baixo Potencial
Condeúba	Sem atendimento	0,026	0,256	0,386	0,818	0,190	Baixo Potencial
Contendas do Sincorá	Sem atendimento	0,027	0,302	0,235	0,807	0,129	Baixo Potencial
Coração de Maria	Sem atendimento	0,028	0,279	0,348	0,745	0,242	Baixo Potencial
Cordeiros	Sem atendimento	0,026	0,289	0,288	0,794	0,166	Baixo Potencial
Coribe	Sem atendimento	0,025	0,256	0,389	0,770	0,233	Baixo Potencial
Coronel João Sá	Sem atendimento	0,037	0,365	0,009	0,533	0,262	Potencial Moderado Baixo
Correntina	Sem atendimento	0,027	0,195	0,542	0,565	0,476	Potencial Moderado Baixo
Cotegipe	Sem atendimento	0,029	0,294	0,261	0,378	0,512	Potencial Moderado Alto
Cravolândia	Sem atendimento	0,023	0,258	0,392	0,684	0,308	Potencial Moderado Baixo
Crisópolis	Sem atendimento	0,029	0,269	0,319	0,714	0,246	Baixo Potencial
Cristópolis	Sem atendimento	0,026	0,250	0,343	0,671	0,287	Potencial Moderado Baixo
Cruz das Almas	Salvador	0,016	0,577	0,770	0,755	0,633	Potencial Moderado Alto
Curaçá	Sem atendimento	0,029	0,241	0,425	0,662	0,343	Potencial Moderado Baixo
Dário Meira	Sem atendimento	0,028	0,277	0,281	0,679	0,256	Potencial Moderado Baixo
Dias D'Ávila	Sem atendimento	0,026	0,088	0,954	0,652	0,604	Potencial Moderado Alto
Dom Basílio	Sem atendimento	0,026	0,268	0,342	0,724	0,250	Baixo Potencial
Dom Macedo Costa	Sem atendimento	0,017	0,185	0,602	0,761	0,332	Potencial Moderado Baixo
Elísio Medrado	Sem atendimento	0,021	0,212	0,491	0,508	0,498	Potencial Moderado Baixo
Encruzilhada	Sem atendimento	0,030	0,267	0,277	0,634	0,288	Potencial Moderado Baixo
Entre Rios	Sem atendimento	0,023	0,168	0,661	0,631	0,477	Potencial Moderado Baixo
Érico Cardoso	Sem atendimento	0,027	0,261	0,307	0,752	0,201	Baixo Potencial
Esplanada	Sem atendimento	0,027	0,207	0,527	0,538	0,495	Potencial Moderado Baixo
Euclides da Cunha	Paulo Afonso	0,023	0,978	0,210	0,558	0,657	Potencial Moderado Alto
Eunápolis	Teixeira de Freitas	0,026	0,837	0,681	0,580	0,863	Elevado Potencial
Fátima	Sem atendimento	0,034	0,341	0,073	0,756	0,096	Baixo Potencial

## Anexo 4

Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Feira da Mata	Sem atendimento	0,022	0,251	0,423	0,657	0,347	Potencial Moderado Baixo
Feira de Santana	Salvador	0,159	0,749	0,749	0,674	0,861	Elevado Potencial
Filadélfia	Sem atendimento	0,026	0,276	0,342	0,691	0,282	Potencial Moderado Baixo
Firmino Alves	Sem atendimento	0,024	0,286	0,335	0,738	0,241	Baixo Potencial
Floresta Azul	Barreiras	0,024	0,268	0,350	0,840	0,154	Baixo Potencial
Formosa do Rio Preto	Barreiras	0,012	0,944	0,352	0,497	0,774	Elevado Potencial
Gandu	Sem atendimento	0,025	0,206	0,563	0,568	0,490	Potencial Moderado Baixo
Gavião	Sem atendimento	0,024	0,271	0,348	0,609	0,353	Potencial Moderado Baixo
Gentio do Ouro	Sem atendimento	0,027	0,283	0,313	0,455	0,472	Potencial Moderado Baixo
Glória	Sem atendimento	0,028	0,272	0,300	0,614	0,322	Potencial Moderado Baixo
Gongogi	Sem atendimento	0,023	0,252	0,407	0,594	0,392	Potencial Moderado Baixo
Governador Mangabeira	Sem atendimento	0,023	0,208	0,527	0,703	0,351	Potencial Moderado Baixo
Guajeru	Sem atendimento	0,027	0,284	0,264	0,848	0,102	Baixo Potencial
Guanambi	Guanambi	0,019	0,854	0,628	0,576	0,837	Elevado Potencial
Guaratinga	Sem atendimento	0,030	0,274	0,290	0,486	0,428	Potencial Moderado Baixo
Heliópolis	Sem atendimento	0,029	0,311	0,204	0,786	0,133	Baixo Potencial
Iaçu	Sem atendimento	0,029	0,283	0,326	0,593	0,362	Potencial Moderado Baixo
Ibiassucê	Sem atendimento	0,022	0,218	0,515	0,565	0,467	Potencial Moderado Baixo
Ibicaí	Sem atendimento	0,022	0,183	0,613	0,616	0,467	Potencial Moderado Baixo
Ibicoara	Sem atendimento	0,023	0,231	0,500	0,596	0,438	Potencial Moderado Baixo
Ibicuí	Sem atendimento	0,023	0,240	0,471	0,721	0,317	Potencial Moderado Baixo
Ibipeba	Sem atendimento	0,027	0,268	0,402	0,554	0,434	Potencial Moderado Baixo
Ibipitanga	Sem atendimento	0,030	0,307	0,231	0,506	0,390	Potencial Moderado Baixo
Ibiquera	Sem atendimento	0,023	0,257	0,370	0,675	0,301	Potencial Moderado Baixo
Ibirapitanga	Sem atendimento	0,029	0,265	0,291	0,762	0,186	Baixo Potencial
Ibirapoá	Sem atendimento	0,022	0,228	0,486	0,693	0,343	Potencial Moderado Baixo
Ibirataia	Sem atendimento	0,019	0,183	0,604	0,775	0,322	Potencial Moderado Baixo
Ibitiara	Sem atendimento	0,026	0,243	0,383	0,535	0,426	Potencial Moderado Baixo
Ibititá	Sem atendimento	0,024	0,219	0,476	0,536	0,470	Potencial Moderado Baixo
Ibotirama	Sem atendimento	0,022	0,192	0,625	0,759	0,355	Potencial Moderado Baixo
Ichu	Sem atendimento	0,013	0,169	0,688	0,952	0,212	Baixo Potencial
Igaporã	Sem atendimento	0,023	0,227	0,490	0,512	0,502	Potencial Moderado Alto
Igrapiúna	Sem atendimento	0,021	0,211	0,494	0,796	0,251	Potencial Moderado Baixo

## Anexo 4

Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Iguaí	Sem atendimento	0,026	0,242	0,416	0,768	0,245	Baixo Potencial
Ilhéus	Vitória da Conquista	0,050	0,817	0,706	0,657	0,817	Elevado Potencial
Inhambupe	Sem atendimento	0,032	0,296	0,279	0,754	0,202	Baixo Potencial
Ipecaetá	Sem atendimento	0,029	0,280	0,290	0,475	0,439	Potencial Moderado Baixo
Ipiaú	Vitória da Conquista	0,010	0,855	0,628	0,519	0,883	Elevado Potencial
Ipirá	Sem atendimento	0,033	0,231	0,419	0,607	0,384	Potencial Moderado Baixo
Ipupiara	Sem atendimento	0,022	0,239	0,487	0,632	0,403	Potencial Moderado Baixo
Irajuba	Sem atendimento	0,024	0,246	0,403	0,361	0,589	Potencial Moderado Alto
Iramaia	Sem atendimento	0,026	0,265	0,354	0,618	0,347	Potencial Moderado Baixo
Iraquara	Sem atendimento	0,027	0,248	0,414	0,499	0,480	Potencial Moderado Baixo
Irará	Sem atendimento	0,025	0,217	0,505	0,766	0,289	Potencial Moderado Baixo
Irecê	Juazeiro	0,016	0,847	0,666	0,606	0,830	Elevado Potencial
Itabela	Sem atendimento	0,027	0,234	0,461	0,564	0,446	Potencial Moderado Baixo
Itaberaba	Salvador	0,019	0,911	0,471	0,643	0,710	Potencial Moderado Alto
Itabuna	Vitória da Conquista	0,066	0,295	0,876	0,645	0,687	Potencial Moderado Alto
Itacaré	Sem atendimento	0,023	0,202	0,562	0,435	0,602	Potencial Moderado Alto
Itaeté	Sem atendimento	0,029	0,286	0,275	0,471	0,437	Potencial Moderado Baixo
Itagi	Sem atendimento	0,026	0,258	0,352	0,724	0,251	Potencial Moderado Baixo
Itagibá	Sem atendimento	0,023	0,201	0,532	0,555	0,478	Potencial Moderado Baixo
Itagimirim	Sem atendimento	0,020	0,229	0,514	0,693	0,360	Potencial Moderado Baixo
Itaguaçu da Bahia	Sem atendimento	0,028	0,262	0,300	0,334	0,559	Potencial Moderado Alto
Itaju do Colônia	Sem atendimento	0,025	0,273	0,365	0,525	0,438	Potencial Moderado Baixo
Itajuípe	Sem atendimento	0,022	0,217	0,538	0,845	0,240	Baixo Potencial
Itamaraju	Teixeira de Freitas	0,027	0,424	0,521	0,672	0,483	Potencial Moderado Baixo
Itamari	Sem atendimento	0,026	0,284	0,309	0,496	0,434	Potencial Moderado Baixo
Itambé	Sem atendimento	0,020	0,197	0,574	0,898	0,205	Baixo Potencial
Itanagra	Sem atendimento	0,023	0,239	0,429	0,707	0,302	Potencial Moderado Baixo
Itanhém	Sem atendimento	0,022	0,210	0,544	0,577	0,471	Potencial Moderado Baixo
Itaparica	Sem atendimento	0,011	0,108	0,945	0,573	0,667	Potencial Moderado Alto
Itapé	Sem atendimento	0,023	0,254	0,427	0,697	0,317	Potencial Moderado Baixo
Itapebi	Sem atendimento	0,025	0,270	0,346	0,743	0,236	Baixo Potencial
Itapetinga	Vitória da Conquista	0,019	0,869	0,620	0,532	0,878	Elevado Potencial

## Anexo 4

## Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Itapicuru	Sem atendimento	0,039	0,348	0,024	0,636	0,175	Baixo Potencial
Itapitanga	Sem atendimento	0,022	0,227	0,490	0,441	0,563	Potencial Moderado Alto
Itaquara	Sem atendimento	0,025	0,268	0,329	0,826	0,152	Baixo Potencial
Itarantim	Sem atendimento	0,023	0,235	0,497	0,614	0,422	Potencial Moderado Baixo
Itatim	Sem atendimento	0,021	0,210	0,548	0,468	0,566	Potencial Moderado Alto
Itiruçu	Juazeiro	0,023	0,250	0,441	0,771	0,260	Potencial Moderado Baixo
Itiúba	Juazeiro	0,020	1,000	0,155	0,597	0,598	Potencial Moderado Alto
Itororó	Sem atendimento	0,023	0,228	0,499	0,662	0,380	Potencial Moderado Baixo
Ituaçu	Guanambi	0,016	0,994	0,186	0,641	0,573	Potencial Moderado Alto
Ituberá	Sem atendimento	0,021	0,177	0,637	0,575	0,514	Potencial Moderado Alto
Iuiu	Sem atendimento	0,026	0,268	0,343	0,674	0,293	Potencial Moderado Baixo
Jaborandi	Sem atendimento	0,021	0,212	0,489	0,893	0,165	Baixo Potencial
Jacaraci	Juazeiro	0,026	0,242	0,388	0,560	0,407	Potencial Moderado Baixo
Jacobina	Juazeiro	0,025	0,913	0,454	0,628	0,717	Potencial Moderado Alto
Jaguaquara	Sem atendimento	0,028	0,208	0,514	0,641	0,400	Potencial Moderado Baixo
Jaguarari	Sem atendimento	0,023	0,192	0,610	0,750	0,355	Potencial Moderado Baixo
Jaguaripe	Sem atendimento	0,027	0,273	0,311	0,767	0,196	Baixo Potencial
Jandaíra	Sem atendimento	0,025	0,272	0,347	0,873	0,125	Baixo Potencial
Jequié	Vitória da Conquista	0,036	0,841	0,653	0,699	0,751	Elevado Potencial
Jeremoabo	Sem atendimento	0,036	0,322	0,142	0,691	0,186	Baixo Potencial
Jiquiriçá	Sem atendimento	0,025	0,264	0,375	0,772	0,225	Baixo Potencial
Jitaúna	Sem atendimento	0,029	0,289	0,272	0,649	0,283	Potencial Moderado Baixo
João Dourado	Juazeiro	0,027	0,264	0,379	0,770	0,231	Baixo Potencial
Juazeiro	Juazeiro	0,051	0,835	0,657	0,690	0,767	Elevado Potencial
Jucuruçu	Sem atendimento	0,031	0,309	0,180	0,358	0,488	Potencial Moderado Baixo
Jussara	Sem atendimento	0,023	0,234	0,439	0,701	0,311	Potencial Moderado Baixo
Jussari	Sem atendimento	0,027	0,308	0,240	0,711	0,218	Baixo Potencial
Jussiape	Sem atendimento	0,026	0,273	0,319	0,482	0,447	Potencial Moderado Baixo
Lafayette Coutinho	Sem atendimento	0,023	0,241	0,427	0,355	0,606	Potencial Moderado Alto
Lagoa Real	Sem atendimento	0,027	0,264	0,339	0,422	0,507	Potencial Moderado Alto
Laje	Sem atendimento	0,027	0,238	0,389	0,605	0,367	Potencial Moderado Baixo
Lajedão	Sem atendimento	0,019	0,195	0,559	0,476	0,558	Potencial Moderado Alto
Lajedinho	Sem atendimento	0,023	0,246	0,374	0,831	0,165	Baixo Potencial

## Anexo 4

## Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Lajedo do Tabocal	Sem atendimento	0,024	0,265	0,364	0,803	0,192	Baixo Potencial
Lamarão	Sem atendimento	0,031	0,330	0,126	0,834	0,054	Baixo Potencial
Lapão	Sem atendimento	0,028	0,247	0,414	0,493	0,484	Potencial Moderado Baixo
Lauro de Freitas	Salvador	0,062	0,257	1,000	0,600	0,782	Elevado Potencial
Lençóis	Sem atendimento	0,018	0,194	0,618	0,464	0,605	Potencial Moderado Alto
Licínio de Almeida	Sem atendimento	0,024	0,245	0,437	0,650	0,360	Potencial Moderado Baixo
Livramento de Nossa Senhora	Barreiras	0,029	0,226	0,493	0,501	0,516	Potencial Moderado Alto
Luís Eduardo Magalhães	Barreiras	0,014	0,789	0,858	0,513	1,000	Elevado Potencial
Macaçuba	Sem atendimento	0,022	0,236	0,451	0,839	0,200	Baixo Potencial
Macarani	Sem atendimento	0,022	0,232	0,486	0,788	0,264	Potencial Moderado Baixo
Macaúbas	Guanambi	0,019	0,961	0,264	0,643	0,606	Potencial Moderado Alto
Macururé	Sem atendimento	0,027	0,294	0,269	0,673	0,262	Potencial Moderado Baixo
Madre de Deus	Salvador	0,000	0,810	0,834	0,709	0,818	Elevado Potencial
Maetinga	Sem atendimento	0,028	0,286	0,256	0,497	0,402	Potencial Moderado Baixo
Maiquiniçue	Sem atendimento	0,027	0,293	0,289	0,610	0,328	Potencial Moderado Baixo
Mairi	Sem atendimento	0,027	0,264	0,375	0,575	0,397	Potencial Moderado Baixo
Malhada	Sem atendimento	0,029	0,296	0,272	0,695	0,246	Baixo Potencial
Malhada de Pedras	Sem atendimento	0,026	0,270	0,328	0,601	0,348	Potencial Moderado Baixo
Manoel Vitorino	Sem atendimento	0,026	0,270	0,332	0,725	0,243	Baixo Potencial
Mansidão	Sem atendimento	0,025	0,266	0,390	0,619	0,369	Potencial Moderado Baixo
Maracás	Sem atendimento	0,027	0,261	0,400	0,575	0,411	Potencial Moderado Baixo
Maragogipe	Sem atendimento	0,026	0,212	0,534	0,730	0,337	Potencial Moderado Baixo
Maraú	Sem atendimento	0,027	0,243	0,398	0,338	0,605	Potencial Moderado Alto
Marcionílio Souza	Sem atendimento	0,024	0,250	0,361	0,763	0,218	Baixo Potencial
Mascote	Sem atendimento	0,025	0,265	0,368	0,540	0,423	Potencial Moderado Baixo
Mata de São João	Sem atendimento	0,022	0,112	0,866	0,564	0,634	Potencial Moderado Alto
Matina	Sem atendimento	0,029	0,301	0,207	0,803	0,115	Baixo Potencial
Medeiros Neto	Sem atendimento	0,022	0,175	0,631	0,441	0,626	Potencial Moderado Alto
Miguel Calmon	Sem atendimento	0,025	0,237	0,466	0,686	0,343	Potencial Moderado Baixo
Milagres	Sem atendimento	0,019	0,199	0,592	0,622	0,455	Potencial Moderado Baixo
Mirangaba	Sem atendimento	0,031	0,328	0,171	0,767	0,139	Baixo Potencial
Mirante	Sem atendimento	0,031	0,317	0,150	0,596	0,268	Potencial Moderado Baixo
Monte Santo	Sem atendimento	0,040	0,317	0,099	0,656	0,190	Baixo Potencial

## Anexo 4

## Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Morpará	Sem atendimento	0,021	0,233	0,438	0,857	0,175	Baixo Potencial
Morro do Chapéu	Sem atendimento	0,028	0,241	0,451	0,580	0,430	Potencial Moderado Baixo
Mortugaba	Sem atendimento	0,023	0,214	0,483	0,596	0,419	Potencial Moderado Baixo
Mucugê	Sem atendimento	0,021	0,187	0,582	0,439	0,602	Potencial Moderado Alto
Mucuri	Sem atendimento	0,023	0,144	0,745	0,646	0,504	Potencial Moderado Alto
Mulungu do Morro	Sem atendimento	0,025	0,261	0,397	0,366	0,589	Potencial Moderado Alto
Mundo Novo	Sem atendimento	0,024	0,215	0,522	0,557	0,479	Potencial Moderado Baixo
Muniz Ferreira	Sem atendimento	0,020	0,213	0,505	0,740	0,307	Potencial Moderado Baixo
Muquém do São Francisco	Sem atendimento	0,028	0,277	0,288	0,413	0,490	Potencial Moderado Baixo
Muritiba	Sem atendimento	0,025	0,189	0,629	0,761	0,356	Potencial Moderado Baixo
Mutuipe	Sem atendimento	0,024	0,221	0,469	0,599	0,413	Potencial Moderado Baixo
Nazaré	Sem atendimento	0,019	0,156	0,717	0,642	0,495	Potencial Moderado Baixo
Nilo Peçanha	Sem atendimento	0,029	0,284	0,282	0,558	0,365	Potencial Moderado Baixo
Nordestina	Sem atendimento	0,027	0,256	0,330	0,624	0,323	Potencial Moderado Baixo
Nova Canaã	Sem atendimento	0,026	0,255	0,360	0,642	0,326	Potencial Moderado Baixo
Nova Fátima	Sem atendimento	0,022	0,247	0,431	0,671	0,337	Potencial Moderado Baixo
Nova Ibiá	Sem atendimento	0,028	0,300	0,227	0,714	0,203	Baixo Potencial
Nova Itarana	Sem atendimento	0,030	0,311	0,191	0,558	0,323	Potencial Moderado Baixo
Nova Redenção	Sem atendimento	0,022	0,238	0,421	0,724	0,282	Potencial Moderado Baixo
Nova Soure	Sem atendimento	0,031	0,305	0,207	0,852	0,077	Baixo Potencial
Nova Viçosa	Sem atendimento	0,023	0,150	0,725	0,534	0,592	Potencial Moderado Alto
Novo Horizonte	Sem atendimento	0,025	0,255	0,386	0,601	0,376	Potencial Moderado Baixo
Novo Triunfo	Sem atendimento	0,020	0,207	0,523	0,844	0,226	Baixo Potencial
Olindina	Sem atendimento	0,024	0,226	0,467	0,744	0,289	Potencial Moderado Baixo
Oliveira dos Brejinhos	Sem atendimento	0,026	0,230	0,431	0,478	0,499	Potencial Moderado Baixo
Ouriçangas	Sem atendimento	0,024	0,257	0,368	0,856	0,145	Baixo Potencial
Ouroândia	Sem atendimento	0,031	0,307	0,202	0,504	0,374	Potencial Moderado Baixo
Palmas de Monte Alto	Sem atendimento	0,027	0,248	0,394	0,522	0,447	Potencial Moderado Baixo
Palmeiras	Sem atendimento	0,019	0,200	0,593	0,506	0,556	Potencial Moderado Alto
Paramirim	Sem atendimento	0,022	0,190	0,578	0,524	0,528	Potencial Moderado Alto
Paratinga	Sem atendimento	0,028	0,245	0,408	0,522	0,455	Potencial Moderado Baixo
Paripiranga	Paulo Afonso	0,031	0,552	0,102	0,627	0,326	Potencial Moderado Baixo

## Anexo 4

## Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Pau Brasil	Sem atendimento	0,025	0,284	0,313	0,872	0,111	Baixo Potencial
Paulo Afonso	Paulo Afonso	0,029	0,884	0,548	0,716	0,689	Potencial Moderado Alto
Pé de Serra	Sem atendimento	0,022	0,210	0,498	0,563	0,454	Potencial Moderado Baixo
Pedrão	Salvador	0,009	0,934	0,341	0,794	0,505	Potencial Moderado Alto
Pedro Alexandre	Sem atendimento	0,034	0,308	0,136	0,382	0,442	Potencial Moderado Baixo
Piatã	Sem atendimento	0,026	0,242	0,424	0,450	0,524	Potencial Moderado Alto
Pilão Arcado	Sem atendimento	0,032	0,295	0,232	0,722	0,199	Baixo Potencial
Pindaí	Sem atendimento	0,025	0,253	0,385	0,805	0,199	Baixo Potencial
Pindobaçu	Sem atendimento	0,026	0,261	0,385	0,843	0,171	Baixo Potencial
Pintadas	Sem atendimento	0,022	0,237	0,454	0,651	0,365	Potencial Moderado Baixo
Pirai do Norte	Sem atendimento	0,027	0,272	0,330	0,372	0,548	Potencial Moderado Alto
Piripá	Sem atendimento	0,025	0,256	0,390	0,392	0,560	Potencial Moderado Alto
Piritiba	Sem atendimento	0,023	0,224	0,508	0,698	0,352	Potencial Moderado Baixo
Planaltino	Sem atendimento	0,033	0,337	0,114	0,607	0,247	Baixo Potencial
Planalto	Sem atendimento	0,028	0,270	0,332	0,739	0,233	Baixo Potencial
Poções	Sem atendimento	0,024	0,174	0,627	0,764	0,345	Potencial Moderado Baixo
Pojuca	Salvador	0,004	0,811	0,800	0,692	0,814	Elevado Potencial
Ponto Novo	Sem atendimento	0,025	0,262	0,379	0,843	0,167	Baixo Potencial
Porto Seguro	Teixeira de Freitas	0,034	0,570	0,766	0,463	0,890	Elevado Potencial
Potiraguá	Sem atendimento	0,019	0,201	0,557	0,871	0,220	Baixo Potencial
Prado	Sem atendimento	0,024	0,210	0,547	0,532	0,513	Potencial Moderado Alto
Presidente Dutra	Sem atendimento	0,022	0,224	0,523	0,288	0,714	Potencial Moderado Alto
Presidente Jânio Quadros	Sem atendimento	0,030	0,282	0,257	0,499	0,400	Potencial Moderado Baixo
Presidente Tancredo Neves	Sem atendimento	0,031	0,291	0,249	0,562	0,345	Potencial Moderado Baixo
Queimadas	Sem atendimento	0,023	0,210	0,511	0,751	0,301	Potencial Moderado Baixo
Quijingue	Sem atendimento	0,036	0,316	0,115	0,663	0,190	Baixo Potencial
Quixabeira	Sem atendimento	0,027	0,282	0,277	0,740	0,203	Baixo Potencial
Rafael Jambeiro	Sem atendimento	0,030	0,290	0,261	0,734	0,204	Baixo Potencial
Remanso	Sem atendimento	0,028	0,218	0,474	0,730	0,302	Potencial Moderado Baixo
Retirolândia	Barreiras	0,021	0,215	0,536	0,375	0,643	Potencial Moderado Alto
Riachão das Neves	Barreiras	0,016	0,964	0,250	0,391	0,815	Elevado Potencial
Riachão do Jacuípe	Salvador	0,021	0,438	0,486	0,729	0,415	Potencial Moderado Baixo
Riacho de Santana	Sem atendimento	0,030	0,257	0,360	0,506	0,446	Potencial Moderado Baixo
Ribeira do Amparo	Sem atendimento	0,036	0,358	0,000	0,825	0,000	Baixo Potencial

## Anexo 4

## Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Ribeira do Pombal	Paulo Afonso	0,031	0,495	0,272	0,687	0,352	Potencial Moderado Baixo
Ribeirão do Largo	Sem atendimento	0,026	0,278	0,310	0,578	0,361	Potencial Moderado Baixo
Rio de Contas	Sem atendimento	0,023	0,228	0,485	0,508	0,504	Potencial Moderado Alto
Rio do Antônio	Sem atendimento	0,030	0,305	0,229	0,730	0,195	Baixo Potencial
Rio do Pires	Sem atendimento	0,023	0,226	0,445	0,877	0,159	Baixo Potencial
Rio Real	Sem atendimento	0,029	0,257	0,385	0,632	0,353	Potencial Moderado Baixo
Rodelas	Sem atendimento	0,017	0,193	0,621	0,760	0,350	Potencial Moderado Baixo
Ruy Barbosa	Sem atendimento	0,024	0,216	0,534	0,730	0,336	Potencial Moderado Baixo
Salinas da Margarida	Sem atendimento	0,024	0,257	0,435	0,530	0,468	Potencial Moderado Baixo
Salvador	Salvador	1,000	0,313	0,452	0,650	0,989	Elevado Potencial
Santa Bárbara	Sem atendimento	0,025	0,260	0,400	0,972	0,067	Baixo Potencial
Santa Brígida	Sem atendimento	0,033	0,321	0,136	0,597	0,261	Potencial Moderado Baixo
Santa Cruz Cabralia	Teixeira de Freitas	0,014	0,367	0,703	0,483	0,723	Potencial Moderado Alto
Santa Cruz da Vitória	Sem atendimento	0,019	0,209	0,556	0,717	0,355	Potencial Moderado Baixo
Santa Inês	Salvador	0,017	0,734	0,272	0,641	0,500	Potencial Moderado Baixo
Santa Luzia	Sem atendimento	0,024	0,251	0,395	0,743	0,256	Potencial Moderado Baixo
Santa Maria da Vitória	Guanambi	0,026	0,452	0,415	0,560	0,527	Potencial Moderado Alto
Santa Rita de Cássia	Sem atendimento	0,022	0,195	0,569	0,664	0,404	Potencial Moderado Baixo
Santa Terezinha	Sem atendimento	0,026	0,250	0,393	0,301	0,637	Potencial Moderado Alto
Santaluz	Sem atendimento	0,023	0,201	0,546	0,817	0,262	Potencial Moderado Baixo
Santana	Sem atendimento	0,025	0,200	0,529	0,434	0,582	Potencial Moderado Alto
Santanópolis	Sem atendimento	0,029	0,303	0,233	0,537	0,362	Potencial Moderado Baixo
Santo Amaro	Salvador	0,016	0,603	0,681	0,714	0,627	Potencial Moderado Alto
Santo Antônio de Jesus	Salvador	0,022	0,851	0,672	0,623	0,825	Elevado Potencial
Santo Estêvão	Sem atendimento	0,027	0,196	0,585	0,523	0,539	Potencial Moderado Alto
São Desidério	Sem atendimento	0,031	0,244	0,373	0,721	0,263	Potencial Moderado Baixo
São Domingos	Sem atendimento	0,021	0,232	0,482	0,711	0,327	Potencial Moderado Baixo
São Felipe	Sem atendimento	0,021	0,194	0,566	0,803	0,281	Potencial Moderado Baixo
São Félix	Sem atendimento	0,017	0,166	0,686	0,579	0,534	Potencial Moderado Alto
São Félix do Coribe	Sem atendimento	0,019	0,203	0,618	0,429	0,639	Potencial Moderado Alto
São Francisco do Conde	Sem atendimento	0,086	0,000	0,930	0,602	0,625	Potencial Moderado Alto
São Gabriel	Sem atendimento	0,027	0,290	0,316	0,751	0,222	Baixo Potencial

## Anexo 4

Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
São Gonçalo dos Campos	Sem atendimento	0,025	0,226	0,512	0,867	0,210	Baixo Potencial
São José da Vitória	Sem atendimento	0,025	0,303	0,275	0,832	0,131	Baixo Potencial
São José do Jacuípe	Sem atendimento	0,024	0,273	0,339	1,000	0,011	Baixo Potencial
São Miguel das Matas	Sem atendimento	0,025	0,269	0,352	0,661	0,311	Potencial Moderado Baixo
São Sebastião do Passé	Sem atendimento	0,018	0,122	0,835	0,696	0,505	Potencial Moderado Alto
Sapeaçu	Sem atendimento	0,026	0,261	0,412	0,516	0,468	Potencial Moderado Baixo
Sátiro Dias	Sem atendimento	0,029	0,272	0,271	0,726	0,207	Baixo Potencial
Saubara	Sem atendimento	0,019	0,229	0,566	0,456	0,596	Potencial Moderado Alto
Saúde	Sem atendimento	0,026	0,250	0,384	0,422	0,528	Potencial Moderado Alto
Seabra	Guanambi	0,014	0,905	0,458	0,658	0,682	Potencial Moderado Alto
Sebastião Laranjeiras	Sem atendimento	0,025	0,241	0,422	0,269	0,678	Potencial Moderado Alto
Senhor do Bonfim	Juazeiro	0,020	0,904	0,496	0,656	0,711	Potencial Moderado Alto
Sento Sé	Juazeiro	0,014	0,944	0,344	0,638	0,649	Potencial Moderado Alto
Serra do Ramalho	Sem atendimento	0,030	0,261	0,344	0,624	0,336	Potencial Moderado Baixo
Serra Dourada	Sem atendimento	0,024	0,218	0,474	0,773	0,263	Potencial Moderado Baixo
Serra Preta	Sem atendimento	0,028	0,282	0,290	0,812	0,149	Baixo Potencial
Serrinha	Salvador	0,021	0,916	0,447	0,618	0,720	Potencial Moderado Alto
Serrolândia	Sem atendimento	0,026	0,275	0,348	0,557	0,401	Potencial Moderado Baixo
Simões Filho	Salvador	0,038	0,782	0,811	0,700	0,821	Elevado Potencial
Sítio do Mato	Sem atendimento	0,018	0,190	0,591	0,780	0,313	Potencial Moderado Baixo
Sítio do Quinto	Sem atendimento	0,031	0,311	0,136	0,874	0,017	Baixo Potencial
Sobradinho	Sem atendimento	0,022	0,227	0,542	0,744	0,335	Potencial Moderado Baixo
Souto Soares	Sem atendimento	0,024	0,232	0,440	0,754	0,266	Potencial Moderado Baixo
Tabocas do Brejo Velho	Sem atendimento	0,029	0,292	0,257	0,375	0,512	Potencial Moderado Alto
Tanhaçu	Sem atendimento	0,025	0,215	0,474	0,445	0,546	Potencial Moderado Alto
Tanque Novo	Sem atendimento	0,024	0,214	0,476	0,516	0,484	Potencial Moderado Baixo
Tanquinho	Sem atendimento	0,019	0,211	0,564	0,775	0,311	Potencial Moderado Baixo
Taperoá	Sem atendimento	0,027	0,261	0,356	0,497	0,452	Potencial Moderado Baixo
Tapiramutá	Sem atendimento	0,023	0,241	0,465	0,648	0,376	Potencial Moderado Baixo
Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	0,034	0,861	0,621	0,625	0,804	Elevado Potencial
Teodoro Sampaio	Sem atendimento	0,016	0,177	0,639	0,748	0,363	Potencial Moderado Baixo
Teofilândia	Sem atendimento	0,028	0,282	0,291	0,821	0,143	Baixo Potencial
Teolândia	Sem atendimento	0,029	0,283	0,269	0,782	0,163	Baixo Potencial

## Anexo 4

## Bahia: dimensões normalizadas e Índice de Potencial de Desenvolvimento, segundo município, 2010

Nome do Município	Polígono de atendimento	Dimensão Forças Produtivas (normalizada)	Dimensão Oferta Pública de Ensino Superior (normalizada)	Dimensão Social (normalizada)	Dimensão Mercado de Trabalho (normalizada)	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Classificação segundo o IPD
NO_MUN	POLIG	N_FOR_PROD	N_OFER_PUB	N_SOCIAL	N_MERC_TRAB	IPD	CLASS
Terra Nova	Sem atendimento	0,019	0,239	0,520	0,918	0,174	Baixo Potencial
Tremedal	Sem atendimento	0,032	0,292	0,228	0,369	0,500	Potencial Moderado Baixo
Tucano	Sem atendimento	0,037	0,302	0,211	0,679	0,230	Baixo Potencial
Uauá	Sem atendimento	0,028	0,271	0,346	0,599	0,363	Potencial Moderado Baixo
Ubaíra	Sem atendimento	0,028	0,269	0,322	0,751	0,216	Baixo Potencial
Ubaítaba	Sem atendimento	0,024	0,223	0,535	0,378	0,645	Potencial Moderado Alto
Ubatã	Sem atendimento	0,023	0,218	0,514	0,811	0,256	Potencial Moderado Baixo
Uibaí	Sem atendimento	0,019	0,181	0,629	0,435	0,630	Potencial Moderado Alto
Umburanas	Sem atendimento	0,026	0,261	0,337	0,727	0,241	Baixo Potencial
Una	Sem atendimento	0,028	0,277	0,326	0,866	0,122	Baixo Potencial
Urandi	Sem atendimento	0,024	0,218	0,475	0,621	0,395	Potencial Moderado Baixo
Uruçuca	Sem atendimento	0,020	0,184	0,615	0,635	0,451	Potencial Moderado Baixo
Utinga	Sem atendimento	0,023	0,225	0,483	0,653	0,375	Potencial Moderado Baixo
Valença	Salvador	0,021	0,880	0,530	0,663	0,715	Potencial Moderado Alto
Valente	Sem atendimento	0,023	0,207	0,543	0,736	0,332	Potencial Moderado Baixo
Várzea da Roça	Sem atendimento	0,024	0,255	0,377	0,819	0,182	Baixo Potencial
Várzea do Poço	Sem atendimento	0,024	0,268	0,362	0,614	0,356	Potencial Moderado Baixo
Várzea Nova	Sem atendimento	0,026	0,286	0,306	0,818	0,155	Baixo Potencial
Varzedo	Sem atendimento	0,027	0,281	0,303	0,526	0,403	Potencial Moderado Baixo
Vera Cruz	Sem atendimento	0,015	0,098	0,935	0,726	0,526	Potencial Moderado Alto
Vereda	Sem atendimento	0,025	0,246	0,352	0,620	0,335	Potencial Moderado Baixo
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	0,080	0,818	0,653	0,635	0,821	Elevado Potencial
Wagner	Sem atendimento	0,020	0,203	0,551	0,592	0,458	Potencial Moderado Baixo
Wanderley	Sem atendimento	0,024	0,249	0,408	0,718	0,285	Potencial Moderado Baixo
Wenceslau Guimarães	Sem atendimento	0,030	0,284	0,264	0,698	0,234	Baixo Potencial
Xique-Xique	Juazeiro	0,017	0,951	0,333	0,671	0,619	Potencial Moderado Alto

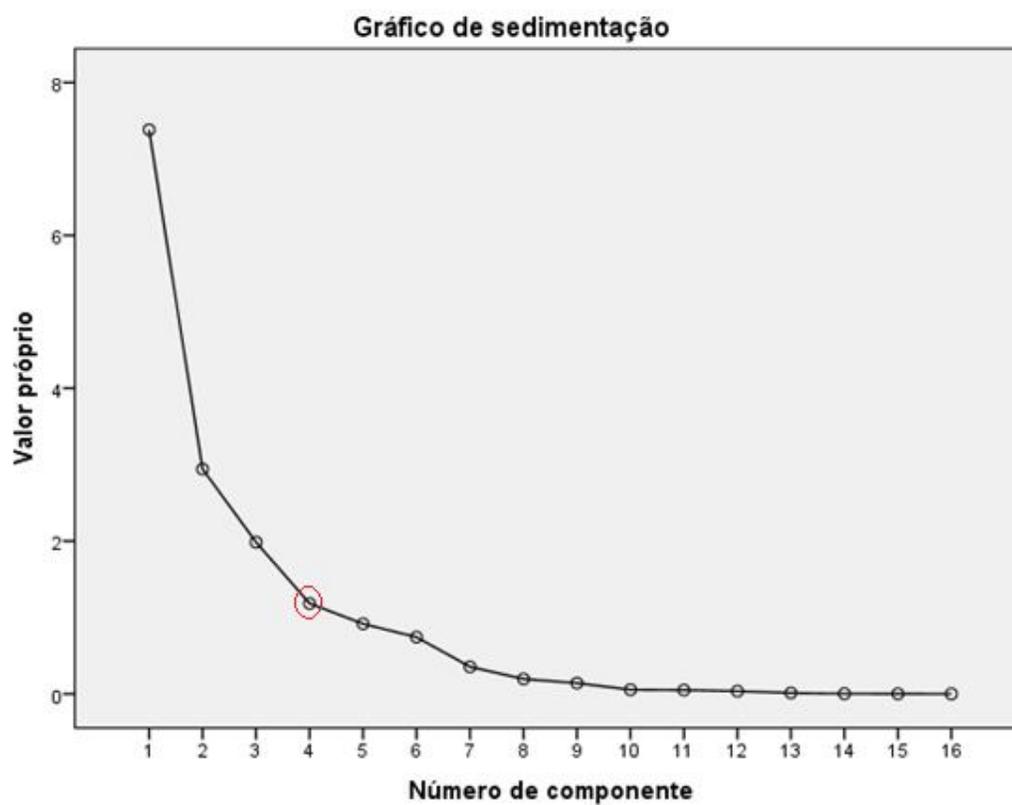
Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior/Inep; Microdados do Censo Demográfico/IBGE; Sei/Seplan; Dados Brutos do Atlas de Desenvolvimento Humano/Pnud

## Anexo 5

## Resultados da Análise Fatorial

## Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,756
Teste de esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aprox.	14370,819
	df	120
	Sig.	0,000



Matriz de componente rotativa<sup>a</sup>

	Componente			
	1	2	3	4
Pessoal com ensino superior ocupado	,988			
População com ensino médio	,986			
Nº de agências bancárias	,985			
População	,978			
Valor adicionado	,972			
Consumo de energia elétrica	,956			
Arrecadação de ICMS	,898			
Indica a presença de instituição de ensino superior pública		,945		
Indica a presença de instituição de ensino superior pública estadual		,931		
Indica a presença de instituição de ensino superior		,914		
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais			-,811	
Grau de urbanização			,691	
Esperança de vida ao nascer			,668	
Classe de salário modal			,470	
Índice de formalização				,988
Índice de ocupação líquida				,987

Método de extração: Análise do Componente principal. Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 5 iterações.

## Variância total explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas rotativas de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	7,382	46,138	46,138	6,647	41,543	41,543
2	2,941	18,384	64,522	2,799	17,495	59,038
3	1,985	12,406	76,928	2,071	12,941	71,980
4	1,183	7,395	84,323	1,975	12,343	84,323
5	,917	5,731	90,054			
6	,742	4,640	94,694			
7	,354	2,215	96,908			
8	,196	1,224	98,132			
9	,142	,885	99,016			
10	,055	,343	99,359			
11	,050	,315	99,674			
12	,035	,221	99,895			
13	,012	,077	99,972			
14	,003	,016	99,988			
15	,002	,010	99,998			
16	,000	,002	100,000			

Método de extração: análise do componente principal.

## Estatísticas descritivas

Variável/Indicador	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Contagem
Indica presença de instituição de ensino superior (IES)	0,1	0,4	0,0	1,0	417
Indica presença de instituição de ensino superior pública (PUBL)	0,1	0,3	0,0	1,0	417
Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual (EST)	0,1	0,3	0,0	1,0	417
O consumo de energia elétrica (ENER_ELET)	32.735.108,3	184.732.746,0	1.359.408,0	3.469.997.130,0	417
Valor adicionado do município (VAL_ADIC)	56.339.327,1	192.932.903,7	7.089.677,0	3.745.691.550,0	417
Arrecadação de ICMS (ICMS)	24.938.827,3	229.118.583,2	3.683,6	4.012.243.333,7	417
Número de agências bancárias (AGEN_BANC)	2,0	12,5	0,0	251,0	417
População (POP)	33.613,7	136.041,9	2.612,0	2.675.656,0	417
Grau de urbanização (URBAN)	54,3	20,6	12,5	100,0	417
População com ensino médio (POP_ENS_MED)	4.945,9	31.346,0	198,0	624.032,0	417
População com ensino superior concluído ocupada (OCUP_SUPER)	860,0	8.372,9	9,0	169.180,0	417
Índice de ocupação líquido (IND_OCUP_LIQ)	63,3	14,0	0,0	100,0	417
Índice de formalidade (IND_FORM)	66,0	14,1	0,0	100,0	417
Classe de salário modal (SAL_MOD)	4,7	2,3	0,0	7,5	417
Esperança de vida ao nascer (ESPVIDA)	70,6	1,8	66,1	75,1	417
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (T_ANALF15M)	23,9	6,0	4,0	41,0	417

## Anexo 6

## Matriz de correlação

		IDHM	Índice de Potencial de Desenvolvimento	Presença de instituições de ensino superior pública	Presença de instituições de ensino superior pública estadual
IDHM	Pearson Correlation	1	,651**	,486**	,445**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000	,000
	N	417	417	417	417
Índice de Potencial de Desenvolvimento	Pearson Correlation	,651**	1	,654**	,621**
	Sig. (2-tailed)	,000		,000	,000
	N	417	417	417	417
Presença de instituições de ensino superior pública	Pearson Correlation	,486**	,654**	1	,924**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000		,000
	N	417	417	417	417
Presença de instituições de ensino superior pública estadual	Pearson Correlation	,445**	,621**	,924**	1
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	
	N	417	417	417	417

## Anexo 7

### Resultado do Teste Qui-quadrado

Classificação		Indica presença de instituição de ensino superior pública estadual		Total
		Não	Sim	
Baixo Potencial	Count	89	0	89
	Expected Count	79,0	10,0	89,0
	Adjusted Residual	3,8	-3,8	
Elevado Potencial	Count	4	25	29
	Expected Count	25,7	3,3	29,0
	Adjusted Residual	-13,2	13,2	
Potencial Moderado Alto	Count	67	22	89
	Expected Count	79,0	10,0	89,0
	Adjusted Residual	-4,5	4,5	
Potencial Moderado Baixo	Count	210	0	210
	Expected Count	186,3	23,7	210,0
	Adjusted Residual	7,3	-7,3	
Total	Count	370	47	417
	Expected Count	370,0	47,0	417,0

### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	216,912 <sup>a</sup>	3	,000
Likelihood Ratio	170,876	3	,000
N of Valid Cases	417		



Universidade do Estado da Bahia  
Dezembro de 2013

---